

SESSÕES DO PLENÁRIO

43ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de maio de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Sales, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(Lê) Existe aqui, sobre a Mesa, um requerimento:

“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 21.202/2015, Projeto de Lei nº 21.203/2015 e o Projeto de Lei nº 21.151/2015, todos de autoria do Poder Executivo”.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Maria del Carmen comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 15/04/2015.

Do Deputado Adolfo Viana comunicando que, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 08 e 09/04/2015.

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 23/04/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. das Galerias Paulo Jackson, Srs. da Imprensa, ontem, nesse horário, participei de uma reunião no gabinete do Presidente eleito, de fato, e fiquei muito satisfeita porque em 2012 apresentei aqui nesta Casa um projeto de lei pedindo que deixassem reservado 70% do dinheiro do Estado para os eventos de época, e esse nosso projeto ficou encalhado na Comissão de Constituição e Justiça.

Ontem, através do pedido de alguns forrozeiros como Zelito Miranda, Val Macambira, Adelmário Coelho, Bel Feliz e outros mais que estavam presentes na reunião, o presidente chamou os dois líderes, o Líder da Oposição e o nosso Líder da Maioria, para dar celeridade a esse projeto. Como sei que nesta Casa, quando já existe um projeto e um outro é apresentado, há a incorporação, também fiquei contente por isso, porque acho que realmente é justo e necessário.

Eu me lembro que alguns artistas, principalmente os forrozeiros, quando fizemos a sessão em homenagem aos 100 anos de Luiz Gonzaga, me falaram: “Deputada, não é justo. Nós não temos nada contra Luan Santana. Mas, ele chega no São João, na Bahia, e leva daqui R\$ 5.000.000 a R\$ 6.000.000, enquanto um forrozeiro autêntico, numa festa que é tipicamente nordestina, tem apenas um cachê de R\$ 30.000”.

Assim, apresentamos este projeto. Mas como nesta Casa ainda não conseguimos quebrar a história de não se votar projeto de deputado, ontem a decisão do Presidente Marcelo Nilo me deixou feliz, porque pediu celeridade aos dois líderes e agora tenho certeza do andamento desse projeto, reservando 70% do dinheiro do Estado para os artistas do local e 30% para os artistas que vêm de fora.

Queria também, aqui nesta tribuna, Sr. Presidente, solicitar, ao Presidente Marcelo Nilo, pois já encaminhamos para a leitura dele, o cumprimento do

compromisso que fizemos com os índios. Eles estiveram aqui solicitando o apoio desse Poder para que esta Casa os ajudasse no debate junto ao Congresso Nacional, que hoje tem uma feição muito mais conservadora, retrógrada e reacionária, a fim de impedir a aprovação da PEC 215.

Nós vimos que mais de 90% das terras indígenas hoje no Brasil já estão demarcadas, e a Câmara Federal quer aprovar essa PEC para transferir para o Congresso - principalmente para a Câmara - a determinação do Executivo de influenciar nessa história da demarcação das terras indígenas.

Eles não aceitam isso. Estamos aqui já com um documento. O Presidente vai pedir para todos os deputados assinarem e acredito que vai ser de todo mundo, porque realmente será a nossa contribuição para essa questão da população indígena, que sofre tanto. E no embalo dessa boa vontade do presidente, queremos pedir que esta Casa também se posicione perante o Senado Federal no sentido de que derrote a PEC 4330, da terceirização do trabalho. Já me posicionei aqui e falei várias vezes sobre isso. Entendemos que é rasgar a nossa CLT e não tem sentido precarizar o trabalho da forma como foi aprovado na Câmara Federal.

Queria dizer para os companheiros que estão nas Galerias desde ontem, pedindo apoio para a luta deles, que somos solidários aos funcionários, principalmente os que não querem aceitar o reajuste. Compreendemos porém a crise pela qual passa o Brasil e não vemos outra forma de não aprová-lo. Não temos nenhum problema de fazer esse debate, essa discussão. Essa galera que está aqui, do Sindisaúde, participou da mesa de negociação e sabemos da boa vontade do nosso governador. Há vários estados do Brasil que o reajuste é zero e quero pedir a compreensão dos companheiros. Eles têm a nossa solidariedade em todos os momentos, mas esse é difícil e não temos outra saída.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Deputada Luiza, pode continuar.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Ainda tenho 25 segundos para concluir.

(...) Quero registrar também que conseguimos 23 assinaturas para a reapresentação da PEC do Voto Aberto. Hoje como a maior força, porque sobre Camaçari ...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vocês, não preciso repetir, são bem recebidos. Agora não adianta, é em vão vocês quererem denegrir a imagem da deputada. Não vai resolver nada. Vocês só terão a rejeição da maioria da Casa.

Continue, deputada Luiza.

A Sr^a LUIZA MAIA:- (...) Quero falar sobre Camaçari, mas volto a falar no horário dos partidos.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. Funcionários presentes, Srs. Telespectadores da TV Assembleia, algum deputado da Situação dizia que trabalhava com responsabilidade, neste momento de reajuste dos funcionários públicos, que vinha para esta tribuna com responsabilidade, como se nós, da Oposição, fôssemos irresponsáveis. Queremos acrescentar que estamos aqui desempenhando a nossa tarefa de oposição, a nossa tarefa de quem tem um olhar crítico, de quem quer mostrar as falhas ou prováveis deficiências que esse ou aquele governo venha a ter, o que não é nada anormal.

Meu caro deputado Rosemberg Pinto, Líder do Partido dos Trabalhadores, já que o Líder do governo não está aqui neste momento, queria dizer a V.Ex^a que tive o cuidado de fazer um estudo, uma avaliação dos números que o governo propõe. E ninguém aqui vai ser demagogo para imaginar que o governo pudesse dar, de fato, números muito acima da inflação. Não vamos também aqui ser levianos. O que se pretende defender, primeiro, é a aplicação da lei, a aplicação do estatuto do funcionário público que prevê a data-base para janeiro. É o primeiro ponto que acho que não deveremos abrir mão.

O segundo é provar para V.Ex^{as}, deputados da base aliada, que tivemos o trabalho de fazer uma projeção da receita líquida corrente do Estado ao longo deste ano até o mês de dezembro. E, com isso, também aplicando o índice de uma vez só, a partir de janeiro, chegamos ao final do ano com o governo gastando com o pessoal um índice dentro do limite prudencial que a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê.

Portanto, não vejo dificuldade, pelo menos do ponto de vista fiscal, do governo aceitar o que os funcionários públicos querem, o que os deputados da Oposição querem, e tenho absoluta certeza, também, que a maioria dos deputados da Situação querem também. Percebo que não é fácil defender o indefensável.

Por isso, gostaria de deixar aqui essa proposta, meu querido deputado Rosemberg Pinto, que esse projeto seja retirado, seja reavaliado e discutido nesses termos que se está colocando aqui. (Palmas.) Porque, meu caro deputado, os números não mentem. Acho que o governo já deve ter feito as contas, a Secretaria da Fazenda é composta de técnicos valorosos, tenho certeza disso, e certamente se debruçarão nesses cálculos, mais uma vez, e terão a prova de que o Poder Executivo e o governo do Estado não terão problema de ordem fiscal, contábil nem orçamentária. Se dessa forma proceder promovendo o reajuste na forma da data-base, que é o mês de janeiro, e com o índice de uma parcela só de 6,41%, como vocês estão propondo. (Palmas.)

Muito obrigado e boa-tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto: - Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Questão de ordem, deputado

Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: - Presidente, minha questão de ordem é apenas no sentido de informar ao deputado Hildécio que eu não sou o Líder do governo. Esse é um projeto encaminhado pelo Executivo e sou Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Apenas para ajudá-lo na compreensão, quero dizer que há um Regimento Interno que diz que na situação em que se encontra esse projeto não é permitida a sua retirada. Apenas compreender o Regimento. Sei que o deputado está fazendo um esforço imenso para defender o que ele acredita, mas regimentalmente existe essa impossibilidade. E o Líder do governo é o deputado Zé Neto, não sou eu.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, senhores funcionários, nesse tempo de 5 minutos do Pequeno Expediente, gostaria de me dedicar a explicar aos senhores servidores e aos senhores que nos assistem, através da TV Assembleia, principalmente aqueles servidores que estiveram aqui ontem e que precisam entender o funcionamento desta Casa, deste plenário.

Aqui existem dois lados: o lado do governo e o lado da Oposição. Existem aqui dois tipos de deputado. O lado da Oposição, os Srs. Deputados da Oposição que defendem a Bahia e os baianos, que lutam na contramão do poder, lutam contra o poder econômico e que infelizmente são minoria nesta Casa e por isso não podemos mudar o destino dos projetos que por aqui tramitam. É bom lembrar que quem define aqui o tamanho da maioria e o tamanho da minoria são os senhores eleitores.

O outro lado, o deputado Tom Araújo bem conhece, é o lado do governo. Os deputados de governo que não querem saber dos interesses da Bahia, dos senhores servidores ou dos baianos. Como nós, deputados de Oposição, temos um lado, os deputados de governo também têm o seu lado. E o lado deles em qualquer dividida nesta Casa ou fora dela, eles serão governo, mesmo que precisem atropelar os interesses da Bahia, dos baianos e dos funcionários públicos.

Lembro-me de outros momentos aqui, em outras legislaturas, que já vi gente clamando essas palavras de ordem aí em cima, os aplausos para quem fala a favor da Bahia e as vaias para quem vai de encontro aos interesses da Bahia, mas quando chega a eleição, isso não acompanha os aplausos, não acompanha os interesses da Bahia e dos baianos. Por isso, que continuamos aqui na Minoria e o povo levando ferro.

Ontem, o projeto do governo que busca enganar os servidores, fingindo que dará aumento, não foi votado porque não existiu o número de deputados do governo para votar, o chamado quórum de votação, quem esteve aqui ontem viu isso. O Líder do governo, deputado Zé Neto, suspendeu a votação. E por que, entendam, por favor, os deputados de governo não vieram? Porque estavam se sentindo maltratados pelo governo com os seus pleitos, os pleitos deles, sem serem atendidos pelo governo, e por isso não vieram. Na verdade, lá fora, chamamos isso de chantagem.

Chantagearam o governo ontem e não vieram.

Vejo aqui hoje os deputados que estavam ausentes ontem, numa demonstração clara que de ontem para hoje houve conversa do governo com esses deputados. Houve mimos, dengos, houve pleitos dos deputados atendidos. E hoje estão aqui para votar, e vão votar! E o fumo, infelizmente, vai entrar nos servidores públicos. Espero que os senhores guardem o fumo para colocar nesses deputados na próxima eleição, porque quem merece levar fumo não é o povo, não, não são os servidores. Quem merece levar o (...), e todo, são esses camaradas...

(As Galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):— Deputado, eu faço um apelo, por favor. Eu gostaria de que se retirassem das notas taquigráficas...

O Sr. Targino Machado:— Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):— Pois não, deputado. Eu faço um apelo...

O Sr. Targino Machado:— Peço questão de ordem a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):— Pois não, querido.

O Sr. Targino Machado:— Quero saber de V.Ex^a, meu amigo fraterno, líder de uma grande maioria nesta Casa, deputado Marcelo Nilo, se está existindo algum atraso no pagamento dos salários dos funcionários da TV Assembleia?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):— Não.

O Sr. Targino Machado:— Então, V.Ex^a mude todo mundo, porque está uma droga o sinal, horrível. Ainda ontem, não sei se foi de propósito, a transmissão foi horrível, e isso tem se tornado a tônica...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):— Eu gostaria de fazer um pedido ao meu querido amigo, deputado Targino Machado, pois esses termos... Faço um apelo a V.Ex^a.

(As Galerias se manifestam.)

Olhem, hoje, estou fazendo um apelo. Ontem tive a maior paciência com os companheiros que estão nas Galerias. Olhem... olhem, vocês, hoje...

(Uma pessoa se manifesta nas Galerias.)

Olhe, você, na próxima vez em que você falar, vou mandar lhe retirar. Você! Ou vocês vão se comportar ou vou mandar retirar. Tudo tem limite. Deputado Targino...

(As Galerias se manifestam)

(...) faço aqui um apelo aos deputados que fazem oposição, para que ajudem, porque ontem tive muita paciência, hoje não sei se terei a paciência que tive ontem.

O Sr. Sandro Régis:— Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):– Questão de ordem ao meu querido amigo, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:– Sr. Presidente, eu quero aqui, neste momento, me dirigir aos funcionários e às demais pessoas que ocupam as Galerias. Nós estamos aqui, especialmente os deputados da Oposição, tentando ajudá-los na questão do projeto, que nós achamos que não condiz com o sentimento dos servidores públicos estaduais. Mas peço também que vocês se ajudem. Esta Casa tem normas. E sempre, todos os deputados, na pessoa do Sr. Presidente... Esta Casa respeitou e continuará respeitando todos aqueles que vierem lutar pelos seus direitos e reivindicar aquilo que acham ser justo, como nós estamos reivindicando por vocês. Agora, o que não pode é as Galerias agredirem, xingarem e vaiarem, nem os deputados do governo, nem os deputados da Oposição. Se vocês querem contribuir com esse processo de fortalecimento para ajudar a vocês próprios, vamos fazer o seguinte: vocês fazem a parte de vocês, aplaudindo, dando as costas, mas em nenhum momento podem agredir os parlamentares, para que nós, deputados da Oposição, tenhamos a tranquilidade de também poder lutar por vocês.

Então, como Líder da Oposição, faço esse apelo a todos vocês que ocupam, neste momento, as Galerias. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):–Deputado Sandro Régis, primeiro gostaria muito de parabenizá-lo e agradecer. Vocês sabem que os companheiros que ocupam as Galerias serão sempre bem-vindos. V.S^{as} serão sempre bem-vindos. Agora, há de se convir que a Casa tem normas. Fui procurado por diversos parlamentares que acharam que ontem eu fui muito calmo com V.S^{as}. Vou continuar calmo...

(As Galerias se manifestam.)

(...) faço um apelo... Veja bem, companheira, eu já estou... É a última vez, na próxima serei obrigado a mandar lhe retirar, tudo tem limite, e não permitirei que esta Casa vire uma bagunça, não vou permitir. Se continuar assim, vou suspender a sessão e vou mandar retirar, faço um apelo, eu faço um pedido como amigo, como companheiro, mas não vou aceitar que deputado seja ofendido dentro da sua própria Casa. Faço um apelo, faço um apelo, ontem fui paciente, vou ser paciente hoje, vários deputados me pediram para que eu não deixasse ninguém entrar nas Galerias, eu não aceitei. Agora, não vou aceitar que vocês ultrapassem os limites da imaginação. Faço um pedido, um apelo. Vocês são bem-vindos, estão no direito de vocês, o direito de reivindicar. Fico muito feliz quando vejo, nas Galerias, pessoas reivindicando os seus direitos. Esta Casa é de vocês. Agora, tudo tem limite. Já tirei muitos funcionários das Galerias e não vou tirar hoje, não vou fazer isso novamente. Não quero cometer equívocos, porque tirar vocês é um erro do presidente. Agora, tudo tem limite. Ajudem-me, para que eu possa continuar a sessão com a sua normalidade. Parabenizo o deputado Sandro Régis, eu fui deputado de oposição durante 16 anos, sei o papel da Oposição, sei o papel do governo e sei o papel de vocês. Agora, me ajudem, porque não é possível que os deputados vão ao meu gabinete, uma grande parte, pedindo que

a Casa tenha tranquilidade para que possam votar livremente. O deputado vai votar de forma aberta e V.S^{as} acompanham. Quem V.S^{as} acharem que devem aplaudir, aplaudam. Agora, criticar e ofender, não fica bem para vocês e, principalmente, para a Casa. Serão sempre bem-vindos, mas tudo tem limite. A imprensa aqui é testemunha de que eu nunca tive tanta paciência como tive ontem e espero ter hoje. Agora, por favor, me ajudem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o deputado Tom Araújo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, funcionários públicos presentes a essas Galerias desde ontem, fazendo vigília e apelos para que os deputados do governo votem a favor dos servidores públicos, quero destacar o fato de que o governo Jaques Wagner conseguiu, durante 8 anos, passar o rolo compressor aqui, tudo que o governo mandava, da forma como vinha, era aprovado, inclusive, contrariamente a todo o discurso que o PT sempre fez, de que estava na defesa dos trabalhadores e dos servidores públicos. Parece que o PT, quando chega ao poder, rasga tudo que defendeu. Ontem, assisti aqui ao esforço dos deputados do PT, inclusive de um deputado por quem tenho um respeito muito grande, o deputado José Raimundo, lá de Vitória da Conquista, que chegou a fazer um comentário de que se fizesse uma pesquisa para ver se no passado foi diferente em outros governos ou não. Ou seja, o deputado do PT, para justificar um ato em que está indo de encontro aos interesses dos servidores públicos do Estado, voltava ao passado para dizer que eles, o PT, justamente, passavam a agir de forma igual ao que antes condenavam. Essa atitude é muito triste, porque vemos que o PT é um partido que rasga a sua história...

(As Galerias se manifestam.)

(...) e que, a partir de um certo momento, passa a não defender suas teses e a pregar contrariamente a tudo o que defendeu – os direitos dos servidores e dos trabalhadores.

Percebi, também, ontem, da parte do Líder Zé Neto... Vou dizer com muita sinceridade: eu senti muita pena do deputado Zé Neto, mas muita mesmo, porque o deputado não conseguiu a colaboração do governador Rui Costa para liderar a sua Bancada, a Bancada do governo. Estavam totalmente perdidos. Não sabiam se pediam verificação de quórum para a manutenção da sessão, se retiravam o projeto para colocar em votação hoje, e percebi que o deputado Zé Neto fez um esforço muito grande.

Olhe, deputado Zé Neto, eu tenho um respeito muito grande por V.Ex^a, que é um Líder nesta Casa, que sempre respeitou todos os deputados, tanto do governo como da Oposição, e quero solidarizar-me com V.Ex^a por ter passado vergonha ontem, aqui, no Plenário, quando não contou com a presença dos deputados do governo.

Parece-me que o problema com os deputados de governo foi resolvido hoje e a maioria deles está aqui, a serviço do governo e contra os servidores públicos.

Estaremos aqui, deputados da Oposição, debatendo, defendendo os interesses dos servidores e mostrando ao governo...

Ouvi o discurso do deputado Hildécio Meireles, que foi prefeito, do Executivo no Município de Cairu, onde realizou um estudo que demonstra que o governo tem possibilidade, sim, de dar 6,41% de reajuste sem fazer o que está fazendo: propondo um crime contra o bolso dos servidores. Em vez de retroagir e cumprir a lei, simplesmente o governo faz um ajuste de contas e diz que não dará retroativamente ao período que o servidor deve receber. Isso é um absurdo!

Absurdo também, que eu pude perceber, é que quem discute o projeto, quando chega, é o deputado da Oposição. E o governo, quando percebeu que retiramos a discussão, simplesmente enviou um emissário, o deputado Paulo Rangel, de quem gosto muito, para inscrever o nome na lista depois de ter sido encerrada a discussão.

Quero fazer um apelo aos deputados: que cumpram seu papel, mas não façam tudo pelo governo, esquecendo sua história e a defesa que têm que fazer. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado Pablo Barroso, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidores que se encontram nas Galerias Paulo Jackson, vimos anteriormente o deputado Hildécio Meireles mostrar, por A mais B, que não desequilibrará em nada as contas do Estado se o governo der o reajuste de 6,41% retroativo a janeiro, porque ajuste e aumento salarial não haverá de jeito algum, só perda.

O deputado Hildécio Meireles – que é auditor-fiscal por formação, foi prefeito duas vezes– mostrou isso por A mais B, e trouxe os cálculos para apresentar, e requereu ao Líder do governo, ao Líder do PT e aos deputados que apoiam essa reposição que esse projeto fosse retirado da pauta.

Parece-me que ontem foi um dia de discussão. Vocês viram a luta, a briga, e, às vezes, a discussão vazia, mas saímos daqui vitoriosos, porque pudemos evitar o sofrimento em um dia. Como é um governo com 8 anos e mais de 100 dias, costuma passar o rolo compressor.

Vimos o tanto de problemas que existem na política, e como a política do nosso País está. Ontem, vi deputados do governo trazerem argumentos sobre o Paraná. Ora, o que é que o Paraná tem a ver com o que estamos vivendo aqui? O deputado do governo podia trazer argumentos do País, do Brasil, dizer que estamos em crise, que a crise econômica está aí, que o governo federal está com problemas, que as finanças estão desajustadas – e nós sabemos o porquê –, dizer que os dois últimos tesoureiros do partido deles foram presos, que existe o petrolão, mensalão, que a máquina é usada para “companheiragem” lá, em Brasília, e aqui do mesmo jeito, e que isso está em primeiro plano.

Ontem, vi deputado do governo dizer, deputado Targino: “Vejam, aquelas

peessoas que estão ali em cima nunca votaram na gente. Eu conheço quem está ali, nunca votaram”.

Eu imagino que o pensamento dos deputados de governo seja: “Vejam, aos servidores públicos que votaram, a gente dá um empreguinho, um carguinho, uma “companheiragem” no governo. Os que não votaram, fumo neles”.

O pensamento, deputado Adolfo, parece-me que é esse. Infelizmente, ninguém vem aqui discutir. Por quê? Porque, infelizmente, os 6,41% de reajuste a partir de janeiro, a data-base, que é dever do Estado, não estão sendo dados por má vontade política. Dinheiro existe no caixa. Agora, a prioridade política é só uma: a “companheiragem”. Infelizmente, nós não vemos projeto algum desse governo.

Aí, eu faço um apelo aos deputados do governo: retirem da pauta esse projeto e vamos discutir, porque se botar no papel, na ponta do lápis, dá para se conceder um reajuste, aliás, uma reposição digna para os funcionários, os servidores públicos que estão aqui e que ajudarão a tirar a Bahia do caos em que vocês colocaram.

Eu queria pedir, também, sensibilidade a todos os deputados do governo. E, aí, temos duas histórias: a história das pessoas que se sensibilizaram com o apelo da população, do sindicato, dos servidores públicos e ouviram as vozes da rua. E temos a história daqueles que se fizeram convencer, numa mudança de 24 horas, a estar no Plenário para votar, devido a uns carguinhos. Qual é o País que queremos construir? Qual é o Estado que queremos construir? Fica a reflexão.

A população, que é quem escolhe os seus mandatários, acaba sempre sendo a última a ser priorizada. Infelizmente, nós vivemos essa realidade.

Faço um apelo aos deputados do governo: retirem esse projeto da pauta e façam a parte de vocês, que é olhar para as pessoas, porque as contas estão aumentando e o salário só diminuindo. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson que nos acompanham e vêm reivindicar os seus direitos, senhores da imprensa, quero começar o meu discurso, deputado Luciano Ribeiro, dizendo a esta Casa que muitos deputados governistas, principalmente do PT, insistem em dizer que a Oposição quer politizar esse assunto. Em momento algum estamos aqui para politizar esse assunto. A emenda que fizemos foi explicada aqui pelo deputado Hildécio, que provou que se for concedida a parcela única de 6,41% retroativamente a janeiro não causará qualquer prejuízo ao Estado da Bahia.

Agora, precisa ficar claro para a Bahia e para a imprensa: enquanto o governo insiste em adotar o discurso de que não tem dinheiro, que não tem condições, a politicagem toma conta do governo do PT. A Bahia é o quarto estado em número de secretarias em todo o Brasil. Para cargos de confiança, para criar secretaria, para

angariar partidos, para politizar a estrutura existe dinheiro. Agora, para dar o reajuste ao servidor, não tem dinheiro. É essa a grande questão.

Proporcionalmente, deputado Targino, a Bahia tem mais cargos comissionados do que São Paulo. A Bahia tem o mesmo número de secretarias, ou mais, se não me engano, que o Estado de São Paulo, que é o mais rico do Brasil. Isso não justifica. Como se justifica a Bahia ter mais secretarias do Estado de São Paulo? É por isso que o dinheiro não dá. Aqui é feito no mesmo modelo de Brasília, para se negociar cargos com políticos, para dar cargos a partidos. É o famoso governo, líder Luciano, do apadrinhamento, no qual a força política esmaga a eficiência técnica. Quem disse isso foi o ex-secretário de Indústria e Comércio do Estado da Bahia quando foi ao Jornal A Tarde e disse que a Jac Motors estava indo embora, deputado Fábio Souto, porque a fazenda travava, porque sequer tinha licença ambiental, e não era possível – não quero entrar no mérito da qualidade ou da idade do profissional – tirar técnicos qualificados para fazer indicações políticas.

Para isso, o governo tem dinheiro; para ter mais secretarias que São Paulo, o governo tem dinheiro; para ter proporcionalmente mais cargos comissionados que São Paulo, o governo tem dinheiro; para ações efetivas de combate à violência, sendo a Bahia o Estado proporcional com maior índice de homicídio no país, o governo não dá prioridade, sendo a Bahia um dos Estados com maior caos na segurança, na saúde pública do Brasil, o governo não tem dinheiro; sendo a Bahia, deputado Targino Machado, para concluir, Sr. Presidente, que apresenta nesta Casa um projeto de lei que divide em duas vezes - em março 3,5; em novembro 2,8 – e nesse período de março ao período de novembro milhares de servidores irão ganhar uma parte do salário-mínimo, que é inconstitucional, e eles dizem que não tem dinheiro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para concluir, Sr. Presidente, eu falo que são duas Bahias, a Bahia dos amigos e companheiros do PT e a Bahia dos baianos, das mortes, do sofrimento e da falta de respeito.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento os funcionários e servidores que estão numa campanha justa por melhores salários, cumprimento os colegas de imprensa.

Ontem, vi um grande momento do parlamento. Tenho falado aqui - ouvi num congresso da Unale, em Brasília - que os mais experientes estão conclamando o parlamento para que este reaja. O parlamento vem reagindo, e a razão disso é junho de 2013, quando o povo brasileiro foi às ruas e colocou a classe política, o parlamento e o governo em xeque, principalmente os governos perdulários.

De novo o povo brasileiro voltou às ruas, e eu estou entendendo que o político sábio, os políticos mais sensíveis estão em sintonia com o desejo do povo brasileiro. O Parlamento em Brasília está mudando! O governo federal sofreu, ontem, duas derrotas.

Na minha terra, Vitória da Conquista, antes de chegar aqui, eu dizia na rádio, deputado Fábio Souto, que a nossa Câmara de Vereadores era mansa e obediente. São 21 vereadores, 18 ligados ao governo do PT e apenas três contrários. Lá em Vitória da Conquista o Legislativo reagiu! Mesmo o prefeito tendo uma esmagadora maioria, a Câmara ganhou altivez! O prefeito não consegue mais comandar a Câmara como comandava.

Eu chego aqui, nesta Casa, e o Parlamento tem um placar de 44 a 19. São 44 deputados governistas e 19 apenas na Oposição. Eu gostaria de fazer um apelo ao Parlamento do Estado da Bahia. Eu venho falando, antes de chegar nesta Casa, que o Brasil está cansado de ter vereadores do prefeito, de deputados do governador, de deputados da presidente e de senadores da Presidência da República. E o povo sofrendo, sendo humilhado com uma inflação e um desgoverno que atropelam a Nação brasileira.

Ontem, eu vi no Parlamento um grande momento, e eu quero creditar o grande momento do Parlamento da Bahia à atuação do deputado Targino Machado, homem corajoso e eloquente, que foi para cima num enfrentamento necessário. Gostaria também de enaltecer a posição correta do Líder Sandro Régis que vem, com muita sabedoria, conduzindo as oposições nesta Casa.

Hoje, assim como ontem, poderemos ter aqui uma repetição, o desejo dos deputados. Espero que os deputados de Situação não se transformem em deputados do governo e que possam reagir e votar em defesa da classe trabalhadora!

(As Galerias se manifestam.)

Essa proposta de aumento é uma indecência! O PT demonstra, quando defende isso, que ele acabou, que ele está cansado, que ele não existe mais! Ele está longe de ser um partido que nasceu com a proposta da ética, da moralidade e da defesa do trabalhador. Não é isso que estamos presenciando!

Espero que o governo retire esse projeto, para que ele possa ser repensado e que possa contemplar os trabalhadores, os servidores públicos do Estado da Bahia. Esse é o meu apelo! Apelo ao Líder Zé Neto para que ele possa, como ontem, retirar esse projeto da pauta e para que todos, sentados à Mesa, possam buscar uma alternativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, nesta sessão, na tarde desta quarta-feira, estamos discutindo um tema importantíssimo: o reajuste dos servidores do Estado da Bahia. Ontem, alguns parlamentares, constrangidos com esse aumento – na realidade não é aumento nenhum, podemos chamar de reajuste inflacionário – não se fizeram presentes para realizarmos a votação. Espero que o governo não tenha convencido os deputados a aprovar esse reajuste que não atende aos servidores do Estado da Bahia.

Nós queremos discutir e chamar a atenção dos governistas que pode ser dado um aumento justo e que os funcionários aceitam, que é o reajuste de 6,5%. Não podemos ficar aqui, deputado Adolfo Menezes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Formule a sua questão de ordem, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Formularei. Tenho cinco minutos para formular, Sr. Presidente.

Eu queria só chamar a atenção dos parlamentares da base do governo para que venham ao Plenário para poder ouvir os nossos argumentos. Quem sabe eles se sensibilizam com a causa dos servidores públicos da Bahia? Não é razoável que estejamos aqui a discutir um assunto desta importância e os parlamentares governistas não se façam presentes ao Plenário. No mínimo, deputado, eles devem estar constrangidos. Ontem não vieram para cá porque sabem que este reajuste é insuficiente, imoral e não atende aos servidores.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Vou concluir a minha questão de ordem, Sr. Presidente. Pode ficar tranquilo.

Queria realmente que os parlamentares da base do governo viessem ao Plenário ouvir os nossos argumentos. Nessa terça-feira boa parte dela ficou com vergonha de olhar para a cara dos servidores, e por esse motivo não tivemos o quórum para fazer a votação. Tenho certeza de que eles não mudaram de ideia de ontem para hoje. Por esse mesmo motivo, gostaria que viessem ao Plenário para ouvir os argumentos e olhar de frente os servidores do Estado da Bahia que estão aqui nas Galerias querendo ouvir os argumentos tanto da Oposição como do governo.

Por essa razão, solicito a V.Ex^a uma verificação do quórum de continuidade da presente sessão para que os parlamentares governistas possam olhar de frente para os servidores do Estado que nesta Casa estão. (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Zerem o painel.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, tendo em vista que o nosso par quer derrubar a sessão, quero que V.Ex^a marque os 15 minutos regimentais e convoque todos os parlamentares a adentrar o Plenário e marcar suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Solicito que seja marcado o tempo

regimental de 15 minutos.

Quero convocar os deputados que se encontram nos gabinetes, no cafezinho, no restaurante e em outros setores desta Casa a comparecer ao Plenário para dar presença, porque há um pedido de verificação do quórum de votação para a continuidade da sessão feito pelo deputado de oposição Adolfo Viana.

Adolfo Viana, fique tranquilo, que os deputados estão na Casa. E acredito que este projeto será votado hoje.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão. V.Ex^{as} que se encontram nos gabinetes ou em outras dependências desta Casa, favor comparecer ao Plenário.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, quero colocar o seguinte: em tempo algum a Oposição é contra a votação. Nós queremos o reajuste dos servidores, mas queremos um reajuste decente, justo. A Embasa, por exemplo, está querendo reajustar a conta de água em 9,9%, mas só querem dar 3,5% aos servidores. Como é que a conta vai fechar no final do mês?! A conta no final do mês não vai fechar, Sr. Presidente.

Ontem os deputados governistas, ao perceberem que não tinham quórum para a votação, derrubaram a sessão. Não sei se hoje eles já convenceram aqueles deputados que estavam constrangidos ontem de que é este o reajuste que os servidores merecem.

Diferentemente do que foi dito aqui na semana passada - que existia um consenso entre o governo e os servidores -, ficou claro para este Plenário que 12 a 13 sindicatos são contra este reajuste e apenas dois são a favor. (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Vou concluir, Sr. Presidente. Começo a perceber que os parlamentares da base do governo começam a chegar até o Plenário. É importante que venham para ouvir os nossos argumentos, que são dados pelos servidores do Estado da Bahia, de que 3,5% é menos do que a inflação. Eles perdem o poder de compra, sem sombra de dúvida.

Tenho certeza de que os parlamentares da base do governo não farão...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Irei concluir, Sr. Presidente, em três minutos com a tolerância de V.Ex^a. Os parlamentares da base do governo, principalmente aqueles que não têm opinião formada ainda, se não estiveram presentes ontem, é porque não sabem ainda como irão votar.

Mas quero também dizer aos deputados governistas que a Oposição hoje

ficará vigilante por todo o tempo. Se necessário for, vamos estender esta sessão até a manhã do dia seguinte, porque não vamos retroceder um minuto sequer nem aceitar que este reajuste imoral seja votado. Imoral e inconstitucional, presidente! Projeto inconstitucional, porque haverá os servidores do Estado que ganharão menos do que o salário-mínimo.

O Sr. Zé Neto:- Olhem, estão vencendo os cinco minutos dele já.

(Deputados falam fora do microfone.)

O Sr. Adolfo Viana:- Eu gostaria, Sr. Presidente... Deputado Zé Neto...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo...

O Sr. Adolfo Viana:- Peço calma ao deputado Zé Neto, porque ainda tenho um minuto e quarenta para formular a minha questão de ordem. E depois ele terá cinco minutos para formular a dele. Deputado, neste 1 minuto e 30 segundos eu vou voltar a lhe fazer um apelo. O deputado Rosenberg ontem disse que a história de luta dele em favor dos sindicatos falava por si só. Tenho certeza de que V.Ex^a também tem uma história de lutas bonitas. Não rasgue a sua história hoje. Os servidores fazem um apelo aos deputados governistas. Vamos retirar este projeto e sentar para negociar com os servidores. Ou vamos dar o reajuste de 6,5% retroativo, e estará tudo certo com a Bancada da Oposição. (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo, para concluir.

O Sr. Adolfo Viana:- Vou concluir, presidente. A Bancada oposicionista sinaliza a obstrução porque será feita, e a gente aceita o pleito dos servidores do Estado da Bahia.

Finalizo, Sr. Presidente, fazendo este apelo ao deputado Zé Neto em nome dos servidores do Estado da Bahia. (Palmas!) O reajuste digno é o de 6,5 %.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Vou concluir, Sr. Presidente. Faltam 30 segundos.

Não crie, deputado Zé Neto, esse constrangimento para os parlamentares da base que não querem votar este reajuste.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo, para concluir. V.Ex^a terá muito tempo ainda durante o dia.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, está concluído. V.Ex^a pede, e eu atendo. Está concluído.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, existe uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

Deputados Aderbal Caldas, Alan Castro, Alan Sanches. Já tem número.

Então, deputado Zé Neto, vamos ao Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, primeiro eu queria colocar que o Parlamento é isto que estamos vivendo na sua plenitude, na sua concepção mais democrática. Que seria o Parlamento se não houvesse as divergências, as composições, os debates, as situações que precisam ser melhoradas. Não se melhora, não se adequa, não se caminha dentro de qualquer situação se não tivermos esta turbulência própria do Parlamento.

Tenho tranquilidade ao dizer isso porque ontem, em meio a toda esta turbulência que estamos vivendo, o que é normal e natural em dias de votação, sentamos eu e o deputado Sandro Régis com o presidente Marcelo Nilo numa demanda superpositiva. A de trazer para a Bahia uma gestão de cotas no são-joão para que os nossos forrozeiros, cantadores, repentistas - aqueles que têm evidentemente defendido a cultura popular - tenham desta Casa, deputado Targino, o respeito às normas e que deem a esse setor da cultura baiana uma importância maior e a reserva de mercado.

Já há aqui um projeto de lei da deputada Luiza Maia que, com certeza, vai subsidiar essa construção. Nela teremos eu e o deputado Sandro Régis, Líder da Oposição, uma tarefa por demais importante, o que demonstra que essas disputas que nós temos nestes momentos são pontuais e fundamentais para que haja a oxigenação deste Poder.

Este Poder não pode ser um Poder alienado, estático e travado. Quando estamos a discutir uma situação dos servidores com o Estado da Bahia, nós estamos...

Eu pediria a alguns que neste momento nos ouvem... Esta Casa sempre estará aberta, e acho que um dos grandes ganhos da sociedade é ver o nosso Poder Legislativo a cada dia mais aberto ao povo e às organizações. Agora, fora do calor das emoções e das músicas que em determinados momentos se compõem nessa caminhada, eu queria pedir um pouco de respeito, pois estou fazendo uma articulação de ideias. Pediria realmente um pouco de respeito, da mesma forma que nós respeitamos a todos que compõem esta Assembleia e dela participam. Em qualquer uma destas instâncias a que nós estamos presentes no dia a dia, no Poder Legislativo, ou no Poder Judiciário, ou no Ministério Público, ou em qualquer outra desses Poderes, acho que o respeito é sempre bem-vindo para que tenhamos o liame e o limite do processo democrático tranquilo.

Queria dizer, por exemplo, que ontem observamos que havia dificuldade em uma das Comissões e estaríamos apertados no quórum da votação. É claro que havia

preocupações de diversos deputados. Nós fomos ouvir um a um, e muitas delas eram pertinentes. Por exemplo, tinha pertinência a preocupação dos parlamentares que são médicos. A deputada Fabíola colocou para mim claramente que estava preocupada com o PCCV dos médicos e queria uma confirmação sobre o decreto que ia fazer caminhar a evolução de carreira.

O Estado, por outro lado, tinha combinado com o sindicato uma caminhada. E, quando fomos para a questão legal, havia alguns entraves. A própria Procuradoria chamou a atenção para não haver rebates negativos no próprio conjunto da relação dos médicos não só do funcionalismo público, pois podia haver outros rebates diversos, principalmente nos PJ's, que tinham de compor um processo. Era natural que se buscasse o melhor. Eu disse à deputada Fabíola que a reivindicação dela era pertinente. O sindicato também tem caminhado no mesmo sentido, e nós vamos fazer tudo para atender. Vamos afinar essa negociação.

Da mesma maneira como havia outros deputados que reclamaram de algumas situações do dia a dia da Casa que são pertinentes e estavam aqui trabalhando para votar. Eles tinham igualmente outras situações que estavam sendo postas e precisavam ser refletidas. Enfim, não vejo absolutamente nenhuma situação que poderia dizer ser grave nem que tivesse dificuldade em enfrentá-la para melhorar não só o projeto, como também a participação e a cumplicidade dos deputados em relação a ele.

Sobre o PL, nessa terça-feira conversei com muita distinção com o Sindicato dos Enfermeiros. Eles estavam aqui ontem participando das manifestações legitimamente e hoje continuam na Casa reclamando. Temos que ouvir. Os enfermeiros querem participar mais das negociações, querem mais envolvimento nessas questões.

Penso que, na medida em que você senta com a Federação dos Trabalhadores do Estado, que representa todos os sindicatos, é possível conversar com uma grande parte deles, o que não quer dizer que alcançaremos a unanimidade. Evidentemente alguns sindicatos, por legitimidade, dizem que não concordam, apesar de ter havido negociação. Isso também faz parte do processo democrático. Entretanto posso garantir que a maioria dos sindicatos que foi às negociações pôde ver de perto o que tínhamos de dificuldade e possibilidade.

As dificuldades estão colocadas no plano de uma realidade que não é apenas da Bahia. O deputado Rogério Andrade, que, aliás, tem sido um companheiro presente nestes últimos dias na composição dos diálogos, pôde ver de perto que houve um esforço titânico, eu diria, do governador Rui Costa.

S.Exa. tem uma história de vida toda voltada para os movimentos sindicais. Ele foi sindicalista. Tem na sua pele, na sua alma, no seu DNA a defesa dos interesses dos trabalhadores. Inclusive foi pessoalmente tratar de perto com as Secretarias da Fazenda e Administração, os secretários das maiores Pastas, para que fosse buscada uma solução que se aproximasse ao máximo das condições e possibilidades do Estado.

Se alguém perguntar para mim se é o melhor que podemos fazer, direi que é o melhor que podemos fazer. É o melhor do que vocês queriam? Não. Não é o melhor também do que queríamos. Queríamos ter uma situação financeira que não fosse grave, do ponto de vista do equilíbrio, para o País e o mundo. Não adianta querer tirar as dificuldades que estão sendo vividas no plano internacional.

Anteontem tivemos os dados do primeiro quadrimestre dos principais países do mundo. Já sabemos que a China, que crescia até 14%, crescerá em média - Olhe que distorção, deputado Gika! - 6,5%, 6,7%. (Vaiais!)

O Japão terá um crescimento este ano, deputado Herzem, que alcançará 1%. O Japão! Lembro que na década passada o Japão era o grande responsável pelo crescimento dos Tigres Asiáticos. Todos nós lembramos, deputado Targino, o que era o Japão.

(Os servidores públicos do Estado se exaltam.)

Sr. Presidente, uma coisa é manifestação. Outra coisa é xingamento. Penso que as pessoas devem ser identificadas pela Segurança. Não estou aqui para ser xingado. Isso não tem sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Zé Neto, Srs. Deputados, vou deixar a presidência. Se continuar presidindo a sessão, mandarei esvaziar as Galerias. Como não sou o presidente, vou desocupar o lugar para não ter que chamar a polícia para tirar esses gaiatos.

(Os servidores públicos do Estado continuam exaltados.)

Mando a polícia tirá-lo para você aprender a respeitar. Comigo não tem problema algum.

O Sr. ZÉ NETO:- Temos disputas políticas com os deputados de oposição, não me lembro de ninguém me xingar ou de eu xingar ninguém, não precisa isso. Agora, estou aqui falando e alguém me xingar, vi agora xingando até a minha mãe, o que é isso? Não tem sentido essas coisas. Acho que tem que ter cuidado para não ultrapassarmos o limite da tolerância.

Então, Sr. Presidente, deputado Pablo, vamos contribuir...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Tom, V.Ex^a poderia assumir aqui? Para eu não ter que mandar a polícia tirar esses que não querem respeitar a Casa, prefiro não presidir a sessão, porque não faço média, não jogo para a plateia, se eu tiver de mandar a polícia tirar, você principalmente, então como não sou o presidente de direito da Casa, vou largar a sessão para não ter que mandar a polícia tirar você agora.

(Manifestação das galerias.)

O Sr. ZÉ NETO:- Pessoal, acho que é legítimo vocês reclamarem...

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Vamos permitir que o deputado Zé Neto fale. Se vocês continuarem fazendo manifestação nas Galerias, vai ficar ruim para todo mundo. Eu sou deputado de Oposição e respeito tanto o pessoal do governo quanto vocês que estão aí nas Galerias. Mas vocês não podem ficar hostilizando os

deputados que estão usando a tribuna. É um direito do deputado falar e manifestar aquilo que eles defendem.

Então, vocês tenham compreensão, é um apelo que esta Presidência faz, o deputado Marcelo Nilo, que é o presidente, já fez isso por diversas vezes. Então, solicitamos a vocês que fiquem, por favor, contidos, porque o deputado está na tribuna e precisa falar.

O Sr. ZÉ NETO:- Essa atitude, agradeço ao deputado Tom, deputado de Oposição, acho que devemos ter um limite para essas situações, para não ultrapassarmos o respeito a esta instituição. Esta Casa tem um papel importante na construção da sociedade, temos que respeitar isso.

Continuando o que eu vinha dizendo, quando vemos o que está acontecendo com o Japão, 1% de crescimento; a Espanha com o desemprego, um dos maiores da história do mundo. Quando olhamos a situação do País mais forte da Europa que é a Alemanha, crescendo 1,7%, isso nos dá uma grave situação que pode, evidentemente, nos trazer essa preocupação com relação ao que temos que fazer dentro das nossas contas.

O aumento que foi dado pelo governo estadual da ordem de 6,41, hoje, até aqui, só quatro estados no Brasil anunciaram o aumento; nós estamos anunciando. A nossa conta e o nosso acompanhamento dão conta de que 16 estados estarão com dificuldades nos próximos meses para pagar em dia o salário dos servidores.

Nós estamos vivendo neste instante, estado como São Paulo, como foi dito ontem pelo deputado Rogério Andrade, estados como o Rio de Janeiro, Paraná, com dificuldades profundas e até aqui tiveram zero de aumento. Quem sabe o que será? Além disso, deputado Sandro Régis, a quem tenho muita estima e respeito, na Bahia temos dois tipos de reajustamento: o reajuste linear, que é dado a todos os trabalhadores do Estado, e o reajuste que é dado por categoria, este, é importante ser frisado.

Por isso que a deputada Fabíola nos colocou a necessidade de aprimorar junto aos médicos o PCCV; por isso que o deputado Alan também nos trouxe essa preocupação; por isso aqui nesta Casa a Oposição faz coro e temos que ouvir em parte as situações que precisam ser resolvidas e vamos tocando essas resoluções.

Paralelamente a esse aumento que é dado de forma linear, estarão caminhando os projetos e encaminhando os acordos que foram celebrados com as grandes categorias e com as pequenas. Com as grandes categorias, vamos continuar como fizemos com a GAP, que tem um ganho nominal entre 8,30% e 11,74% para os policiais militares e 9,95% e 18,28% para os policiais civis, considerando a folha de março. Essa medida, por si, terá um impacto, deputado, de R\$112 milhões para os cofres do nosso Estado. O impacto da folha do reajuste linear é da ordem de R\$390 milhões para o nosso Estado. E, isso tudo, em meio à situação nacional de extrema sutileza e gravidade no equilíbrio econômico dos Estados brasileiros. Muitos deles, como repeti há pouco, não têm apontado nem para reajustamento linear e nem para reajustamento de carreira em alguns casos e em algumas situações.

Está posta aí a dificuldade de até continuar pagando em dia salários, o que não acontece com a Bahia. Nós vamos encerrar o ano sem nenhuma perda salarial do ponto de vista histórico e acumulando, inclusive, para as grandes categorias, os ganhos oriundos das correções de carreira e também dos reajustamentos que foram pactuados de forma que essas categorias terão pontualmente outros ganhos além do linear. Essa é uma convocação que estamos fazendo para manter essa política da recuperação e de incremento salarial para todas as categorias do nosso Estado. Não temos neste instante outra coisa senão dizer à população que é o que está sendo possível ser feito e, quando fizemos essa proposição, nós trabalhamos aqui intensamente com a mesa de negociação aberta, podendo atender a todos os questionamentos que foram feitos pelas categorias.

Eu me lembro, no passado, que não se tinha diálogo nem quando tínhamos uma greve acontecendo no Estado. Hoje não precisa greve, precisa manter o diálogo, precisa botar na mesa, lá, adequadamente, as contas, responder os questionamentos, tratar com extrema transparência e tratar com extrema responsabilidade cada centavo que é arrecadado e buscar especialmente quais são as perspectivas de arrecadação futura. E isso foi feito milimetricamente na mesa.

Deputado Tom, quem pôde participar das negociações, pôde aferir de perto que esse momento é um momento sublime para que tenhamos a cumplicidade. Sei que a Oposição vai fazer o papel dela, e é do processo de oxigenação da democracia. E isso não nos incomoda do ponto de vista pessoal em nada. É a decisão política que está sendo tomada pelo governo e pela maioria, fruto de um debate com a maioria dos sindicatos, não todos, porque alguns reclamam, e se reclamam têm em parte a sua reclamação para ser tratada com legitimidade, porque não concordaram, mas no conjunto da democracia a maioria dos sindicatos que lá estava e representados pela federação, que representa legitimamente a maioria dos sindicatos, esse movimento foi feito. E nós temos apresentado aqui, e apresentamos, uma proposta oriunda desse debate formulado dentro de um processo democrático e republicano. Esse processo democrático e republicano é, sem nenhuma dúvida, das maiores conquistas que temos na política baiana. E não precisa outra coisa senão tratar de conduzir com essa transparência esses movimentos que são feitos no âmbito da administração do Estado.

Eu quero aqui dizer da minha alegria também de ver hoje a base do governo podendo também colaborar de forma mais densa para que hoje possamos sair daqui mais tranquilos e que essa política salarial vai ter uma sequência. Vai ter uma sequência apontando para o futuro. Apontando para o futuro onde não teremos e não encerraremos este ano no governo da Bahia com perdas salariais. Não encerraremos este ano, na Bahia, senão, para as grandes categorias, com ganhos, inclusive do ponto de vista real, porque a massa salarial não recebe apenas como incremento salarial o aumento linear. Ela recebe como incremento salarial também as políticas setoriais de acordos que são celebrados no âmbito das categorias uma a uma com suas questões mais específicas.

É desta forma que acho que deveremos tratar a situação que estamos a viver.

No mais, o que temos aqui é uma Casa Legislativa oxigenada. No mais, o que temos aqui são comissões funcionando. No mais o que temos aqui são debates que estão se dando dentro do plano do que temos de melhor, que é a divergência na medida certa. A divergência que pode ocorrer entre Oposição e Governo. A divergência pode ocorrer, inclusive, dentro da própria base.

Alguém da imprensa, hoje pela manhã, me perguntou como conseguimos as divergências acontecidas dentro da própria base. Eu respondi-lhe que nós trabalhamos, anos e anos a fio, para ter, neste Estado e neste País, um processo democrático, onde o convencimento passa pelo processo republicano e o convencimento fosse o mais importante no jogo político do que, apenas, um mando ou um comando oriundo de um ou duas cabeças.

Nós vivemos, hoje, a necessidade de convencer e de dialogar. E, na truculência e na crise, não está posto o fim. Na crise, está posto, sempre, o reinício. Os orientais tratam a crise da seguinte forma, qual seja, a crise está na oportunidade.

E se há, também, alguma movimentação ou alguma turbulência ou se há alguma coisa que se cria ruído em nossa base, cabe a nós e a cada um de nós fazer o que fiz, como Líder, de ontem para cá. Fui a cada deputado perguntar o que se passava. Ouvi de cada deputado as questões que estavam postas e as situações colocadas para melhorar o projeto ou para buscar situações que fossem melhor para o Estado.

Todas essas reclamações fazem parte do contexto de quem, hoje, pode comemorar que, na Bahia, vivemos a plena democracia; que, na Bahia, não precisa mais se viver na perseguição da política; que, na Bahia, adversários não são inimigos; que, na Bahia, um adversário não precisa destruir o outro; que, na Bahia, as ideias, em todos os campos, devem proliferar e ser respeitadas. Por fim, a nossa unidade não é fruto de um processo estanque tampouco um processo paralítico, qual seja, o de ficar aguardando quem dará o comando ou quem piscará o olho.

Em nossa democracia, a nossa Base de governo comporta, sim, divergências, comporta, sim, movimentações e insatisfações e comporta, além de tudo, nós conversarmos e aprimorarmos, a cada dia mais, o nosso convívio, o nosso relacionamento e a nossa melhoria para o nosso projeto de governo. O nosso projeto de governo é o da democracia; é o projeto republicano que tem na conta de que divergências acontecem e precisam ser apuradas e avaliadas.

Há poucos dias, quando vimos as manifestações de rua, deputado Targino, alguns perguntavam: “O que você diz acerca das manifestações de rua?” E perguntavam a Lula, e perguntavam a Rui, e perguntavam a Wagner, e perguntavam, até, à presidente Dilma. Todos nós respondemos a mesma coisa: “Nas manifestações de rua, não podemos fechar os olhos e dar as costas a tudo. Ao contrário, temos de abrir olhos e ouvidos.”

E ouvi boa parte das manifestações que são, evidentemente, legítimas. Em uma manifestação de rua, como a ocorrida há poucos dias, havia situações que não interessavam à democracia, à construção republicana e não interessavam, inclusive

politicamente, a essa situação que vive, hoje, o mundo. E, aí, nós temos de ter a capacidade de abstrair o que não interessa e ter a capacidade de ouvir o que interessa, a fim de nos pautar e melhorar a nossa ação para, ao ouvir as ruas, legitimar ainda mais a nossa condição de governar.

A legitimação, a condição de governar e a condição de tocar em frente este projeto, sem nenhuma dúvida, é, fundamentalmente, a condição de ouvir, dialogar e manter...

(Um Sr. Deputado manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. ZÉ NETO:- Deixo, aqui, o meu pedido de desculpas, pois gostaria de ouvir o seu aparte. No entanto, V.Ex^a não pediu; disse que pediria e não pediu. Peço-lhe desculpas. Não ouvi se V.Ex^a me pediu.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Mas é isso, Sr. Presidente.

Espero que, hoje, mesmo em uma tarde com ânimos quentes, antes do mérito da questão do reajuste, seja uma tarde de discussão democrática, republicanismo e fortalecimento do Poder Legislativo do Estado da Bahia. (Vaias.)

É isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

O Sr. Pablo Barrozo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Questão de ordem do deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Queria dizer que estiveram, aqui, alguns membros do Sindicato da Saúde para nos avisar que as galerias são de todos e as mesmas estão sendo ocupadas por 3 ou 4 gatos pingados que estão, ali, só para vaiar e atrapalhar a reivindicação justa dos servidores que vieram, aqui, fazer o trabalho deles.

Esta Casa é do povo!

Gostaria de que a Presidência ficasse atenta, porque há 3 ou 4 gatos pingados que estão aqui para vaiar e para bagunçar a reivindicação dos servidores com o intuito de, justamente, provocar uma possível expulsão das pessoas que estão aqui para acompanhar esta sessão.

Sr. Presidente, quero salientar, aqui, que o Líder da Maioria é um homem inteligente e eu o respeito muito. Mas, infelizmente, ele está prestando, aqui, prestando um serviço ao governo e mostrou, através do seu discurso – acredito que não coaduna com o pensamento dele – que ele teve de fazer e está, totalmente, desconectado das realidades do mundo, do Brasil e da nossa Bahia.

Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para a continuação desta sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Pela ordem, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a zerar o painel e dar os 15 minutos regulamentares para que a gente possa, se preciso, restabelecer o quórum.

Quero, também, neste momento, convidar todos os deputados da Base do governo que estão no cafezinho, nos gabinetes, na biblioteca, recebendo inclusive alguma liderança, que se façam presentes a este Plenário para podermos recuperar o quórum e votar este projeto o mais rápido possível.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- V.Ex^a, deputado Paulo Rangel, será atendido.

Solicito zerar o painel e marcar o tempo regulamentar.

Faço um apelo aos deputados que estão presentes na Casa para marcarem as suas presenças aqui em Plenário.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, solicito uma questão de ordem no tempo regulamentar dos 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Pela ordem, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, vou aproveitar este tempo para comentar um tema que começou a ser debatido nesta Casa, pois acho de grande importância. Mas que pode, inclusive, ser implementado a partir de uma política de governo.

Contudo, esta Casa não pode, de forma alguma – e para isso chamo a atenção dos deputados da Comissão de Constituição e Justiça –, aprovar um projeto de lei contrariando a Constituição Federal ou quebrando o Pacto Federativo ou, ainda, questionando cláusula pétrea Constituição Federal como a igualdade entre as pessoas.

O tema se trata da igualdade entre as pessoas.

Estão a dizer que, para participar de festas na Bahia, terão de ser baianos, pelo menos, 70% dos artistas a serem contratados. Isso não existe! Isso pode, inclusive, virar algo contra artistas da Bahia fora do nosso Estado. Não podemos, inclusive do ponto de vista artístico, cometer esta violência.

Também, estão a dizer que vamos aprovar, aqui, cotas de baianos para as universidades da Bahia. Isso é, absolutamente, ilegal. Contra isso, pode ser feito um indicativo. Eu assino o indicativo para que o governo do Estado implante uma política voltada para esta finalidade.

Mas, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, votarei contra, porque se trata de uma ilegalidade. E queria aproveitar o meu tempo final para continuar convocando todos os deputados da base do governo para se fazerem presentes no Plenário, pois temos aqui um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Portanto precisamos aqui de 21 Srs. Deputados.

Já temos, Sr. Presidente. Já recuperamos o quórum e podemos dar início ao Horário das Lideranças Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria e

do governo, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador a indicar.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/ PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu falarei por cinco minutos e o deputado Augusto Castro, por seis minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana por cinco minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, está muito claro para a Bancada da Oposição e para todas as pessoas que nos acompanham...

O deputado Roberto Carlos está aqui ao meu lado, espero que ele faça uso desta tribuna e diga aos servidores qual será seu posicionamento.

Srs. Deputados, ontem, os servidores se fizeram presentes para saber como seria definido por esta Assembleia a questão do reajuste dos servidores públicos da Bahia. Ontem, os Srs. Parlamentares, desconfortáveis com esse reajuste imoral sugerido pelo atual governo, não se fizeram presentes. E nós solicitamos uma verificação de quórum e não apareceram os deputados.

Hoje, diferentemente de ontem, percebo que os parlamentares se fazem presentes constrangidos, obviamente, porque hoje, a serviço do governo, vão tentar passar o rolo compressor em cima dos servidores do estado da Bahia.

O deputado Marcelo Nilo, presidente desta Assembleia, falou várias vezes que lutou muito para que este Poder fosse independente, que trabalhasse em harmonia com o Poder Executivo. Mas, Srs. Servidores, infelizmente, o que me parece é que este Parlamento em nada se parece com um Poder independente. A base do governo hoje se agacha para o Poder Executivo e pretende votar um reajuste que não reajusta absolutamente nada o salário dos servidores do Estado. Pelo contrário, diminui o poder de compra do servidor do Estado da Bahia. Por diminui, deputado Eduardo Sales? Porque a inflação que ultrapassa 6,5% é maior dos que os 3,41% que o Executivo quer dar aos servidores do Estado da Bahia.

Tenho a certeza de que essa oposição formada por 19 parlamentares não irá desistir de defender o interesse do servidor do Estado da Bahia. Ficaremos vigilantes a todo tempo, chamando a atenção e convidando os parlamentares a refletirem que essa proposta não reajusta absolutamente nada. O reajuste da Embasa está em 9,9%. Se o servidor público já ganha pouco, recebendo um reajuste menor do que a inflação, vai ganhar ainda menos. Tem funcionário público que vai receber menos de um salário-mínimo, e isso é inconstitucional.

Será possível que os parlamentares da base do governo, na ânsia de dizer amém ao que o governador impõe a essa base, aprovam um projeto desses, que diminui o Poder Legislativo, e fogem das suas atribuições, fogem das suas

responsabilidades? (Palmas.)

Quero dizer aos deputados da base do governo que votar esse projeto da maneira como está significa virar as costas para os servidores públicos. Muitos de V.Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Deputados, que vão disputar as eleições para prefeito, saibam que nas cidades de V.Ex^{as} há muitos servidores públicos, e eles estão atentos ao voto que cada um de V.Ex^{as} vai dar no dia de hoje. (Palmas.)

A data-base é janeiro, sim. Reajuste de 3,5% em abril e 2,8% em novembro, deputado Euclides Fernandes, é imoral e inconstitucional. Deputado Marcell Moraes, V.Ex^a está de parabéns, junto com a nossa Bancada da Oposição.

Fico a imaginar, deputados da base do governo, como V.Ex^{as} vão colocar a cabeça no travesseiro no dia de hoje e dormir, sabendo que estão prejudicando centenas de pais e mães de família.

Vamos botar a cabeça no lugar. Vamos retirar esse projeto na tarde desta quarta-feira. Vamos encontrar um caminho justo para os servidores, e V.Ex^{as} poderão andar com a cabeça erguida no Estado da Bahia. (Palmas.)

(Manifestação nas Galerias pede a retirada do projeto.)

Esse é o apelo que os servidores fazem. Esse é o apelo que a Oposição...

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- (...) na Assembleia Legislativa faz. Vou concluir, Sr. Presidente, fazendo coro com os servidores do Estado...

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Por favor, há um deputado na tribuna, ele vai concluir.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, vou concluir fazendo coro com os servidores do Estado da Bahia: “Retira”, deputado Zé Neto, esse projeto, que é imoral e é inconstitucional.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Concedo a palavra pelo tempo de 6 minutos ao deputado Augusto Castro.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, funcionários públicos do Estado da Bahia, em respeito ao funcionalismo público, quero aqui, primeiro, dizer da importância desta sessão de hoje.

Tenho a certeza de que a Oposição nesta Casa está vigilante em defesa de uma categoria tão importante que é o servidor público. Vamos estar aqui hoje vigilantes, dia e noite, em defesa dessa importante categoria do Estado da Bahia.

Sr. Presidente, venho à tribuna desta Casa para dizer que pegou de surpresa toda a sociedade da Bahia, em especial a comunidade do Sul da Bahia – Itabuna – o que li na imprensa hoje, no jornal A Tarde, na coluna Tempo Presente, dos jornalistas Levi Vasconcelos e Luiz Fernando Lima. Uma matéria pequena, um artigo do nobre colega deputado Eduardo Salles, dizendo da produção de leite no Estado,

especialmente da nossa região, e da possibilidade do fechamento de uma empresa tão importante, uma multinacional, a Nestlé, a unidade de processamento no município de Itabuna.

Deputado Eduardo Salles, V.Ex^a, como conhecedor, um homem do agronegócio, esteve em contato com a direção dessa empresa na Secretaria da Agricultura do Estado, e vem à tona hoje a notícia na imprensa da Bahia, especialmente do Sul da Bahia, e chocou aquela comunidade.

É uma região que vive da monocultura do cacau e que tem a unidade da Nestlé, em Itabuna, como uma riqueza e um patrimônio daquela região.

Então, a Nestlé precisa vir a público, e a sociedade tomar conhecimento desses fatos que hoje a Imprensa noticiou. É uma preocupação de toda a Bahia você ter uma empresa, uma multinacional que tem, hoje, benefícios fiscais do Estado e do município, e as informações que temos é que a empresa vai deixar de comprar o leite dos produtores da região de Itapetinga e da região do cacau. É uma preocupação muito grande, porque a economia depende dessa grande indústria multinacional.

Eu quero, inclusive, numa próxima oportunidade, ter esse contato, a Comissão de Agricultura, Sr. Presidente, Vitor Bonfim, para esclarecer a sociedade da Bahia o que está, verdadeiramente, passando, em função dessa queda de produtividade da empresa no município de Itabuna, e a falta de interesse da multinacional em comprar, naquela região de Itabuna e todo o Sul, Itapetinga, o leite, e a cadeia produtiva perde muito, o desemprego na região é muito grande.

O Sr. Eduardo Sales:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Eu concedo o aparte ao nobre colega, ex-secretário, deputado Eduardo Sales.

O Sr. Eduardo Sales:- Deputado Augusto Castro, deputados-colegas, esse assunto que o deputado Augusto Castro coloca, e eu aqui do lado do nosso presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, é um dos assuntos mais importantes, sem dúvida, que já foram colocados nesta Casa, deputado Augusto.

E colocar para o senhor o que está acontecendo. Na verdade a Bahia, que é o terceiro maior rebanho leiteiro do País, que, infelizmente, tem uma produtividade de leite muito baixa, tinha três secadoras de leite, e secadoras de leite que nós falamos são aquelas empresas que fazem leite em pó, isso dá uma estabilidade ao mercado dos produtores de leite no Estado da Bahia, principalmente na época de safra, que nós temos excesso de leite no mercado.

O que acontece: essas três secadoras de leite, uma delas era a CCLB, em Feira de Santana, que fechou as portas; a segunda delas era a Vale Dourado, em Itapetinga, está em recuperação judicial, deputado; e agora, por último, a Nestlé, que era a última, que já chegou a coletar 400 mil litros de leite/dia na sua região, deputado, beneficiando milhares e milhares de produtores de leite em toda aquela região, vem, ao longo dos anos, baixando a sua captação, e chegou agora a menos de 150 mil litros/dia.

Há dois meses nós solicitamos, e um diretor da empresa da área comercial teve uma reunião com o secretário de agricultura, Paulo Câmara, e todos nós, lá na Secretaria de Agricultura, e aquele diretor nos afirmou que eram boatos e que de forma alguma iria paralisar a coleta de leite no Estado da Bahia e o fabrico de leite em pó.

Pois bem, agora, dois meses depois, eu vou ao interior da Bahia e nós vemos os produtores desesperados, deputado Augusto, e inclusive toda a Região Sul do Estado, porque a Nestlé, simplesmente, avisou que somente até esse mês ela vai coletar leite, e vai trazer, não mais utilizará a sua linha de produção de leite em pó, ela não vai fechar a fábrica, ela vai fechar a linha de produção de leite em pó, e isso vai prejudicar muito, deputado, e consequentemente os produtores de leite e toda a cadeia produtiva do leite do Estado da Bahia.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Deputado Eduardo Sales, claro que a preocupação e a forma que foi colocada levou pânico para a sociedade do Sul da Bahia.

Eu acho que a Comissão, está aqui o presidente da Comissão de Agricultura, da possibilidade de uma ida desta Comissão à direção da empresa, Sr. Presidente, para poder a empresa vir com fato, porque não dá para ficar nessa especulação, no momento em que o país vive uma crise econômica muito grande.

Portanto, esclareço aqui que a sociedade está preocupada com a situação mas, também, a Comissão de Agricultura, presidente, podemos trabalhar no sentido de ir à direção da empresa para esclarecer, e soltar uma nota oficial para a comunidade regional ter tranquilidade na manutenção daquela importante multinacional para a economia de todo o Sul da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB e PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falará por 6 minutos o deputado Marcell Moraes e por 5 minutos o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o deputado Marcell Moraes. (Palmas.)

O Sr. MARCELL MORAES:- Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias, servidores, boa-tarde. Estou aqui,

mais uma vez, nesta tarde, para presenciar o ridículo, ou seja, o ridículo que este governador do Estado, ainda, insiste com este projeto.

Ontem, já mostramos força e não houve a votação, porque muitos deputados se sentiram envergonhados e não estiveram aqui no Plenário para votar. (Palmas)

Hoje, deputado Adolfo Viana, eles resolveram aparecer e resolveram mostrar sua força contra os servidores.

E me admira muito ver deputados atuantes e dignos de respeito virem a este Plenário para votar contra um projeto arcaico e medieval que este governador do Estado traz para a nossa Bahia, deputada Fabíola. V.Ex^a foi minha colega na Câmara Vereadores de Salvador, é médica e é uma deputada atuante.

(As galerias manifestam-se efusivamente.)

Logo, V.Ex^a, deputada Fabíola, não deve permitir que o governo o Estado insista com este projeto. (Palmas.)

Eu quero avisar aos nobres deputados que o governo quer aumentar os vencimentos dos servidores estaduais em 3,5% retroativo a março e em 2,8% a partir de novembro. Vejam, são, exatamente, 30 mil famílias que receberão menos de um salário mínimo durante este período!

Isso é um absurdo! Isso é uma indignidade! Isso revolta a todos nós aqui nesta tarde. Eu sei que muitos deputados votam no projeto, porque dizem amém ao governo, mas esses estão traindo o povo e estão traindo os servidores, porque o projeto não é bom. E sabemos disso. Quem está falando isso não sou eu, mas quem fala são os servidores públicos!

(As galerias manifestam-se efusivamente.)

Porém, digo isso, deputados, com muita propriedade, porque a minha própria mãe é servidora e sei a luta de um servidor público.

E venho, aqui nesta tarde, defender os servidores públicos estaduais e, ao mesmo tempo, pedir, encarecidamente, aos deputados da Situação para não votar a favor deste projeto do governo. Sejam éticos! Vocês sabem que o projeto é ruim. Vocês sabem que 30 mil famílias receberão menos do que um salário-mínimo!

Ontem, o nobre deputado Targino Machado fez um pronunciamento aqui de emocionar a todos. Sei que Targino, hoje, ainda falará. Mas queria que o nobre deputado mostrasse, exatamente, isso: a traição! Não traia a quem lhe deu a mão! Não vamos trair a quem nos deu a mão! (Palmas.)

É preciso ter ética. É preciso ter o posicionamento, aqui, de dizer não!, como eu estou fazendo agora!

Na Câmara Municipal de Salvador, eu era aliado ao prefeito ACM Neto, modéstia à parte, o melhor prefeito do Brasil. Mas, votei contra projetos deste prefeito, porque sabia não ser bom para nossa cidade!

Assim, eu peço, também, ao deputado Gika, de Serrinha, e aos demais deputados. Não vamos deixar isso acontecer! Este projeto é uma afronta à sociedade baiana. Este projeto é um desrespeito por parte deste governador do Estado que tenta,

a todo o momento, empurrar o seu desejo!

(As galerias manifestam-se efusivamente.)

Quero pedir aos nobres servidores para continuarmos a luta. Vamos impedir esta votação e esta desmoralização que o PT vem fazendo. Quero dizer que já sofremos muito com a enganação deste PT durante os últimos 8 anos de governo!

(As galerias manifestam-se efusivamente.)

Falei ontem e vou repetir. Quero que isso fique registrado aqui. O zoológico de Salvador está uma vergonha! Lembrem-se de que o zoológico de Salvador é o quintal da casa do governador. Se o próprio governador não cuida de seu quintal, não cuidará do quintal da gente.

(As galerias manifestam-se efusivamente.)

Isso é um desrespeito! Precisamos, Sandro Régis, lutar e afrontar este governador. Parece que estamos em uma ditadura! Não devemos retroceder a essas forças opressoras e a essas forças reacionárias do governo do Estado! Peço aos nobres e dignos deputados desta Casa, eleitos pelo povo, a não votar a favor deste projeto em tela.

Vejam, o povo, também, não esquece. O povo não vai esquecer. Não traia a quem lhe deu a mão! Vamos ter coragem de dizer não ao governador do Estado, a fim de ele mandar um outro projeto digno para esta Casa e não vir com o discurso ao dizer que os servidores estão apavorados! (Muitas palmas)

A classe médica está envergonhada com este absurdo!

Não vamos retroceder! Eu quero o apoio de todos para mostrar à Bahia quem são as pessoas que estão traindo nosso Estado. Tal reajuste é uma desmoralização!

Para concluir, Sr. Presidente, imagine, nobres deputados, que, neste exato momento, ao menos, 30 mil famílias vão passar a receber ganhos abaixo de um salário-mínimo.

Aí, eu pergunto: quem ganha menos de um salário-mínimo?

Isso é imoral! Está sendo desrespeitado o baiano, o servidor? O governador não nos vai conseguir calar. Vamos mostrar força e vamos dar as costas a quem demos a mão. Espero que os nobres deputados se conscientizem que nossa bandeira e nossa camisa é verde a amarela, não é vermelha.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. Funcionários da Assembleia, senhores da imprensa, funcionários públicos presentes, senhoras e senhores, assistimos, neste momento no país, o ocaso do PT. Um partido que quando fui dirigente estudantil na minha gloriosa faculdade de Direito, nos anos

80, vi nascer. Nasceu do seio das universidades, da classe intelectual, deputado Rosenberg, nasceu trazendo os anseios da população mais carente, das minorias, partido que pregava ser diferente de todos. Dizia ser o detentor do monopólio da ética, do progressismo e da moralidade neste país.

Assisto hoje com tristeza, embora tenha sido sempre divergente de suas idéias, o fim desse Partido. A presidência da República fez uma renúncia branca e entregou o governo ao Líder do PMDB. A presidência não passa de figura decorativa. Aqui na Bahia, estamos assistindo uma luta contra a classe trabalhadora. Estamos assistindo uma luta do PT contra a lei e a legalidade; contra a Constituição, que eles não assinaram.

Senhoras e senhores, minhas queridas deputadas, quando a Oposição se posicionou contra o reajuste de 6,41%, retroativo a janeiro, a Oposição não está jogando para a galera, como quiseram dizer. A Oposição está cumprindo o seu papel com transparência e responsabilidade. O governo colocou na imprensa que estava concedendo 6,41% de reajuste aos servidores. Esse número não foi inventado pela Oposição. É o governo que estampa no seu site da Ascom uma mentira.

Porque se fizermos um cálculo o valor é 3,4%. Queremos apenas que o governo cumpra o que prometeu, 6,41%. E a data-base do servidor, que é um direito adquirido e conquistado. Se aprovado hoje esse projeto de lei, como querem, a data-base dos servidores deixará de existir. Porque é uma lei ordinária em confronto com outra. Acaba a data-base dos servidores. E mais ainda: estaremos fixando salário para 33 mil servidores do Estado da Bahia no valor de 749 reais, deputada Fabíola Mansur. O que fere de morte porque é inconstitucional, está abaixo de um salário-mínimo.

Sou advogado, exerço a minha profissão, sou honrado por pertencer a Ordem dos Advogados do Brasil. Estou apresentando hoje uma moção de pesar pela morte de um dos seus membros. E quero aqui dizer aos deputados do governo, à imprensa, aos servidores, que consultem qual a opinião da Ordem dos Advogados do Brasil sobre essa matéria. Tenham a certeza de que a OAB sempre esteve em defesa do Brasil em todas as causas populares, em defesa da moralidade, em defesa da legalidade. E, em nome da Oposição, topo acatar a opinião que essa entidade der sobre esse projeto, que é imoral, ilegal e fere os direitos dos trabalhadores. (Palmas.) E que joga lama sobre esta Casa que está aprovando algo que é inconstitucional e que não podemos aceitar.

O governo que aí está, o PT que hoje vive o seu ocaso, prefere ter como bandeira de luta, como bandeira para segurar a sua base nesta Casa, o Diário Oficial. Esse é o único argumento para segurar essa votação que se encontra aqui hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria

ou Líder do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: - Falará por 6 minutos a deputada Fabíola Mansur e por 5 minutos o deputado Alex Lima.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo): - Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Boa-tarde, presidente, boa-tarde, deputados e deputadas, membros das Galerias, quero agradecer a oitiva mais adequada, venho aqui para fazer um depoimento da história de vida em defesa não só da categoria médica, isso eu sei que vocês me identificam, mas de toda a saúde. Do agente comunitário ao médico, a todo o profissional de saúde e, mesmo, a todos os servidores municipais.

Na época em que era vereadora, tive a companhia, vereador Marcel, de V.Ex^a do outro lado. Lá, estava na oposição, quando o prefeito ACM Neto, o qual era sua base, defendia o reajuste de 0%. E tentávamos, também, levar servidores, derrubar quórum, e não conseguíamos. Estive em várias Mesas de negociação com alguns de vocês que estão aí sentados, defendendo o professor, defendendo a gente, defendendo técnico de enfermagem, defendendo enfermeira. E muitas vezes arrancávamos 1% a mais com um esforço hercúleo de negociar no âmbito do Legislativo com o Executivo, que sempre tem as suas limitações do ponto de vista orçamentário. Mas nunca ninguém me acusou de ser uma pessoa que não defendia verdadeiramente a saúde e aquilo que eu acreditava.

Não vim ontem, não me senti confortável ontem. Porque, desde o início que esse projeto veio, vários deputados, deputado Manassés, que é do PSB, e deputados de toda a base, tentaram argumentar sobre a possibilidade de um aumento maior para a categoria, de a data-base ser retroativa a janeiro. Tentamos, é preciso que reconheçam que tentamos. É preciso entender, também, que ouvimos a questão do pedido de solidariedade em virtude da crise. Mesmo assim continuamos a tentar. Tentamos com várias secretarias, pedindo pela saúde. Porque a valorização do funcionalismo público também me trouxe aqui. Uma das minhas bandeiras é defender vocês. Ninguém pode acusar aquele que vota, aquele que se omite, aquele que é contra, a dizer que estamos contra qualquer um de vocês aqui.

Ontem não vim, mas vi o nobre deputado Targino cantando uma música. E, hoje, também quero cantar uma música aqui, chama-se Grito de Alerta, de Gonzaguinha. Diz assim, aliás, vou tentar cantar: “Veja bem, nosso caso é uma porta entreaberta e eu busquei a palavra mais certa vê se entende o meu grito de alerta. Veja bem é o amor agitando o meu coração há um lado carente dizendo que sim e essa vida da gente gritando que não.”

Ontem, eu discuti que a minha vida pública era em defesa do servidor e que eu queria sempre mais, eu queria defender mais vocês. Conversei também, deputado Adolfo Viana, com o presidente do Sindimed, conversei com dirigentes da APLB, conversei com a minha categoria e disse que havia perdas acumuladas. Essa

reposição não é suficiente. No entanto há o piso que acrescenta 2,5; há os planos de cargos e salários que acrescentam para os professores em junho, e havia um pleito real dos médicos, esse pleito também era do PCCV e a regra de critérios para a promoção e para a progressão da carreira estava parada.

Eu disse a minha categoria, por isso venho aqui, se tem uma coisa que me vai pautar sempre é a verdade, é a coragem de ser o que sou, a coragem de dizer à Bancada: não virei, não estou confortável, acho que podíamos ter dado um aumento maior, acho que podíamos ter concordado com um aumento maior. Não consegui, mas consegui alguns avanços muito maiores, deputado Marcel, do que eu consegui...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- No momento oportuno, deputado Adolfo Viana. É um desabafo que estou fazendo, deputado Marcel, quando lá na vereança lutava pelo piso do agente comunitário, ganhavam abaixo do salário mínimo, melhor dizendo, porque o piso não foi implantado, ainda requer um subsídio da presidente Dilma, e não via a mesma veemência dos deputados que aqui fazem oposição.

Quero dizer a vocês, respeito a opinião de todos os deputados. Acho que é verdade que a Oposição fez um papel importante ontem, que talvez fosse o sentimento desta base do governo em defender...

O Sr. Marcell Moraes:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- No momento oportuno, deputado Marcell. Temos no entanto que dar um voto de credibilidade e dizer que vamos continuar nessa luta de valorização do funcionalismo, vou continuar brigando por outras coisas, como no caso da APLB a ampliação da licença prêmio, como no caso de vocês o não corte da insalubridade, a valorização do servidor, a desprecarização dos vínculos trabalhistas, isso vamos defender. E as defesas que fazemos seguem princípios que norteiam a nossa vida, seguem princípios que fazem com que...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Por favor, há uma deputada na tribuna. A deputada está falando. Vocês estão se manifestando desde ontem, mas a deputada está na tribuna e precisa concluir.

Para concluir, deputada.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, com a sua tolerância. Peço que utilize, com a vênica do Líder governo, os minutos que estariam separados, 6 e 5 minutos, peço ao deputado que possa utilizar um pouco mais desse tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Mas já foi indicado, V.Ex^a tem 5 minutos. Zerou o painel e contou o tempo. Mais 1 minuto para a deputada porque eram 6 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Para terminar nesse 1 minuto, quero dizer para vocês que os deputados desta Casa, todos, da Oposição e da base, querem dar um aumento digno a vocês, digno das famílias que estão aqui, digno do funcionalismo. Defenderemos, os gabinetes também, como o meu está, independente da música que

vocês cantem para mim, a minha música, aquilo que me pauta é a defesa do funcionalismo, é a defesa de gente, é a defesa da saúde, dos professores, mesmo dessa forma aqui colocada em que não conseguimos, reconheço o meu fracasso de tentar negociar aumentos maiores. Mas é importante que se reconheça também que o aumento é um aumento, e que nós seguiremos na luta por mais...

O Sr. Marcell Moraes:- Deputada, um aparte.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- A defesa do funcionalismo...

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Para concluir, deputada.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- (...) não se exaure estando na Oposição ou estando na Situação. Ela se exaure com coerência de vida, e é o que eu tenho aqui. E quando vereadora pude acompanhar muitos dos que aqui falam com uma postura diferente.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Para concluir, deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Quero agradecer a vocês que me ouviram e dizer que o meu mandato estará à disposição.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Marcell Moraes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Pela ordem o deputado Marcell Moraes.

O Sr. Marcell Moraes:- Nobre deputada, ouvi atentamente o discurso de V.Ex^a...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, assim não dá. Sr. Presidente, ele que se inscreva para falar. Ele tem o direito e tem tempo para fazer isso.

O Sr. Marcell Moraes:- É pela ordem, é pela ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, não.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Por favor, deputado, quando acabar o tempo do Bloco Parlamentar, eu concedo.

Concedo a palavra ao deputado Alex Lima, pelo tempo de 5 minutos.

Ela usou 6 minutos. Por favor, marquem os 5 minutos para o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, amigos que nos visitam nesta sessão e estão nas Galerias Paulo Jackson, ontem, aqui, nesta tribuna, eu chamei a atenção para coisas que são muito claras, deputado Tom.

Disse, aqui, que as reivindicações por melhorias de salários sempre são justas, e que todo e qualquer deputado, seja ele do governo ou da Oposição, tem muita vontade de votar um aumento muito mais significativo do que o que estamos apresentando. Porém, Sr. Presidente, disse também que não podemos abrir mão da

responsabilidade com as contas públicas, e sabemos que enfrentamos um período de dificuldade, de turbulência nas economias mundial, nacional e do nosso Estado.

Mas eu queria, aqui, hoje, dirigir-me aos meus amigos colegas da Oposição, na figura do deputado Sandro Régis, como Líder da Bancada – um dos deputados com quem tenho, talvez, a melhor relação pessoal, um deputado que admiro pelo caráter, pela coerência, pela firmeza da atuação no mandato – e chamar a atenção para uma reflexão. E espero que V.Ex^a, como Líder, ajude-nos também nessa missão.

Disse, aqui, ontem, que todos os deputados, deputado Bobô, são votados por prefeitos de cidades do interior ou até mesmo aqui, na capital, que estão passando pelas mesmas dificuldades, Sr. Presidente, que o governo está passando.

Não podemos, deputado Marcell Moraes, ter um discurso aqui, nesta tribuna, e quando chegarmos a um município onde somos votados pelo prefeito e nos calarmos, por conveniência política, quando esse prefeito não puder dar um aumento. Precisamos ir aos municípios em que somos votados e onde os prefeitos não podem dar aumentos e dizer que também somos contra ele não dar o aumento que o servidor merece.

O deputado Adolfo Viana, meu amigo, precisa ir a Casa Nova e se posicionar também quando o prefeito apresentar o reajuste municipal.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ALEX LIMA:- V.Ex^a está inscrito.

Os deputados do Democratas, do PSDB, do PMDB precisam sentar à Mesa com o prefeito da capital, ACM Neto, e com os sindicatos e ter a mesma firmeza, a mesma cobrança para exigir que o prefeito ACM Neto dê um aumento muito maior do que o que servidor quer. Não podemos ter um discurso, Líder Zé Neto...

Respeito muito cada homem e cada mulher que está aqui, nesta Casa, justamente reivindicando seus direitos, mas não fui eleito para jogar para a plateia. Respeito o pleito de vocês, entendo que o servidor público é o maior patrimônio do Estado, mas existe uma diferença muito grande entre querer e poder. Neste momento, o governo não pode dar, e digo isso como presidente da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado, conceda-me um aparte, por favor!

O Sr. ALEX LIMA:- V.Ex^a está inscrito.

Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex garantisse o meu tempo, por favor. Estou discursando na tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Continue, deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- O que não podemos é ter um discurso aqui e quando chegamos na conveniência da nossa base eleitoral, nós, sabendo que o prefeito também passa pela dificuldade que o governador Rui Costa está passando, simplesmente nos omitimos e fazemos de conta que o aumento que determinado prefeito concede seja justo.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. ALEX LIMA:- Então, chamo a atenção e digo aos senhores servidores que estaremos sempre em defesa do bem do Estado. E neste momento o bem do Estado é permitir que o governador possa conduzir a sua gestão dentro de um equilíbrio financeiro que possa permitir o avanço da Bahia.

É esse o meu apelo, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Tom Araújo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, na questão de ordem tenho 5 minutos para fundamentar.

Fui citado pelo nobre parlamentar, deputado Alex Lima, que usou esta tribuna no anseio de mostrar serviço ao governo e não consegue enxergar mais de um palmo além de seu umbigo.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. Sandro Régis:- Quando o deputado Alex Lima chama a Oposição à responsabilidade vemos que ele, realmente, não leu a nossa emenda. A nossa emenda, para ser em parcela única, em momento algum extrapola a Lei de Responsabilidade Fiscal.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. Sandro Régis:- Nós não fizemos uma emenda, nobre deputado, para jogar para a galera, até porque já estamos, aqui, há 8 anos na Oposição e nunca nos rendemos ao governo...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. Sandro Régis:- Nós estamos na Oposição de sã consciência. E quero dizer ao deputado Alex Lima que quando dizemos que o governo pode dar é porque ele pode. A Bahia é o quarto estado com o maior número de secretarias do Brasil, a Bahia tem mais secretarias que o Estado de São Paulo, a Bahia tem mais cargo comissionado, proporcionalmente, que o Estado de São Paulo. Ao seu governador, Rui Costa, bastava fazer uma reforma administrativa, diminuir os cargos comissionados,...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. Sandro Régis:- (...) diminuir as secretarias.

Em momento algum a Oposição usa o seu mandato de uma forma irresponsável, em momento algum a Oposição quer utilizar nosso mandato para jogar para a galera. Se quiséssemos fazer isso, quando apresentássemos a nossa emenda não colocaríamos o mesmo índice que o governador diz ter enviado para esta Casa, de 6,41%. O que nossa emenda...

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, Marcelo Nilo, peça que ele fundamente

sua questão de ordem.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, avise ao nobre deputado que ele deve ler o Regimento, porque tenho 5 minutos para fundamentar a minha questão de ordem. Ainda disponho de 2min37seg, então, vou usar os 5 minutos a que tenho direito.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. Sandro Régis:- Em momento algum a Oposição agiu de forma irresponsável para agradar A ou B, a nossa emenda foi feita de uma forma responsável, Sr. Presidente. Se o governador quiser atender, ele atende, porque a nossa emenda não ultrapassa o limite prudencial.

Quero dizer ao competente, esse jovem brilhante, deputado Alex Lima que ele tem todo o direito de fazer o seu discurso, como nós temos de defender e atacar, mas a Oposição desta Casa merece respeito. Essa bancada está na Oposição por consciência, esta Bancada está na Oposição porque não se encanta com o Poder, esta Bancada está na Oposição porque sabe o que é coerência e o que é Diário Oficial.

Então, Sr. Presidente, para formular minha questão de ordem, peço que V.Ex^a faça uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, quero usar a minha questão de ordem para dizer que o discurso do deputado Alex Lima foi totalmente coerente, realmente. Esperamos que essa cobrança em relação ao reajuste do funcionalismo seja feita ao prefeito ACM Neto, assim como aos prefeitos que eles representam aqui, inclusive o da Cidade de Feira de Santana.

Eu gostaria de que V.Ex^a pedisse para zerarem o painel e marcassem os 15 minutos regulamentares para que, se preciso, possamos recompor o quórum.

Peço a todos os deputados presentes que marquem a presença logo após ser zerado o painel. Convoco todos os deputados da Base do governo que se encontram no cafezinho, na biblioteca, nos gabinetes, para que se façam presentes a este Plenário, para encaminharmos rapidamente a aprovação do projeto que prevê o reajuste do funcionalismo.

É esta a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Eu gostaria de me dirigir aos deputados que fazem Oposição. V.Ex^{as} são testemunhas da paciência que estou tendo com as Galerias Paulo Jackson. Há um cidadão que está mandando deputado se respeitar. Estou tendo paciência. Faço um apelo, mas se vocês não contribuírem, terei que tomar providências e cumprir o Regimento da Casa.

Os deputados da Oposição, assim como os deputados do governo, estão fazendo seus papéis. A imprensa é testemunha, vocês são testemunhas que eu tive a maior paciência ontem e estou tendo hoje.

Já identifiquei a pessoa. Vou fazer o possível para não agir como manda o Regimento. Faço um apelo mais uma vez. Não aceitarei que se dirijam a deputado com desrespeito, porque o deputado não está ofendendo ninguém. Cada um votará como manda sua consciência.

Faço um apelo. Já identifiquei três, quatro pessoas que estão ofendendo. Não é possível que na Casa de vocês, a Casa do Povo, tratem um deputado assim.

Zerem o painel, marquem 15 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Minha questão de ordem é para chamar todos os deputados da Base para se fazerem presentes a este recinto, já que temos uma questão de ordem que pede uma verificação de quórum.

Peço a todos os deputados da Base do governo que deem presença. Já se zerou o painel, deem presença agora. Peço a todos os deputados que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, nos corredores da Casa para se fazerem presentes, pois existe uma questão de ordem pedindo verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Os Srs Deputados que querem a continuidade da sessão marquem suas presenças.

(O Sr. Presidente faz a chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum.

Com a palavra o Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador.

Com a palavra o Líder do Bloco DEM/PV para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcell Moraes:- O deputado Targino Machado falará pelo tempo de 6 minutos, e o deputado Prisco, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Targino Machado, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores nas Galerias, imprensa, funcionários, a esta altura da minha vida eu já cresci e avancei para ter a capacidade de absolver, desculpar e perdoar as fraquezas humanas.

Quero dizer desta tribuna que eu não gostaria de estar na pele do deputado Zé Neto, eu não gostaria de estar na pele do governador Rui Costa, como não gostaria, muito menos, de estar na pele dos servidores do Estado da Bahia.

Não gostaria de estar na pele do deputado Zé Neto pelo histórico que ele

apresentou em Feira de Santana, onde se autodenominou como deputado da luta, que desfilava pelas ruas da Princesa do Sertão à frente de um carro de som, uma Rural, e batendo em tudo, protestando contra tudo, protestando até contra o vento. Ele, hoje, se vê obrigado a vir aqui a esta tribuna para defender o indefensável, para voltar as costas – como os senhores voltaram as costas algumas vezes ontem e hoje – à sua própria história. Por isso, eu não gostaria de estar na pele do deputado Zé Neto.

Eu também não gostaria de estar na pele do governador Rui Costa. Governador que foi eleito em 1º turno, legitimamente eleito, empossado há pouco mais de 120 dias, iniciando o mandato e que está engessado. Está engessado e comendo calado. Por quê? Porque recebeu um furo sem tamanho do ex-governador Jaques Wagner, um rombo ímpar, sem par na história da Bahia e não pode falar nada, porque ele não tinha condição de se eleger. Quem o elegeu foi o povo da Bahia, liderado pelo seu padrinho político, que promoveu esse rombo nas finanças do Estado. E, hoje, ele está silente. Rui está entrando mudo e saindo calado.

Acho que o governador teria a vontade de dizer o que está acontecendo com o Estado da Bahia. Ele não pode fazê-lo para não contrariar aquele que é o dono do seu mandato, porque ele não é o dono do seu mandato. Os donos do mandato dele são o PT e o seu padrinho, o ex-governador Jaques Wagner. É essa a realidade.

Mas eu não gostaria, também, de estar na pele dos senhores, porque os senhores não roubaram e não desviaram dinheiro. Os senhores são servidores, não têm culpa daquilo em que transformaram este Estado, não têm culpa do PT ter chegado ao governo em 2006 com o discurso de que acabaria com os REDAs, e hoje o Estado tem muito mais REDA, tem muito mais terceirizado do que no passado. Bota para fora os REDAs, bota para fora os apaniguados do PT e dá aumento real de salário para os servidores. Os servidores são muito mais importantes do que os governantes, porque já passaram muitos governantes e ainda vão passar muitos outros, e os servidores vão ficar porque são o maior patrimônio do governo do Estado da Bahia.

Quero dizer aos senhores que eu gostaria de estar na pele da deputada Fabíola Mansur para vir a esta tribuna e dizer “minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa”. Eu não mando no meu mandato, o meu mandato é dos servidores do Estado da Bahia porque foram eles que me elegeram. Entre os servidores e o mandatário, o governador, fico com quem me elegeu. Eu gostaria de estar na pele da deputada Fabíola Mansur.

Vou falar de um companheiro que aprecio, o deputado Alex Lima. Tenho por ele amizade e respeito, mas disse há pouco a ele que eu tinha que fazer menção ao discurso dele porque passou do ponto. Precisamos respeitar o ponto, mas V.Ex^a passou do ponto. Veio aqui e, dentre outras barbáries, disse: não fui eleito para jogar para a plateia. V.Ex^a foi eleito no palanque de oposição para defender a Bahia e os baianos; V.Ex^a foi eleito com discurso de oposição e deveria estar aqui colocando os interesses dos eleitores que lhe fizeram deputado pela Bahia, formando fila com seus colegas de oposição. V.Ex^a não foi eleito para defender o governo, V.Ex^a foi eleito

para um poder de representação, e o poder de representação não é meu, não é seu, é daqueles que me elegeram.

Estou aqui há 17 anos como deputado de oposição e não me vou curvar à proposta nenhuma de governo, não serei nunca adesista porque não vou praticar estelionato político. Gostaria de estar na pele de V.Ex^a. Se V.Ex^a tivesse me consultado, eu não estaria fazendo esse discurso, eu teria dito a V.Ex^a para não falar sobre isso porque quem tem telha de vidro não joga pedra para cima. (palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Viva os servidores públicos! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Presidente, eu fui citado pelo deputado Targino Machado, deputado que tenho o maior respeito e admiração, mas gostaria de esclarecer uma coisa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Isso não é questão de ordem, faço um apelo.

Não vou abrir precedente. Deputado, sabe que lhe tenho o maior apreço. Não vou abrir precedente para ninguém. Questão de ordem somente para dirimir dúvidas do Regimento. Faço um apelo aos Srs. Deputados. Agradeço a compreensão de V.Ex^a, deputado Alex Lima.

Com a palavra o deputado Soldado Prisco pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Meu presidente, que a graça e a glória de Deus estejam conosco. Deputados aqui presentes e servidores públicos, eu também sou servidor público e honro muito isso. Não venho aqui fazer discurso, como infelizmente fez a nossa colega que saiu da Câmara de Vereadores comigo. Na Câmara votava a favor do servidor público e aqui ficou claro no discurso da mesma que vai votar contra o servidor público. Isso não vamos fazer, Sr. Presidente.

Na Câmara de Vereadores, mesmo sendo da base do prefeito ACM neto, votei contra o prefeito quatro vezes. Jamais vou aceitar que um governo, Executivo, determine normas dentro do meu mandato. Fui eleito pelo povo, pelos servidores públicos para representar a Bahia, e não ser de uma Casa homologadora do Executivo, em que o governador, desse mesmo partido que se notabilizou utilizando os servidores públicos, determina e o deputado baixa a cabeça e vota contra o servidor.

Na campanha eleitoral passada vi vários sindicalistas pelegos, traidores, na campanha eleitoral de Rui Costa pedindo voto para esse governo. Agora esses sindicalistas não estão aqui porque têm vergonha na cara! Mas, na campanha eleitoral, eles apareceram lá, pedindo voto para esse governo. Daqui a um ano e meio,

teremos campanha eleitoral novamente, e eu quero ver esses servidores notabilizarem os próprios sindicatos que os estão traindo agora! Eles têm de ter vergonha na cara! Muitos parlamentares pedirão votos a vocês também, daqui a um ano e meio.

Nós não estamos aqui pedindo, nem fazendo palanque eleitoral, não! É a primeira vez na história da Bahia que a Oposição não vem pedir aumento, a Oposição está querendo, simplesmente, que o governador cumpra os 6,41% e aplique a reposição. Não há aumento!

(As Galerias se manifestam.)

O deputado Alex Lima chegou aqui e disse que o governo está dando aumento. Não existe aumento nenhum para o servidor público, o governo apenas está fazendo uma reposição inflacionária, e, simplesmente, não está fazendo da forma correta, nem dará essa reposição até o final do ano.

Vejo os deputados do governo, aqui, falando que no Paraná os professores se aposentam com R\$ 12.000,00 de salário. E aqui? Procurem saber de um professor com qual salário ele se aposenta. Com que salário o policial se aposenta?

Eles estavam falando da agressão contra o servidor público que ocorreu lá. Eu fui contra, mesmo o governador sendo do meu partido, coloquei uma nota de repúdio. Tive a ombridade, mesmo sendo do meu partido, de vir à tribuna e criticar a sua postura. Aqui, nesta Casa, os policiais militares foram tratados como marginais. Teve um policial militar negro, pobre e da periferia que tomou um tiro de bala de borracha na cara!

(As Galerias se manifestam.)

Esse mesmo governo vem falar de truculência? O governo cercou esta Casa, como na época da ditadura, praticou o AI-5, pediu até o espaço aéreo, ameaçou invasão, prendeu os sindicalistas, algemou meus pés e minhas mãos, me prendeu e me levou para um presídio federal. Que democracia é essa? Que Bahia é essa que os deputados chegam a esta tribuna e dizem que vivemos numa democracia? Que democracia é essa? Só se for a democracia do PT na propaganda da televisão, porque o servidor público amarga várias perdas com esse governo!

O governo vem aqui também dizer que nós, policiais militares, ganhamos a GAP 5. Já tinha falado, anteriormente, que não ganhamos a GAP 5, nós conquistamos a GAP 5 com muita força, suor e perseguição, nesta Casa!

(As Galerias se manifestam.)

Até hoje está assim! Temos 33 pais de família, trabalhadores que lutaram pelos seus direitos com um processo de demissão. O próprio governador e o Comando atual estão aí para demitir os policiais. Se ele deu a GAP 5, por que não arquiva os processos? Onde está o avanço? Cadê o plano de carreira, que a própria deputada falou aqui, que garante os ganhos futuros? Que ganhos? Nós estamos, há 8 anos e 100 dias, com esse governo, esperando esses ganhos.

A nossa categoria fez dois movimentos reivindicatórios e provou que esse governo não cumpre acordos. Não adianta dizer que o governo, futuramente,

cumprirá acordos, porque ele não cumpre acordo, nem tem palavra! Os acordos que foram firmados com a Polícia Militar, até o presente momento, não foram cumpridos pelo governo do Estado.

Estou alertando a sociedade baiana que vamos nos reunir, amanhã, com o secretário – estamos procurando o próprio Comando – , porque, no mês de junho, a categoria realizará a assembleia novamente, pedindo o cumprimento do que foi acordado com o governo.

(As Galerias se manifestam.)

Não vamos nos curvar à pressão institucional, à prisão e à perseguição. A categoria já mostrou força, e nós, servidores, temos de acordar, despertar e ficar atentos aos passos de cada deputado do governo que chegar aqui para discursar. Não devemos esquecer desses rostos, dessa faces, porque, no passado, eles faziam cartazes com as fotos dos deputados, dizendo que eram traidores os que votaram contra! Agora faremos cartazes também, porque vamos mostrar quem foi contra vocês, quem foi contra a Bahia, quem votou contra os trabalhadores.

Muito obrigado.

(As Galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falarei pelo tempo de 6 minutos e, posteriormente, falará o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da imprensa, funcionários que ocupam as Galerias Paulo Jackson, subo à tribuna muito a vontade, porque fui deputado de Oposição, nesta Casa, e tenho a oportunidade, hoje, de ser deputado da Situação e presenciar, do ponto de vista prático, as alterações no campo econômico, social e político experimentadas pelo Estado da Bahia, a partir da assunção ao poder do governador Jaques Wagner.

Sr. Presidente, eu posso afirmar que o funcionário público da Bahia era tratado de uma forma anteriormente, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista econômico, com total desprezo por governos que, por aqui, passaram e deixaram o funcionalismo em uma situação de precariedade e de quase insolvência financeira.

Neste momento, Sr. Presidente, estamos, aqui, discutindo o reajuste do funcionalismo. Este reajuste trata de uma reposição que será operada com dificuldades pelo governo do Estado por dificuldade de fluxo de caixa.

Mas imaginem, Srs. Deputados, se o funcionalismo público da Bahia, nesses 8 anos, fosse tratado apenas à luz das reposições salariais com base na inflação do

ano que passou. Não era essa a política do governador Jaques Wagner. O reajuste, a ser praticado, representará, aos cofres do governo da Bahia, o incremento de R\$ 390 milhões. No entanto, dentro da sensibilidade do atual governador, nós não podemos, com um reajuste maior, de forma alguma, comprometer a política de valorização do funcionalismo público, principalmente a partir de uma política de promoção que vem sendo empregada pelo governo do Estado.

Pois bem, deputado Gika, está previsto, para promoções aos professores, no mês de junho, um reajuste de 8%. Tal promoção acrescentará, aos cofres do governo do Estado, R\$ 122 milhões.

O Sargento Prisco se colocou em relação à Polícia Militar. Pois bem, para os funcionários da Segurança Pública, também, está previsto um incremento de R\$ 112 milhões.

Esta é a política de valorização do funcionário público do Estado da Bahia.

Mas sabemos que o aumento partilhado causa uma certa perda de massa salarial, pois atinge o poder aquisitivo do governador.

Mas a nossa política não é a política de simples repasse da inflação para os salários, porque a política anterior era a mais cômoda e era a política empregada pelos governadores anteriores.

Pois bem, vamos a um exemplo. Só os funcionários da área da saúde – no governo Wagner e agora com o governo Rui, de 2007 a 2014 – obtiveram um reajuste de 119% em sua remuneração.

(As galerias se manifestam ruidosamente.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Senhores das galerias!

O Sr. PAULO RANGEL:- Comparando com a reajuste praticado de 1999 até o final de 2006 e início de 2007, veremos existir uma diferença muito grande. O reajuste, praticado pelos governos passados, atingiu o patamar de, apenas, 53%.

Portanto a verdade é esta, qual seja, no Estado da Bahia existe, sim, uma política de valorização do funcionalismo. Por conseguinte, esta não é a política atrasada ou a política conformista ou ultrapassada de, simplesmente, se repassar a inflação.

Eram essas minhas palavras, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Olhe, eu perdi a paciência. Quero comunicar a vocês que perdi a paciência. Gostaria de que a segurança viesse aqui agora. Eu perdi a paciência. Tudo tem limite!

Com a palavra o deputado...

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

Na próxima, eu esvazio. Tudo bem.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se fora do microfone.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sobre esse assunto, não, deputado. Sobre esse assunto não, deputado. Quero a compreensão de V.Ex^a. Eu venho pedindo e venho implorando. Tudo tem limite! Vou mandar tirar 3 pessoas já identificadas por mim. Vou mandar tirar 3 pessoas. Na próxima vez, mando tirar os 3!

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, deputado! Concedo a V.Ex^a a palavra para uma questão de ordem. Mas, ao mesmo tempo, gostaria da compreensão de V.Ex^a.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente...

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundo, deputado. V.Ex^a sabe que, nunca, existiu um presidente da Casa tão paciente como o deputado Marcelo Nilo quanto a este assunto. Agora, tudo tem limite! O deputado estava falando e discursando da tribuna e o cara, nas galerias, vaiando? Pior, o cara chamou o deputado disso ou daquilo! Quanto a isso, eu não vou aceitar.

Então, faço um apelo a V.Ex^a!

Aliás, já identifiquei 3 pessoas e, na próxima vez, mando tirá-las das galerias. Se continuarem, serei, infelizmente, obrigado a esvaziar as galerias. Vejam, isso é uma coisa ruim para mim, pois eu não gostaria de mandar fazer. Mas tenho de manter a ordem nesta Casa.

Já fiz um apelo às pessoas por diversas vezes! Estou fazendo um apelo mais uma vez! Na próxima vaia ou ofensa, eu mando retirar as 3 pessoas já observadas. Já identifiquei. Vou retirando as pessoas que ofenderem os parlamentares! Faço um apelo! Tenho o maior apreço por vocês! Estamos lhes recebendo com o maior prazer. Agora, tais manifestações das galerias não são possíveis.

Nesses 25 anos em que eu estou na Assembleia Legislativa, esta Casa, nunca, passou por isso.

Fui deputado de Oposição! Mas, nunca, incentivei ofender deputado nenhum! Cumpri o meu papel como os deputados estão fazendo neste momento. Agora, quero a compreensão dos deputados de Oposição!

Da próxima vez em que as galerias se manifestarem negativamente, podem ter certeza de que retirarei 3 pessoas, porque já as identifiquei. Suspenderei a sessão e mandarei tirar as pessoas. Farei porque assim o Regimento Interno me permite. Tudo tem limite. Eu faço um apelo!

Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, V.Ex^a sempre recebeu todos os trabalhadores, os policiais, os professores. Esta é a Casa do povo. Percebo que os

servidores estão sofrendo com o andamento deste projeto. Agora, V.Ex^a, Sr. Presidente, não vai quebrar a sua própria palavra, porque disse assegurar o direito de os servidores a participar desta sessão. Eles já estão sendo massacrados por este governo que dá um reajuste (palmas) de 3,5%... (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sobre este assunto, eu não falo não. Peço a vênua a V.Ex^a. Não vou permite isso não!

(As galerias manifestam-se.)

O Sr. Adolfo Viana:- Mas, Sr. Presidente, Sr. Presidente...

(As galerias manifestam-se.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, não vou permitir isso não, repito, não vou permitir que V.Ex^a incentive a ofensa. Conclua. Mas estou decepcionado com V.Ex^a. Tudo tem limite.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu vou aproveitar para pedir aos servidores...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não creio que um deputado do tope de V.Ex^a incentive os deputados a ofenderem seus próprios colegas.

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, eu não estou estimular...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a está estimulando, deputado. Eu tenho apreço e sabe do apreço que tenho por V.Ex^a. Mas, assim, V.Ex^a está estimulando, deputado!

O Sr. Adolfo Viana:- Presidente, eu vou pedir não só aos servidores que respeitem o Regimento da Casa assim como peço, também, a V.Ex^a ter sensibilidade para com eles, porque estão recebendo um projeto que vai contra os interesses deles. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, não tem nada a ver. V.Ex^a...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a sempre foi um presidente democrático. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo Viana, V.Ex^a sabe do apreço que tenho por V.Ex^a, pois ele é um apreço enorme. O projeto veio a esta Casa. A Casa vota. Quem tiver mais deputado a favor ou contra ganha ou não o projeto de lei.

Agora, não é possível as galerias ofenderem os parlamentares. Já fiz diversos apelos. A segurança já tem a ordem. Quando eu der o sinal aqui, tira mesmo, repito, tira mesmo! Vocês podem ter certeza! Estou fazendo um apelo. V.S^{as}. são testemunhas. O projeto veio. O governador enviou. É problema do governador e é problema votar na Casa. Cada um vota segundo o seu critério.

Fico triste quando vejo um deputado do porte de Adolfo Viana incentivar os deputados a fazerem isso.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu não estou estimulando não. Eu não estou incentivando isso. V.Ex^a está sendo injusto comigo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em outras palavras, está. Deputado, V.Ex^a está dizendo que os servidores estão em seu direito de ofender.

O Sr. Adolfo Viana:- O que é isso, Sr. Presidente? Isso, jamais, saiu de minha boca.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a sabe da admiração e do apreço que tenho por V.Ex^a. Agora...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a está sendo injusto comigo agora. Não estou estimulando nem incentivando; muito pelo contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a está dizendo que os servidores estão em seu direito de estar ofendendo, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Não, deputado. O que é isso? Não coloque palavras na minha boca. Muito pelo contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a sabe da minha admiração e do apreço que tenho por V.Ex^a. Agora...

O Sr. Adolfo Viana:- Mas V.Ex^a foi injusto comigo agora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não fui injusto. As palavras de V.Ex^a foram de incentivo!

O Sr. Adolfo Viana:- O que é isso, presidente? Estou pedindo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tanto é que quando V.Ex^a falou, eles ficaram aplaudindo e vaiando.

O Sr. Adolfo Viana:- Aplaudir pode, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aplaudir pode. O que não pode é ofender. O que não pode é vaiar.

O Sr. Paulo Rangel:- O deputado está obstruindo esta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo Viana, V.Ex^a sabe do meu apreço por V.Ex^a. Para mim, V.Ex^a é um dos melhores deputados desta Casa. Agora, fique no papel do deputado que está sentado, ali, e sendo ofendido dentro da sua própria Casa.

(As galerias manifestam-se.)

Retire aquele ali que está na galeria!

O Sr. Adolfo Viana:- Não pode, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu suspenderei a sessão e ele será retirado.

(As galerias manifestam-se.)

Está suspensa esta sessão!

(Pausa.)

Tudo bem. Segurança, segura aí. Retire aquela pessoa ali.

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou dar mais uma chance a vocês!

Eu vou atender ao apelo dos deputados de Oposição que pediram agora.

Mas, por favor, quanto à próxima pessoa, lotada nas galerias, gritar ofendendo, eu mando retirar!

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

Retire aquele de branco, ali, na galeria, agora. Manda retirar!

Não. Tudo tem limite!

Está suspensa esta sessão!

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo suspende, temporariamente, a sessão ordinária.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Reabro os trabalhos.

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, eu queria aqui dizer. Está difícil falar.

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Eu queria que descontasse o meu tempo, porque, realmente, está difícil de falar.

(As galerias manifestam-se ruidosamente.)

Srs. Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, eu queria me dirigir ao deputado Sandro Régis, Líder da Minoria. Gostaria de dizer que nós estamos fazendo um discurso aqui, na minha opinião, sem muito sentido do ponto de vista das intervenções, deputado Luciano Ribeiro, quando V.Ex^a, por exemplo, questiona o reajuste que está sendo dado para os servidores.

Não aprovei a emenda de V.Ex^a, porque haverá perda caso a emenda seja aprovada. Se a considerarmos, o reajuste será menor do que o dado pelo governo. V.Ex^a apresenta uma emenda que diz ser 6,41% o índice retroativo a janeiro. A proposta que o governo apresenta é 3,5% mais 2,91%, ou seja, um sobre o outro dará 6,85%. Eu sei fazer conta. Se V.Ex^a não fez a conta, eu fiz a conta.

Então o reajuste proposto pelo governo é maior. Ao longo dos anos, a incorporação ao salário perderia se fosse, apenas, 6,41%. Então, é um debate feito muito mais sobre a tese de Oposição e de Situação do que, de fato, pelo conteúdo do ponto de vista de reajuste. Nenhuma das duas propostas, aqui, apresentam um valor que tenha aumentado real. A proposta de V.Ex^a não coloca aumento real.

Mas quero defender a deputada Fabíola Mansur. Ela veio para cá, porque sei que esteve reunida com o governo e com parte dos representantes da categoria dos médicos, quando discutiram um plano que qualificará os servidores e ampliará esse percentual que o governo está colocando. Então penso que as manifestações contra a deputada Fabíola foram injustas.

Às vezes, deputada Maria del Carmen, nesta conjuntura em que os reajustes

são pequenos, a qualificação do direito do trabalho representa muito mais do que 1 ou 2% de reajuste. As condições de trabalho são muito melhores. Nesse sentido, quero dizer que a deputada Fabíola Mansur sofreu críticas injustas, levando-se em conta a postura que ela tem em defesa dos trabalhadores da área de saúde.

Quero parabenizá-la, deputada Fabíola, pelo seu pronunciamento.

Também, quero dizer que não fomos votados para fazer oposição ou defesa de governo. Nós fomos votados pela Bahia para defender aquilo que melhor interessa à Bahia. É o olhar de cada deputado ou de cada deputada. Por isso, quero fazer jus à intervenção do deputado Alex Lima quando esteve em uma defesa estadista ao entender o reajuste dado pelo governo.

Bem, para os servidores, este não é o reajuste que nós tampouco Rui Costa gostaríamos de dar. Estivemos com ele e ele disse isso. Mas era o reajuste da capacidade orçamentária que esta Assembleia Legislativa votou aqui, a capacidade orçamentária do Estado para evitar haver problemas futuros como os problemas que estão acontecendo no governo do Paraná, pois este último não está pagando o salário dos servidores, deputada Maria del Carmen!

Então, a responsabilidade deste nosso governo é a dar um reajuste que amplia, ao longo do ano de 2014, a inflação do período. É mentira de quem disse que há servidores que ganharão menos que o salário-mínimo. Quem está falando isso é mentiroso, porque não há um só servidor que receba ou receberá menos do que um salário-mínimo. O piso salarial ainda acrescenta 2,47% e este percentual garante a superioridade a qualquer tipo de piso salarial em relação ou em comparação a outros Estados.

Por isso, deputado Marcelo Nilo, Srs. Deputados, como relator do projeto, quero pedir a cada deputado que se posicione neste sentido e na defesa da valorização dos servidores públicos do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Há um requerimento assinado pelo deputado Paulo Rangel que pede a prorrogação da sessão pelo tempo de 800 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que V.Ex^a foi muito hábil quando reviu a situação e estabeleceu a norma da Casa. Mas também quero dizer a V.Ex^a que esse é um projeto que envolve a vida das pessoas, há muitas pessoas

aí à flor da pele, e é um projeto importante para os servidores saberem quem vai votar “Sim” e quem vai votar “Não”.

Eu tenho duas questões de ordem: primeiro, quero saber de V.Ex^a qual a pauta do dia?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu sou obrigado a votar o projeto que já está pronto para votar que é o nº 21.202/2015.

O Sr. Sandro Régis:- Se for o projeto de ontem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (...) de ontem que já encerrou a discussão e o encaminhamento.

O Sr. Sandro Régis:- (...) que não pode discutir.

E depois desse projeto, Sr. Presidente, qual o próximo projeto a ser votado?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aí é o projeto 21.203/2015, que altera a estrutura remuneratória dos cargos efetivos e depois vem o terceiro, que altera a lei nº 4826, de 27 de janeiro de 1989.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, então, em cima disso aí, eu queria que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum de votação para que os deputados venham a plenário...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. V.Ex^a fala com a prorrogação da sessão, não é isso?

O Sr. Sandro Régis:- É.

(...) cada deputado votará de acordo com a sua consciência, mas é importante que todos os servidores saibam como cada deputado votará.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, deputado.

Quero apenas lembrar que suspendi a sessão por 4 minutos, então esta sessão irá até as 18h04min, se não for prorrogada.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem.

Zerem o painel e marquem 25 porque é quórum de votação.

O Sr. Paulo Rangel:- Eu pedi questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Depois darei a V.Ex^a, só para ir contando por causa do tempo, porque senão encerra.

Zerem o painel e marquem 25 minutos.

Srs. Deputados queriam marcar as presenças, o deputado Paulo Rangel pediu quórum de prorrogação da sessão.

(Chamada nominal dos Srs. Deputados para continuidade da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, quero aqui neste momento convocar, com

o máximo de urgência, todos os deputados da Base do governo para que se façam presentes a esta sessão rapidamente, já que temos um requerimento em que pedimos a prorrogação da sessão por 800 minutos. Então é urgente que tenhamos quórum de votação, precisamos de 32 Srs. Deputados.

Portanto, Sr. Presidente, fazemos aqui um apelo para que todos os deputados venham o mais rápido, porque precisamos prorrogar a sessão por 800 minutos. Só temos até o momento 21 Srs. Deputados. Faço um apelo aqui para que todos os deputados da Base do governo se façam presentes o mais rápido possível. Os deputados que estão no cafezinho, os deputados que estão na cantina, os deputados que estão recebendo prefeitos, vereadores, é urgente, esta sessão pode cair. Temos até agora 25 Srs. Deputados apenas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, queiram marcar as presenças.

Já tem quórum, volta o painel.

Em votação o requerimento do deputado Paulo Rangel, que requer nos termos do art. 89, § único do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 800 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado com os votos contrários dos deputados de Oposição aqui presentes.

Em votação o projeto de lei nº 21.202/2015, de procedência do Poder Executivo, que reajusta os vencimentos, subsídios, soldos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, proventos e pensões da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica e dá outras providências.

Em votação...

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel :- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, este projeto começou seu processo de votação ontem e está encerrando hoje. Como retiramos todas as nossas inscrições para discuti-lo, quero aqui usar mais estes 5 minutos, para, mais uma vez, no final, formular a minha questão de ordem para fazer um novo apelo ao Líder do governo Zé Neto. Que ele use o bom senso e converse com o secretário da Fazenda para tentar aproximar essa proposta da realidade do governo e das condições ideais para o servidor público.

Nós sabemos que se o governo tiver mais um pouco de boa vontade... Até porque na nossa emenda, Sr. Presidente, conservamos o índice de reajuste inflacionário que o governador indicou para esta Casa. Nós apenas, em cima do Estatuto do Servidor Público Estadual, sugerimos que fosse pago em parcela única, a

partir de janeiro.

Aqui quero fazer um apelo aos deputados do governo: este projeto que vocês vão votar hoje, vai botar mais de 30 mil pessoas recebendo abaixo de um salário-mínimo! São pessoas que, com certeza, vão passar fome por causa dos senhores! Isso é uma irresponsabilidade para atender o patrão! (Palmas nas galerias) Isso é uma irresponsabilidade para atender o chefe! (Palmas) Votar um projeto que vai deixar até novembro trinta mil servidores ganhando abaixo do salário-mínimo é inconstitucional!

Esta Casa, em primeiro lugar, em vez de defender o interesse do governo, tem que defender o interesse do povo! Tem que defender o interesse da sociedade! Então, quero aqui deixar registrado que a Oposição não vai compactuar com isso. A Oposição não irá carimbar esse ato que deixará mais de trinta mil servidores ganhando abaixo do salário-mínimo, quando isso não é mais permitido no País. Não vamos votar a favor de um projeto inconstitucional! Inconstitucional, Sr. Presidente, porque a Constituição não permite que ninguém ganhe abaixo de um salário-mínimo. E não será esta Casa que irá carimbar essa vergonha, que irá manchar a Bahia em todo Brasil!

Então, deputados governistas, pensem primeiro antes de cometer essa ilegalidade e esse desrespeito a um pai de família que irá ganhar menos do que um salário-mínimo!

Em cima disso, Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum de votação. (Palmas nas galerias)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex^a zerasse o painel e desse o tempo regulamentar de 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a também será atendido.

Peço que zerem o painel e marquem 25 minutos.

há um pedido de verificação de quórum de votação. Os Srs. Deputados que queiram votar o projeto, marquem as presenças.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, quero convocar todos os deputados da base do governo para se fazerem presentes para que, se preciso, possamos recompor o quórum o mais rapidamente possível para votação deste projeto. Portanto, a todos os deputados faço este apelo para que o quórum seja recomposto o mais rápido possível. Que todos os deputados da Casa compareçam a este recinto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes de colocar em votação, gostaria de lembrar que amanhã teremos a Assembleia Itinerante na cidade de Santo Antônio de Jesus. Faço um apelo aos Srs. Parlamentares que estejam

presentes, porque vamos fazer duas Assembleias neste semestre: uma em Santo Antônio de Jesus e a outra na cidade de Barreiras. No próximo semestre faremos outras.

Faço um apelo aos senhores, do deputado que não for, infelizmente, sou obrigado a cortar o ponto. Mas gostaria de fazer um apelo aos Srs. Deputados: é uma cidade próxima, é muito importante a presença dos parlamentares.

O Sr. Sandro Régis: - Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Sandro Régis- Peço a V.Ex^a, é a primeira sessão itinerante deste ano, muitos deputados novos não sabiam como funcionavam, se tinha que cortar o ponto ou não. Faço um apelo ao bom senso de V.Ex^a. Peço que, nessa primeira sessão, não corte o ponto dos deputados, porque muitos já fizeram compromissos porque não sabiam que o ponto seria cortado. Faço esse apelo a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou indeferir a questão de ordem. Infelizmente não posso. É um sacrifício que a Assembleia faz para viajar e infelizmente sou obrigado a cortar. Não posso abrir mão. Entendo o apelo de V.Ex^a, mas infelizmente não posso.

O Sr. Alex Lima: - Presidente, questão de ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Alex Lima: - Que o deputado Sandro Régis, que pediu a verificação de quórum, marque a presença.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele marca, mesmo chegando a 31, já tem quórum. Srs. Deputados, lembro a V. Ex^{as} que, na próxima sexta-feira, vamos entregar o Título de Cidadão Baiano ao ex-ministro do Supremo Ayres Brito, às 10 horas, aqui neste Plenário. Faço um apelo para que também V. Ex^{as} participem. Nesse caso, óbvio, não cortarei o ponto. Mas peço a presença de todos.

Volte ao painel. Tem quórum.

Como recomenda a sua Bancada, deputado Sandro Régis, sim ou não?

O Sr. Sandro Régis: - Para a nossa Bancada, Sr. Presidente, recomendo não a esse projeto e sim ao servidor público que está aqui. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Sandro Régis recomenda não.

Deputado Zé Neto, como é que V.Ex^a recomenda?

O Sr. Zé Neto: Recomendo sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Sandro Régis recomenda não e o deputado Zé Neto recomenda sim. A votação é aberta.

Em votação.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados que faltam votar.)

(Continua a votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Última chamada.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados que faltam votar.)

(Continua a votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação.

Encerrada a votação.

58 Srs. Deputados votaram. 41 votos sim e 17 votos não. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 21.202/2015

Reajusta os vencimentos, subsídios, soldos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, proventos e pensões da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam reajustados em 3,5% (três vírgula cinco por cento), a partir de 01 de março de 2015:

I - os vencimentos e soldos dos cargos das carreiras dos Grupos Ocupacionais Artes e Cultura, Comunicação Social, Educação, Fiscalização e Regulação, Fisco, Gestão Pública, Obras Públicas, Serviços de Apoio Técnico-Administrativo da Procuradoria-Geral do Estado, Serviços Públicos de Saúde, Segurança Pública, Serviços Penitenciários, Técnico-Administrativo, Técnico-Específico e Técnico-Jurídico, bem como os vencimentos da carreira de Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais e os valores dos símbolos das Funções Gratificadas e dos Cargos em Comissão da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual;

II - os valores das seguintes gratificações: Gratificação por Competência - GPC, Gratificação de Atividade Jurídica - GAJ, Gratificação de Atividade de Polícia Judiciária - GAPJ, Gratificação de Atividade Policial Militar - GAP, Gratificação de Incentivo ao Desempenho - GID, Gratificação de Serviços Penitenciários - GSP, Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Edificações Públicas - GEP, Gratificação de Suporte Técnico Universitário - GSTU, Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Transportes - GET, Gratificação pelo Exercício de Assistência em Procuradoria - GEAP;

III - o subsídio dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da

Carreira de Professor com titulação em ensino médio específico completo ou licenciatura de curta duração e de Professor não licenciado;

IV - o subsídio dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Médico e de Regulador da Assistência em Saúde;

V - o subsídio dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Professor Indígena;

VI - os vencimentos dos cargos do Quadro Especial criado pelo art. 3º da Lei nº 8.631, de 12 de junho de 2003;

VII - o subsídio dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Defensor Público.

§ 1º - O reajuste previsto no *caput* deste artigo não se aplica às gratificações cujo valor resulte da aplicação de percentuais sobre o vencimento básico.

§ 2º - O reajuste previsto no *caput* deste artigo incidirá sobre os valores dos vencimentos, soldos, gratificações e símbolos vigentes em 1º de março de 2015, bem como sobre os já fixados em Lei para vigência futura.

Art. 2º - Os proventos de inatividade e as pensões que tenham sido fixados com base nos vencimentos e soldos dos cargos das carreiras mencionadas no artigo anterior serão revistos nas mesmas datas, condições e proporção previstas nesta Lei para os servidores em atividade, não podendo resultar valores superiores aos concedidos ao servidor ativo em igual situação.

Art. 3º - Os proventos de aposentadoria e as pensões que tenham sido fixados com base no § 3º do art. 40 da Constituição Federal, com as alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, serão reajustados no exercício de 2015, na mesma época e índices estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de março de 2015.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O projeto irá para a sanção do Sr. Governador Rui Costa.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Peço a V.Ex^a a cópia da votação para que a população possa conhecer quem votou a favor dos servidores da Bahia e quem votou contra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É óbvio que a cópia está aí, é público para a imprensa e para qualquer pessoa.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, declaração de voto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra para declaração de voto, deputado Targino Machado, V.Ex^a tem 2 minutos e meio porque é regime de urgência.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, 2 minutos e meio são suficientes para dizer aos Srs. servidores, aos Srs. que nos assistem pela TV Assembleia, que isso aqui é fruto da incapacidade dos eleitores de elegerem bons nomes para terem assento representando bem a sociedade.

Votei não e votaria mil vezes porque estou há 17 anos como deputado e nunca votei contra a Bahia e contra os baianos.

E quero dizer aos Srs.: a culpa da falta de investimento em educação, a culpa é da falta de responsabilidade do povo que está elegendo deputados errados. Vamos analisar a história e o histórico dos candidatos a deputado antes de votar.

Deputado Marcelo Nilo, (Lê) “ Não vou ligar, chegou a hora, vais me pagar. Pode chorar, pode chorar. Mas chora, o povo hoje chora...”

Mas vai chegar o momento de o povo fazer esses políticos chorarem, porque vocês pagaram com traição a quem sempre lhes deu a mão.

(Canta) “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão. Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão.”

(As Galerias cantam em coro com o deputado Targino Machado.)

Canta todo mundo, porque cantar pode!

(Canta) “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão.”

Fica esperto, servidor público! O prejuízo vocês não tiveram hoje, vocês tiveram em outubro passado quando votaram errado. Agora, o povo vai ter que pagar mais três anos e meio e quero crer, Deus há de permitir que essas vaias de hoje, esses aplausos de hoje, essa indignação de hoje acompanhem os senhores até do dia da próxima eleição, para varrermos da vida pública políticos que não têm compromisso.

(Canta) “ Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão.”

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, eu queria me referir, inicialmente, a V. Ex^a, e longe de mim estimular os servidores a contrariar o Regimento desta Casa. Muito pelo contrário. Acho que, pela dor que eles estão sentindo, eles não conseguem resistir. Eles acabam verbalizando a dor que sentem. E eu peço aos servidores que tenham um pouco de calma, porque temos que respeitar o Regimento.

Queria pedir, Sr. Presidente, que V. Ex^a. permitisse, já que tem alguns assentos vagos, que os que estão fora possam entrar para, pelo menos, acompanharem o massacre que a base do governo quer fazer com os servidores públicos do Estado da Bahia.

Quero dizer ao deputado Targino Machado, meu amigo, que vou discordar, deputado, de V. Ex^a. Não faltou aos brasileiros e aos baianos educação, mas sobrou competência por parte dos marqueteiros do Partido dos Trabalhadores. Através da campanha da presidente Dilma Rousseff, ela conseguiu enganar todos os brasileiros, cometeu um estelionato eleitoral e disse que as finanças do País estavam equacionadas, que a energia estava controlada, que o combustível estava controlado. E o atual governador da Bahia se elegeu lado a lado da presidente Dilma Rousseff. E o que eles estão dando como retorno a vocês, servidores? Vocês que ajudaram esse atual governo a se reeleger, porque acreditaram nas falsas promessa desse governo.

Ontem, aqui, V. Ex^{as}. acompanharam os deputados da base do governo envergonhados, e não estiveram presentes no Plenário. Hoje eles estão aqui todos, sentadinhos, para cometer um massacre com os servidores públicos, a serviço do atual governador do Estado da Bahia.

É lamentável, Srs. Parlamentares, V. Ex^{as} sabem que dar 3,5% aos servidores é injusto, mas na ânsia de atender e servir ao governador estão aqui presentes para cometer essa imoralidade.

O presidente Marcelo Nilo tanto lutou pela independência deste Poder, mas, hoje, Sr. Presidente, estamos vendo um Poder Legislativo agachado, subserviente, servindo ao governador e virando as costas para os servidores públicos do Estado da Bahia. Que vergonha, Srs. Deputados! Tenho a certeza de que muitos de vocês estão muito constrangidos, mas mesmo constrangidos vão prestar esse mau serviço ao Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Marcell Moraes pelo tempo de 2 minutos e meio.

O Sr. MARCELL MORAES:- Venho aqui, Sr. Presidente, colegas, servidores, mostrar a minha profunda tristeza, na tarde de hoje, por saber que parlamentares eleitos pelo povo, com votos dos servidores, nesta tarde, viram as

costas aos servidores, votando contra.

Parabenizo aqui, e o servidor precisa acompanhar, o médico David Rios, que votou a favor dos servidores. (Palmas) David Rios, V.Ex^a, que foi meu colega na Câmara Municipal de Salvador, médico, votou a favor dos servidores. Parabéns! Deputado atuante é assim.

Venho aqui, Sr. Presidente, mostrar a minha tristeza em saber que este Parlamento vira as costas à grande massa, à grande maioria. Muitas vezes, não leem nem o projeto, mas , a mando de seu coronel, o governador, votam contra o povo e a favor dele.

Quero dizer que Parlamento não é isso. Parlamento é debate. É subir na tribuna e debater. E muito me estranha os deputados que ficam sentados e não vieram aqui debater o projeto. Mas, só vieram aqui, a mando do coronel, votar sim; votar esse aumento abusivo, injusto, reacionário que é contra os servidores. Os cães ladram, mas a caravana não pára. É isso que temos que seguir. Deixem os cães latirem. E vamos continuar.

Parafraseando o nobre deputado Targino Machado, que veio aqui, na tarde de ontem e na tarde de hoje, cantar uma música. Vou cantar uma música, e já que defendo os animais, canto: “bichos escrotos, saiam dos esgotos” . E salvem esses servidores.

Saudações ecológicas. Não vamos deixar isso acontecer e precisamos de união. Vamos estar aqui para mostrar quem são os parlamentares que deram as costas aos servidores. Não vamos retroceder e mostrar a esse governador arbitrário que traz um projeto para a Assembleia sem nenhum benefício claro ao servidor, falando que trinta mil famílias...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- (...) neste momento vão ganhar menos que um salário-mínimo.

Quero finalizar parafraseando o deputado Targino com a música que ele trouxe e gostaria que as galerias a cantassem.

(As Galerias se manifestam, cantando juntamente com o deputado.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado. Faço um apelo. Deputado Marcell.

O Sr. MARCELL MORAES:- Saudações ecológicas. Não para esse governo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto para declarar voto pelo tempo de 2 minutos e meio.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, galerias aqui presentes com os servidores públicos, já não é surpresa

nenhuma a atitude e o comportamento do governo do PT. Esse partido sempre teve, entre suas bandeiras históricas, a defesa do trabalhador. Mas, há muito tempo, também, vem rasgando a sua história.

Aqui observamos, nesta noite de hoje, o Partido dos Trabalhadores, através do seu governador, comandar mais uma vez um projeto que fere de morte os servidores públicos do Estado da Bahia. E assim foi em diversos momentos ao longo deste governo.

Aqui ouvi atentamente o Partido dos Trabalhadores procurar justificar o injustificável. Disseram, no início, que a maioria dos servidores estaduais concordavam com o projeto de aumento dos servidores, o que é uma falácia, pois a maioria dos servidores estão nesta Casa dizendo que não concordam com o que o governo vem fazendo.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, eu interrompo o meu pronunciamento para pedir que a Polícia e os seguranças não interfiram numa manifestação pacífica e legítima por parte dos servidores públicos da Bahia.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- E eu quero dizer, Sr. Presidente, que o governo tentou de todas as formas...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Eu peço a tolerância de V.Ex^a....tentou mentir, enganar os servidores, dizendo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor, aí não, eu peço a tolerância, por favor, eu faço um apelo, conclua, deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Eu peço a tolerância de V.Ex^a, eu tive que interromper. Só para concluir, Sr. Presidente, que o governo tentou mentir e enganar os servidores do Estado da Bahia, assim como mentiu nas eleições estaduais do ano passado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- E eu deixo para concluir o meu pronunciamento logo mais na discussão do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Eu não vou permitir que passem de 2 minutos e meio.

(As galerias se manifestam gritando.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tenha calma, senhora. (Pausa). Espera aí, isso aí não, a senhora tem que ter educação, tenha calma.

Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 2 minutos e meio.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, ninguém está fazendo nada, estão todos sentados...

(As galerias se manifestam gritando).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, ela que tem que ter educação.

O Sr. Adolfo Viana:- Calma, presidente, calma. A segurança da Casa, a Polícia está tirando os servidores das galerias, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Olha, eu não estou pedindo que a Polícia tire, não. Deixem eles aí, não tem problema nenhum, deixem que fiquem aí, agora não ofendendo.

O Sr. Adolfo Viana:- Peço que recomponham as galerias, foram retirados servidores.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas podem entrar, eu não pedi para retirar todo mundo, não. Podem entrar, podem deixar os servidores aí. Agora, eu só quero dizer uma coisa aos Srs. Deputados, se tiver um servidor da Assembleia, mesmo que seja do gabinete de deputado, que ofender um parlamentar, eu demito. Se eu vir daqui, pode ter certeza que eu demito. Estão me informando que existem servidores da Assembleia aí ofendendo os parlamentares. Se for de deputado, podem ter certeza que eu demito. Não vou aceitar ser ofendido por ninguém.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, Sr. Presidente, deixe eu concluir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu só gostaria que V.Ex^a recompusesse as galerias...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, eu não mandei retirar, não. Já mandei recompor.

O Sr. Adolfo Viana:- Então, eles estão desobedecendo a sua ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu estou pedindo à segurança que deixem os funcionários entrarem, eles que estão saindo, deputado. Podem ficar aí.

O Sr. Adolfo Viana:- Muito bem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não estou mandando retirar ninguém.

O Sr. Adolfo Viana:- Estão sendo coagidos a sair, presidente. A Polícia está errada ou então os seguranças da Casa estão equivocados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): Deputado, está todo mundo aí, se

quiserem podem entrar. Não tem problema algum,, desde que não ofendam o deputado.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 2 minutos e meio.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta Tribuna, hoje, para declarar o meu voto NÃO, não a uma agressão à lei, a um direito consagrado e legítimo do servidor público de saber: exatamente o momento da sua revisão salarial, como lhe é assegurado pela Carta maior.

Digo não à agressão à Constituição brasileira ao fixar o salário, por esta Casa, abaixo do mínimo constitucionalmente garantido. Assim, quando enxergo e vejo a atrocidade e a ilegalidade que comete esta Casa, hoje, de joelhos. lembro-me da campanha governamental de 2006. O então candidato Jaques Wagner estampava na televisão o contracheque dos policiais e dos servidores públicos, dizendo que esses servidores não poderiam ganhar abaixo do mínimo legal, porque era inconstitucional, porque era ilegal, porque era ilegítimo, porque era imoral.

Esta Casa hoje nada mais faz do que permitir que os servidores públicos ganhem abaixo do mínimo legal. Estamos rasgando a Constituição Cidadã. Essa que o PT não assinou e se nega, em todos os momentos, a cumprir e respeitar. O deputado Rosemberg Pinto fez aqui uma mágica de números, em que 3.5%, em 10 meses, e mais 2.91%, em 2 meses, é maior do que 6.41 em 12 meses.

Queria voltar para a escola, para que o deputado Rosemberg me ensinasse a fazer conta. Talvez as escolas do sertão, meu caro Rosemberg, não me permitissem aprender o malabarismo de contas que V.Ex^a certamente sabe fazer melhor do que eu.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 2 minutos e meio.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Meu caro Presidente, Srs. Deputados, quero homenagear esses servidores pela coragem, pela forma civilizada, como durante todo o processo se manifestaram. Quero enaltecer a garra de vocês e dizer que as lágrimas nos comovem. São lágrimas de pessoas sentidas e não tem nada que doa mais no coração da gente do que a traição Vocês foram traídos por parlamentares que vocês ajudaram a eleger. Foram traídos por um governo que ajudaram a construir na eleição de Jaques Wagner.

Agora peço ao pessoal do som da Assembleia que, por favor, deem som aqui nesta Casa. Nós estamos falando aqui, nós estamos nos esguelando e a voz da gente não reverbera. O que está havendo?

Então, quero dizer a vocês, servidores, parabéns pela luta. Quanto às lágrimas de dor, essas lágrimas são de pessoas que foram traídas pelo atual governo. Vocês que ajudaram a construir isso, em 2006, com a eleição de Jaques Wagner, lembram muito

bem da campanha do governo, com o contracheque na mão, dizendo que ninguém poderia receber menos do que um salário-mínimo, um salário-base, e hoje a gente sente e sabe que muitos servidores vão continuar ganhando um salário-base menor do que um salário-mínimo.

Ora, o tempo passou e a gente descobre as mentiras, as falácias, o engodo, a forma de tentar engabelar e ludibriar e é por isso, minha Senhora, que hoje eu sinto e, olhando para seu rosto, doem essas lágrimas, lágrimas de pessoas que foram traídas. Nós precisamos guardá-las, readquirir as forças para voltarmos às ruas para, de forma democrática, derrotar esse governo autoritário, esse governo totalitário - que não respeita a manifestação livre do servidor, massacrado com o salário que não condiz, e que não repassa a inflação aqui votando um salário que não condiz com as esperanças dos que foram enganados e ludibriados durante a campanha.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 2 e meio minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ontem, desta tribuna, o nobre deputado Luciano Ribeiro lembrava que os constituintes do Partido dos Trabalhadores deixaram de assinar a Carta Magna de 1988. E os deputados da base do governo, aqui, nesta Casa, hoje, rasgam a Carta Magna do país quando votam uma lei que permite que servidores trabalhadores recebam menos que o salário-mínimo.

Aqui, neste momento, estamos encaminhando o projeto de lei que complementa o reajuste de salário para valer a partir de novembro. Tive a oportunidade de demonstrar, em meu primeiro pronunciamento, que o Executivo com facilidade poderia resolver esse problema de uma vez. Dar o reajuste de uma única vez, antecipar o reajuste para a data-base dos funcionários públicos. E não venha o deputado Rosemberg me dizer que não pode mais, porque já aprovou a lei dos 3,5%. É só mudar nessa para que a data passe a valer em janeiro, ou, pelo menos, em março. Assim, corrigiríamos essa incongruência legal de termos trabalhadores percebendo menos que um salário-mínimo.

Provei, aqui, com números que do ponto de vista fiscal, o governo não terá nenhum problema; provei aqui, com números que a receita corrente líquida projetada até o final do ano comporta, suporta um reajuste em parcela única a partir de janeiro/2015.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 2 meio minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, vou declarar o meu voto contrário, porque infelizmente não acho que seja desculpa para um governo de oito anos e 100 dias a falta de planejamento para com os servidores. É uma desculpa furada. Falta planejamento ao governo e sobra o toma lá da cá. Vejam, nós que estávamos aqui ontem, o quanto mudou em 24 horas. Infelizmente as prioridades desse governo são as mesmas do governo federal. Ele segue o mesmo passo. Infelizmente o governo federal e o governo da Bahia estão afundando. As perspectivas são péssimas.

Existe o aumento de todo tipo de conta para uma pessoa comum. Infelizmente a maioria dos Srs. Deputados não se sensibilizaram com isso. Eu votei favorável ao aumento dos funcionários do meu gabinete, porque tenho obrigação de lutar por melhoria para os servidores públicos. Mas, infelizmente, falta coerência e as pessoas ficam com conversa fiada. Observamos alguns oradores navegarem em mares que nem o Brasil nem o mundo estão navegando. O Líder da Maioria, deputado Zé Neto, veio a esta tribuna para fazer o discurso que parece até que está em Londres ou está nos Estados Unidos, deputado José de Arimatéia está em Londres, ou está nos Estados Unidos ou no Paraná. A realidade da Bahia é dura, realmente existe uma falta de planejamento e, infelizmente, uma falta de prioridades. Mas não falta lugar para os “cumpanheiros”, para eles sempre tem espaço. Inclusive uns do MST que estavam aqui fazendo baderna para ver se expulsavam os outros daqui de cima. Mas os “companheiros” sempre têm cargo.

Infelizmente, hoje é um dia triste. Ontem foi um dia feliz, mas hoje é um dia triste para este Plenário quando os deputados perdem a oportunidade de estar ao lado de quem devem estar, do povo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Próximo projeto. O projeto de lei nº 21.203/2015, de procedência do Poder Executivo, que altera a estrutura remuneratória dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Para relatar o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, o (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.203/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a estrutura remuneratória dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções gratificadas, da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras*

providências.”

O projeto que ora venho relatar, por designação do Sr. Presidente da Mesa dos trabalhos desta Sessão, encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Chefe do Poder Executivo, propõe a reestruturação dos vencimentos dos servidores públicos, “com reajuste de 2,812% e realinhamento dos vencimentos básicos com o salário mínimo vigente, a partir de 1º de novembro de 2015”, conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem, na qual ressalta também que “o Governo, ao elaborar os estudos para estas alterações das estruturas remuneratórias, considerou a necessidade de se manter o equilíbrio fiscal e a solidez das contas públicas”, e ainda que essas alterações remuneratórias “produzirão um acréscimo na despesa de pessoal para o Exercício de 2015 no valor estimado de R\$ 61.382.564,00 (sessenta e um milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais)”, enquanto para o Exercício de 2016 estima-se um acréscimo de despesa da ordem de R\$ 368.298.220,00 (trezentos e sessenta e oito milhões, duzentos e noventa e oito mil, duzentos e vinte reais).

Registre-se ainda que a proposição é acompanhada de XXVI anexos, contendo as tabelas de vencimentos e gratificações das diversas carreiras que compõem o quadro de pessoal do Poder Executivo Estadual e da Defensoria Pública.

Esse projeto, no que se pese todo esse debate, não recebeu emendas de nenhum deputado. No entanto, cabe-me, na condição de relator, apresentar uma emenda à proposição, no sentido de sanar um erro material existente no anexo XV, na forma seguinte:

Emenda de Relator:

Proceda-se alteração no anexo XV do projeto de lei nº 21.203/2015, na forma seguinte:

ANEXO XV

ANEXO IV DA LEI Nº 12.822, DE 04 DE JULHO DE 2013

MÉDICO

*(Respeitado o disposto no art. 4º da Lei nº 12.598, de 28 de novembro de 2012)

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2015

.....

GID REGIME DE PLANTÃO DE 12H DOS SERVIDORES DA SAÚDE

Mínima 1.679,67

Máxima 3.176,95

Justificativa: A tabela cometia um erro de digitação, na minha opinião, ao olhar o projeto anterior. A presente emenda tem por objetivo sanar erro material contido no Anexo XV do Projeto de Lei nº 21.203/15, que dispõe sobre os valores mínimo e máximo da Gratificação de Incentivo ao Desempenho - GID do regime de plantão de 12 horas semanais da carreira de Médico, do Grupo Ocupacional Serviços Públicos de Saúde.

A sobredita incorreção foi ocasionada por erro material presente no Anexo XV-A da Lei nº 13.149, de 04 de abril de 2014 - responsável por alterar, à época, a estrutura remuneratória dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual - que, ao modificar o Anexo IV da Lei nº 12.822, de 04 de julho de 2013, fixou o valor máximo da GID do regime de plantão de 12 horas semanais da carreira de Médico, do Grupo Ocupacional Serviços Públicos de Saúde, em R\$ 1.985,57, quando, em verdade, deveria ter sido R\$ 2.985,57.”

Acredito eu que um erro do digitador que, ao invés de digitar o número 2, digitou o número 1. Por conta disso houve a troca do dígito 2 pelo dígito 1.

(Lê) “O erro foi sanado pelo Anexo VIII da Lei nº 13.184, de 04 de julho de 2014. Todavia, o novo valor da GID máxima do regime de plantão de 12 horas da carreira de Médico, consignado no Projeto de Lei nº 21.203/2015, tomou por base os valores que constavam no Anexo IV da Lei nº 12.822/2013, com a redação dada pelo Anexo XV-A da Lei nº 13.149/2014.

Por fim, cabe registrar que essa modificação não gerará impacto orçamentário-financeiro, haja vista que no respectivo cálculo já havia sido prevista a GID máxima do regime de plantão de 12 horas da carreira de Médico no valor de R\$ 3.176,95.

Ante o exposto, e considerando que a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, opino pela sua aprovação com a modificação introduzida pela Emenda de Relator que acabei de ler para os Srs. Deputados e Sras Deputadas. É o parecer. Sala das Sessões, 6 de maio de 2015.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o projeto do Executivo relatado pelo deputado Rosemberg Pinto no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, Educação Ciência e Tecnologia, Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho, Finanças e Orçamento Fiscalização e Controle.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, quero aqui dizer a V.Ex^a que esta noite a Assembleia marca de uma forma negativa a história política da Bahia. Não pelo fato do decorrer do processo eleitoral, da votação do projeto, e, sim, volto

aqui a reafirmar na questão das mais de 30 mil pessoas que irão receber abaixo do salário-mínimo. Todos aqui têm a consciência do que fizeram. Os deputados governistas que votaram a favor não dormirão hoje com a consciência tranquila em fazer um pai de família receber menos de um salário-mínimo. Mas como o governo usa da sua força e de seus encantos, foram 41 votos a favor desse esdrúxulo projeto e 17 votos a favor da consciência e da legalidade.

Em cima disso, Sr. Presidente, entrou nesse segundo projeto da Ordem do Dia, peço a V.Ex^a uma verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Marquem 15 minutos.

Comissão de Constituição e Justiça: 05 deputados presentes.

Próxima comissão. Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho: 5 deputados presentes. Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público: 5 deputados presentes.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, pela ordem, o artigo 178 do Regimento Interno.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, estou em votação.

O Sr. Luciano Ribeiro:- No âmbito das comissões, pela ordem, artigo 178 do Regimento Interno.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deixa-me ver o que diz o artigo 178. A tradição aqui é que, quando está em votação, não se pode interromper.

O Sr. Luciano Ribeiro:- O artigo 178 diz, Sr. Presidente, que, no âmbito das comissões, se não houver parecer, o presidente da Assembleia designará relator para que emita oralmente no Plenário o seu relatório, manifestando-se, de imediato, a comissão. Então, a minha questão de ordem é no sentido de que a minha manifestação seja feita na forma de um voto em separado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estamos em votação, não pode haver discussão, porque está em regime de urgência, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Mas isso aqui é no regime de urgência, o artigo 78 trata do regime de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deixe-me ver aqui. (Lê) “*Se não houver parecer, o Presidente da Assembleia designará relator para que o emita oralmente em plenário...*” Foi o caso. (Lê) “*O relator designado poderá requerer prazo de até 24 horas para exame da matéria...*” Não é o caso. (Lê) “*Se a comissão, após o parecer do relator, não puder deliberar...*” A comissão está deliberando.

Seria por falta de quórum, mas está havendo quórum.

O Sr. Luciano Ribeiro:- (Lê) “Manifestando-se, de imediato, a comissão...” Para eu me manifestar... Presidente, só para fundamentar a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Artigo 178?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Artigo 178 do Regimento Interno, que trata

exatamente do processo de regime de urgência. Eu quero fundamentar a minha...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Leia para mim, por favor, para ver o que V. Ex^a quer.

O Sr. Luciano Ribeiro:- (Lê) “Se não houver parecer, o Presidente da Assembleia...” Claro que houve parecer.

O Sr. Sandro Régis: - Sr. Presidente, o deputado Bira está atrapalhando o raciocínio do deputado Luciano.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu quero fundamentar a minha questão de ordem, se os deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Deputado Bira Corôa, deixe-o falar, por favor.

O Sr. Luciano Ribeiro: - (...) permitirem, eu quero fundamentar a minha questão de ordem, cabendo a V. Ex^a deferir ou não. Vou ler o artigo 178: (Lê) “Se não houver parecer” – isso é no regime de urgência – “o Presidente da Assembleia designará relator” – assim V.Ex^a fez – “para que o emita oralmente em plenário” – o parecer, assim já foi feito – “manifestando-se, de imediato, a comissão”.

O regime de urgência, aí faço a minha fundamentação, no meu saber, e quero pedir desculpa caso esteja equivocado, faz com que os prazos e as formalidades sejam diminuídos, mas não pode impedir as manifestações, os debates, para se estabelecer o contraditório. Eu faço parte da Comissão de Constituição e Justiça, tenho o direito de manifestar-me em qualquer projeto com o voto em separado. Eu não teria direito, como tenho no processo ordinário, de ter o prazo de 48 horas para fazer o voto em separado tendo vistas, eu compreendo, mas o direito de manifestar e a forma da minha manifestação, quero fazê-la, seria na forma de voto separado. Por isso a minha questão de ordem prende-se à seguinte questão: que V. Ex^a anote um prazo razoável, um horário, um tempo, para que eu possa emitir um voto separado, para que, no âmbito das comissões, o parecer do relator seja confrontado com o voto em separado deste humilde parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Vou indeferir a questão de ordem de V.Ex^a porque já foi votado na Comissão de Constituição e Justiça, já está encerrado esse assunto.

O Sr. Luciano Ribeiro: - Não!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a, inclusive, estava ausente da comissão quando relatei.

O Sr. Luciano Ribeiro: - Na Comissão de Constituição e Justiça, não. O voto foi dado aqui em plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Deputado, eu tenho um apreço grande por V.Ex^a, mas veja bem...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Isso não é questão de apreço, não. Deferindo ou indeferindo, não precisa ter apreço, não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Mas tenho o maior apreço pelo seu

conhecimento jurídico, mas o texto diz o seguinte: se não houver parecer, que é o caso, eu designei o deputado Rosemberg Pinto, o que é o caso, ele leu oralmente em plenário, o que é o caso, manifestando de imediato-se a comissão, manifestar é votar, porque...

O Sr. Luciano Ribeiro: - Eu quero manifestar isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - (...) no regime de urgência o deputado não pode discutir, é o voto, deputado. Vota-se “sim” ou “não”.

O Sr. Luciano Ribeiro: - V.Ex^a me perdoe, mas a manifestação tem de ser de forma que eu possa estabelecer o contraditório. Eu sou da comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Deputado, no regime de urgência, nenhum deputado pode discutir, o que é o caso, e a manifestação, nesse caso, é o voto. Eu voto “sim” ou voto “não”.

O Sr. Luciano Ribeiro: - Não é, não, excelência, se for assim, eu vou respeitar o indeferimento de V.Ex^a, e aqui não há questão de apreço, pode ficar à vontade. Pode ter sido assim a vida inteira, uma prática, mas se entendermos o processo de votação de qualquer projeto, nós estamos tolhendo o direito do parlamentar de estabelecer o contraditório, o voto do relator confrontado com o voto contrário, para que as partes, no âmbito das comissões, possam comparar, estabelecendo as divergências, que serão naturais dentro desses votos, e poderem então decidir entre o voto do relator e o voto em separado.

Respeito a decisão de V.Ex^a, acredito que seja mais uma questão da prática comum, do costume desta Casa, mas isto fere os princípios jurídicos e os princípios democráticos, que devem reger a discussão de qualquer matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Infelizmente, eu vou indeferir a questão de ordem de V.Ex^a e dou o assunto como encerrado. Primeiro, sempre foi assim aqui, há 25 anos, segundo, nós consideramos, nesse caso, a manifestação o voto. Vota-se “sim ou “não”, ou ainda há a abstenção.

Em votação o parecer do deputado Rosemberg Pinto no âmbito das comissões pertinentes. Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado, com os votos contrários da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 20 minutos para discutir a matéria. Chamo o meu vice-presidente para assumir a presidência, deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, os servidores não resistiram. Ao olhar para essa base do governo, se retiraram. Uns chorando e outros com dor de cabeça, e os parlamentares da base do governo, sorrindo. Sorrindo do sofrimento dos servidores públicos do Estado da Bahia, na ânsia de servir ao governo do Estado, na ânsia de atender ao atual governador do Estado da Bahia. Ontem, V.Ex^{as} desapareceram do Plenário. Hoje, estão todos presentes. E que reunião boa V.Ex^{as} tiveram com o governo do Estado da Bahia!

É lamentável! E quem pagará o preço da alegria de alguns serão os servidores do Estado da Bahia. É um projeto inconstitucional, pelo qual mais de 30 mil servidores do Estado da Bahia receberão menos de um salário mínimo.

Imaginem V.Ex^a: o mesmo governo que reajusta a conta de água da Embasa, que doerá no bolso dos trabalhadores do Estado em 9,9% a mais, deputado Zé Neto. V.Ex^a está se exaltando, querendo fazer um comparativo entre o Estado de São Paulo e o Estado da Bahia. Sabe qual é a diferença, deputado Zé Neto? O Estado de São Paulo é realmente um estado mais rico que o Estado da Bahia. Lá o estado funciona com 24 secretarias, enquanto aqui o seu governo funciona com 25 secretarias para atender a essa ampla base de deputados, essa ampla base de parlamentares que vêm aqui hoje massacrar os servidores públicos do Estado.

É, deputado Zé Neto, essa é a diferença entre o Estado de São Paulo e a Bahia. O Estado da Bahia consegue ter mais secretarias do que o Estado de São Paulo. O Estado da Bahia inchou a máquina pública. O governo, hoje, tem cargos comissionados para atender a essa ampla base. Que maravilha! Que maravilha para quem está sendo atendido!

A deputada Fátima Nunes, que é do sertão, está se manifestando, dizendo que mandará carro de água para São Paulo. Não mande, não, deputada. Mande para Jaguarari, a sua terra, pois o povo lá está precisando de água. V.Ex^a precisa mandar para o Semiárido da Bahia, deputada.

A deputada Fátima Nunes se juntará aos demais parlamentares para, de uma vez por todas, passarem o rolo compressor em cima dos servidores público do Estado da Bahia.

A pressão está subindo, deputado Alex Lima. V.Ex^a, que assume a Liderança da base do governo neste Parlamento hoje e entra em defesa do governador. Deputado Alex Lima, pergunto: o que fez V.Ex^a entrar em defesa do governo da forma como entrou?

Lamentável! Está chegando o nobre parlamentar, amigo, deputado Marquinho Viana, que estava ausente do Plenário ontem, mas está presente com esse sorriso largo, hoje, para votar nesse projeto.

Pergunto ao meu colega e professor, por quem tenho apreço e admiração, meu amigo Zé Raimundo, de Vitória da Conquista. Satisfeito, porque, junto com Joseildo Ramos e Rosemberg Pinto, conseguiram trazer os parlamentares que ontem não queriam votar. Fica uma prova clara de que V.Ex^{as} têm argumentos suficientes para convencer toda a base do governo. Ontem, V.Ex^{as} estavam presentes, querendo votar. Infelizmente, os demais parlamentares não queriam votar. Reafirmo que esse projeto é indecente, é um projeto imoral e é um projeto inconstitucional.

Como pode um governo que deveria cuidar dos baianos, deputado Luciano Ribeiro, que deveria zelar pelos funcionários públicos do nosso Estado, oferecer a mais de 30 mil funcionários um salário inferior ao salário mínimo? A quem nós estamos entregues, deputado Luciano Ribeiro?! Este Estado já não oferece segurança de qualidade. Afirmo aqui: o Estado da Bahia virou um dos estados preferenciais do

crime organizado. Aqui, deputado Pablo Barrozo, praticamente todos os dias temos assaltos a bancos, caixas eletrônicos sendo explodidos, cidades no interior da Bahia que ficam 60, 90 dias sem ter direito a um banco aberto, porque os próprios bancos têm medo. A polícia não tem condições de fazer a segurança do interior do Estado da Bahia. Coitada da minha querida cidade Campo Alegre de Lourdes. Está lá sem estrada, sem água, sem segurança pública, e os poucos servidores do Estado da Bahia que há lá agora receberão menos de um salário mínimo.

Deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^a deveria usar a sua influência sobre os seus liderados do Partido dos Trabalhadores para tentar encontrar um caminho melhor para os servidores públicos. V.Ex^a deveria acompanhar o caminho da deputada Fabíola Mansur, que lutou. Podemos perceber no semblante da deputada a tristeza por estar para votar contra os servidores públicos. Eu entendo, deputada, que V.Ex^a sempre lutou pelos servidores públicos, e agora é praticamente obrigada por essa base perversa a votar contra a sua consciência, contra a sua vontade. Eu parablenizo V.Ex^a pela grandeza, pela coragem de ter subido a esta tribuna e olhado a cada um servidor pedindo desculpas por não ter conseguido o reajuste que nós sabemos que seria digno para os servidores. Não tenho dúvida de que V.Ex^a se empenhou para dar os 6,5% dos servidores do Estado da Bahia.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concederei alguns apartes. O deputado Luciano Ribeiro está inscrito. Eu concedo um aparte ao nobre deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Meu caro deputado, colega de Bancada, aguerrido democrata que corporificou nestes dias de votação desses projetos a verdadeira justiça àquilo que é mais sagrado e que deve ser mais sagrado no governo: a justiça da verdade, fiel à verdade. Estamos aqui, caro deputado, fazendo uma oposição responsável, corporificada na pessoa de V.Ex^a e dos demais deputados.

Os governos se sustentam em vários pilares. Alguns, no seu programa de governo, na sua ideologia, na sua bandeira partidária. Outros, sem sustentação que possa compreender ideologia, bandeira partidária e programa de governo, se sustentam no Diário Oficial, aquele que publica nomeações dos deputados e obras do Estado, dos deputados.

Ontem, assistimos a este Parlamento se render ao Diário Oficial. Isso, sim, é o que pode justificar a falta de quórum ontem para votar esse projeto, e hoje, em massa, aguerridos, os deputados que constituem, que formam a base deste governo com o pilar no Diário Oficial, aqui se fizeram presentes. Por isso, de luto hoje o parlamento.

Parabéns a V.Ex^a que corporificou o espírito que está a nortear a bancada de Oposição.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Luciano Ribeiro, incorporo o aparte de V.Ex^a. Acompanho o raciocínio de V.Ex^a. Ontem, quando esta Casa tentou votar este projeto, os parlamentares não se faziam presentes porque entendiam, assim como nós, que esse projeto é imoral, que este projeto não reajusta os salários dos servidores nem ao índice da inflação.

Mas o que fez o atual governo do Estado da Bahia para convencer esta base parlamentar a se fazer presente em massa no dia de hoje, se ontem, deputado Sandro Régis, mais de 14 parlamentares se ausentaram deste plenário propositadamente porque não concordavam com o projeto? Hoje, de repente, eles voltam a esta Assembleia Legislativa com uma opinião diferente, uma opinião contrária a que tinham na noite de ontem, todos sorridentes para passar o rolo compressor nos servidores públicos do Estado da Bahia.

É lamentável, deputado Leur Lomanto Júnior, e eu confesso a V.Ex^a que não consigo compreender quais argumentos foram usados por parte do governo do Estado para convencer os senhores parlamentares da base governista a estarem prontas para passar o rolo compressor nos servidores públicos do Estado da Bahia.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Vejo o deputado Leur Lomanto Júnior pedindo um aparte. Concederei, deputado. A palavra está com V.Ex^a.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Nobre deputado Adolfo Viana, agradeço o aparte e, ao mesmo tempo, quero parabenizar V.Ex^a pela firme atuação em defesa dos interesses dos servidores públicos do Estado da Bahia. Não poderia ser diferente. V.Ex^a é um deputado atuante, aguerrido, que tem história e bagagem na política baiana, e se destacou defendendo um reajuste digno para os servidores públicos do Estado da Bahia.

Mas V.Ex^a cometeu um pequeno engano. V.Ex^a disse que os parlamentares que se ausentaram ontem da votação, o fizeram por não concordar com o aumento proposto pelo governo. Ora, deputado Adolfo Viana, é público e notório que os parlamentares que se ausentaram aqui não estavam pensando em servidor coisa nenhuma. Os deputados que se ausentaram estavam mais preocupados com o que o Diário Oficial ia trazer no dia de hoje. Essa é a verdadeira história dos parlamentares que se ausentaram, fazendo pressão por parte do governo, pois não estavam tendo interlocução necessária com o secretário de Relações Institucionais, devido a demandas não atendidas. Essa é a verdade.

Eu já soube, deputado Adolfo Viana, que hoje já houve uma grande reunião, Deputado Luciano Ribeiro, café da manhã com direito a fruta, omelete, quando começaram a distribuir os cargos, os empregos que os deputados estavam querendo. Essa é a verdadeira história. Não estavam nem aí se iam votar aumento, se iam retirar benefícios para os servidores do Estado da Bahia. Essa é a verdade que aconteceu, para triste realidade deste parlamento.

Parabenizo V.Ex^a e o agradeço pelo aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Leur Lomanto Junior, Incorpo o aparte de V.Ex^a.

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agora eu fiquei mais preocupado ainda! Eu não tinha tomado conhecimento disso. A vida dos servidores públicos do Estado da Bahia

foi resolvida num café da manhã? Deputado Leur Lomanto Junior, fiquei espantado! Não posso acreditar que a vida dos servidores públicos do Estado da Bahia foi decidida dessa maneira!

Deputado Rosemberg Pinto...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Soube que foi ele quem organizou o café!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Rosemberg Pinto, eu espero, realmente...

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- V.Ex^a quer um aparte?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Quero.

O Sr. Sandro Régis:- Eu pedi o aparte antes, deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu não poderei conceder, porque há outros deputados inscritos. V.Ex^a pode se inscrever e falar por 20 minutos.

Eu fico muito triste, deputado Leur Lomanto Junior. Se o convencimento dos parlamentares – eu não quero acreditar nisso – foi uma negociação de cargos para os parlamentares em detrimento dos servidores, é um verdadeiro absurdo. Aí, realmente, é um absurdo!

O Sr. Rosemberg Pinto:- Isso é um desrespeito aos deputados!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu estou dizendo que não quero acreditar nisso!

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte, deputado Adolfo Viana?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu não estou afirmando que isso aconteceu!

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte, deputado Adolfo Viana?

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a não pode tratar os colegas dessa maneira!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Leur Lomanto Júnior, quando V.Ex^a coloca esses fatos no seu aparte, eu, realmente, fico abismado, triste! Não podemos tratar um assunto tão sério com tanta facilidade. É lamentável! Eu vejo aqui o meu amigo e deputado Zó, representante de Juazeiro, cidade que tem diversos servidores públicos do Estado. Deputado Zó, V.Ex^a não pode acompanhar esse voto! V.Ex^a tem de estar ao lado dos servidores do Estado da Bahia!

Eu vejo parlamentares do governo constrangidos. V.Ex^a está constrangida, deputada Luiza Maia?

A Sr^a Luiza Maia:- Ninguém está constrangido.

O Sr. ADOLFO VIANA:- A senhora acha justo o reajuste de 3,5% para os servidores?

A Sr^a Luiza Maia:- O seu partido nos outros lugares não dá nem isso!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Os parlamentares aprovaram um reajuste de 18% para os funcionários daqui, por que vão aprovar 3,5% para os servidores? É justo? Se a inflação está 3,5%, não é razoável, Gika! V.Ex^a, que é um deputado de tantas lutas, dará um voto contra os servidores do Estado da Bahia? Não faça isso!

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputada Fabíola Mansur, V.Ex^a pediu um aparte, mas quero dizer que não terei tempo de concedê-lo. Fui claro, eu vi o constrangimento da senhora! Esse constrangimento vai continuar!

A Sr^a Fabíola Mansur:- Eu não fui a café da manhã algum!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu sei que a senhora não compareceu ao café da manhã, mas foi convocada pela Base e terá de dar um voto contra os servidores para atender ao governador.

É triste perceber que, na dividida entre o governador Rui Costa e os servidores do Estado da Bahia, 44 parlamentares da Base ficarão com o governador Rui Costa. Quanta subserviência! Quanta subserviência, deputado Joseildo Ramos, dar apenas 3,5% aos servidores públicos. É lamentável! É vergonhoso! É inconstitucional! Eu não posso acreditar que nenhum parlamentar da Base do governo que se faz presente, hoje, nesta Assembleia Legislativa, dará esse voto consciente! V.Ex^{as} darão esse voto, porque estão servindo ao atual do governo do Estado.

Quero chamar a atenção de V.Ex^{as} que o dia de hoje ficará marcado na história de cada parlamentar. Aqueles que votarem a favor desse projeto, estarão votando para servir e atender ao governo Rui Costa, em detrimento dos servidores públicos do Estado da Bahia. Aqueles que votarem contrariamente, darão uma demonstração clara de que esse Poder não deve ser subserviente ao governo.

Parabéns a todos os parlamentares desta brava Oposição, que não envergonham o Parlamento baiano, que têm posição firme, que não se vendem para esse governo que aperta os deputados estaduais, que os obriga a votarem contra os servidores públicos do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo, V.Ex^a está tendo problemas nas cordas vocais, já falou demais hoje.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concluo, Sr. Presidente deputado Adolfo Menezes, parabenizando esta brava Oposição porque, apesar de sermos em menor número, somos maiores em moral, ética e comprometimento com o Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem da deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Com todo o respeito que tenho ao nobre deputado Adolfo Viana, sinto-me ofendida na medida em que diz que aqueles da Base que participaram de um café da manhã, que votaram a favor, em tese, estão vendidos ou subservientes ao governador. Por isso solicitei essa questão de ordem, para dizer que tenho plena consciência dos princípios que nortearam o meu posicionamento, do meu compromisso com os servidores, e que a luta pela valorização do funcionalismo não

para.

Não foi o aumento que queríamos, não foi o aumento que eles mereceriam, mas vamos continuar brigando por mais.

Mas esta deputada analisou, conversou com suas bases e conseguiu pequenos avanços, tanto para sua categoria quanto para a APLB. Então, é importante que se diga que o compromisso de todos nós aqui é com os servidores.

Não participei de café da manhã, não fui chamada. Fiz aquilo que a minha consciência mandou, aquilo que sempre faço: debato, discuto meu posicionamento, sigo princípios que me norteiam, que é a defesa do que acredito. Meu compromisso é com meus princípios, não com troca.

Acho que a Oposição fez um excelente papel, sim. Acho que é importante que nós tenhamos sempre... Todos nós fizemos o papel de tentar melhorar esse reajuste, deputado Adolfo, de retroagir a janeiro e que ele fosse linear. Infelizmente, com a justificativa da crise, não foi possível.

Acho que temos que continuar na luta, todos nós, porque essa luta é de quem é compromissado com a Bahia. A luta de quem defende aquilo que acredita vai, certamente, unir-nos. E nos unimos nessa luta. Não conseguimos. Acho que o progresso que eu considere tranquilo para votar, deputado Adolfo, foi a questão da PCCV dos médicos, a progressão, a promoção. E a licença-prêmio dos professores estimulou um pouco mais. Não muda aquilo que reconhecemos que não foi, Sr. Presidente, um reajuste digno.

Mas, também, deputado Adolfo, em respeito a V.Ex^a, em respeito, também, à minha história, senti-me ofendida com sua fala. Peço, realmente, que V.Ex^a a retire, porque não faço parte e nem farei de deputados que mudam a sua opinião à espera de encontrar o Diário Oficial diferente.

Acho que, nesse sentido, todos os deputados estão de parabéns, porque a Oposição fez o seu papel de brigar pelo servidor. Esses deputados também tentaram. Vamos seguir, porque a luta pelo servidor não para, há outras lutas de valorização do servidor, há várias lutas. Acho que é função nossa, como deputados, defender a saúde, a educação e a segurança pública, mas defender as pessoas, que são os médicos, enfermeiros, técnicos, agentes, professores, os policiais militares e civis. Essa é a nossa função, guardar o servidor público para que eles guardem os serviços de saúde, educação e segurança em nosso Estado.

Tentar esticar a corda, melhorar a negociação é nosso papel, o papel da Base, o papel da Oposição. Todos nós queremos e, certamente, vamos continuar a tentar melhorar o funcionalismo público em nosso Estado, a dar-lhe a valorização que merece, porque queremos que ao melhorar a vida deles a vida de todos os baianos possa ser melhorada. É isso que eu entendo.

Vamos estar sempre discutindo com o governo, dizendo: eles merecem um reajuste mais digno. Que venham os pisos, que venham os PCCVs. Estaremos sempre do lado do que é correto. Por isso eu fiz questão de fazer essa questão de ordem, Sr.

Presidente, apenas para pontuar aquilo que meu coração está mandando e reafirmando a minha posição com princípios, com verdades. São dois cc - coerência e compromisso - que me trazem aqui. Não sou pautada por Diário Oficial.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo, tem um minuto para V.Ex^a formular a sua questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, a deputada Fabíola fez a questão de ordem dela e não formulou. Falou da mágoa dela, do sentimento. Quero dizer que tenho o maior respeito e admiração pela deputada Fabíola, e em momento algum afirmei que ela participou do café da manhã. Inclusive quem aqui falou sobre o café da manhã foi o deputado Leur. Eu em momento algum falei sobre isso. Só fiquei pasmo quando soube que houve esse café da manhã. Eu não falei em café da manhã, deputada Fabíola.

Agora, realmente, se através de uma rodada de conversas a base se convenceu, eu gostaria que um parlamentar apenas subisse à tribuna e nos comunicasse quais foram os argumentos dados pelo governo para convencer toda a base. Gostaria de saber que argumentos foram esses, porque com 3,5% e um projeto inconstitucional mais de 30 mil baianos vão ficar recebendo menos que um salário-mínimo. É irrazoável! Quando digo que é imoral, é porque pagar a um servidor público menos de um salário-mínimo é uma imoralidade, é irrazoável, não é justo, não é digno!

(A deputada Luiza Maia fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Adolfo, não sou eu quem está formulando a questão? V.Ex^a tem me concedido sempre.

A Sr^a Luiza Maia:- Eu tinha pedido antes dele, Sr. Presidente. Qual o problema?

O Sr. Adolfo Viana:- Cassaram minha palavra mesmo quando tenho tempo para argumentar. Fui citado e queria contar com a generosidade e paciência de V.Ex^a. Tenho mais 3 minutos e 30 segundos. A deputada Luiza Maia pode também me aguardar concluir o 0 raciocínio.

A Sr^a Luiza Maia:- Eu pedi antes do senhor. O senhor acabou de falar.

O Sr. Adolfo Viana:- Vou querer a restituição do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Um da Oposição, um da Situação. Depois vamos para a discussão.

O Sr. Adolfo Viana:- Muito bem, Sr. Presidente. Democrático, Exa.

Então, deputada Fabíola, reafirmo a minha admiração, o meu apreço pelo seu trabalho e pela sua história de lutas. Obviamente, quando ocupava a tribuna, estava a defender os servidores, que hoje nos procuraram para dizer que 3,5% não fecha a conta no final do mês. Aí, uns vão atrasar o cartão de crédito, outros não vão conseguir pagar as escolas dos filhos e outros não vão conseguir fazer o

supermercado. Enfim, todos vão comprometer as suas finanças mensais. Mas os deputados da base do governo não estão preocupados com o sofrimento financeiro dos servidores públicos do Estado da Bahia.

Eu, quando estava na tribuna e o deputado Leur Lomanto me alertou desse café da manhã, confesso que fiquei sem entender qual teria sido o conteúdo. Porém a deputada Luiza Maia, que está ali ansiosa para fazer um aparte...

A deputada Luiza Maia quer fazer um aparte, Sr. Presidente? Um aparte não? V.Exa. quer uma questão de ordem? Espero que consiga esclarecer que argumentos o governo do Estado usou para convencer os parlamentares a dar este aumento injusto aos servidores públicos estaduais, que no final do mês não vão conseguir fechar as suas contas nem fazer o supermercado!

Finalizo a minha questão de ordem ansioso por ouvir as explicações dos parlamentares do governo.

A Sr^a Luiza Maia:- Presidente, eu pedi uma questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Isso não é questão de ordem, Sr. Presidente. Lembro a deputada Fabíola...

A Sr^a Luiza Maia:- Deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Não dá para a gente proceder assim. Tem que se inscrever.

A Sr^a Luiza Maia:- Fomos ofendidos aqui pelo deputado Adolfo. Ofendidos, porque do que nos acusou ali o senhor não prova. Agora quero lembrar-lhe que tem uma música, deputado Adolfo Viana, que diz assim: “Eu tiro os outros por mim.” Então, não me tire pelo senhor nem tire a Bancada do governo. Pois é. Não sei de café da manhã. O senhor ficou aqui fazendo uma série de insinuações...

O Sr. Carlos Geilson:- Presidente, virou uma esculhambação esta questão de ordem! Presidente, virou esculhambação na Casa!

A Sr^a Luiza Maia:- Fui citada por ele, que fala o tempo todo aqui. Não é questão de ordem, mas eu vou falar.

O Sr. Carlos Geilson:- Então é esculhambação! É esculhambação, presidente!

A Sra. Luiza Maia:- Além dessa questão, o...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concluindo, deputada.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, virou esculhambação na Casa! Então o senhor mande cortar o microfone.

A Sr^a Luiza Maia: (...) senhor tentou descaracterizar a negociação que houve entre o governo e todos os representantes da categoria o tempo todo, porque vocês estão fazendo teatro. Todo mundo sabe que a Oposição está fazendo teatro, que a Oposição sabe a situação do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada, um minuto. Um minuto. Vou dar a questão de ordem à senhora.

A Sra. Luiza Maia:- É engraçado. Todo mundo fala aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Eu pediria... Todos são meus amigos aqui. Eu estou presidindo e não quero tomar uma medida radical, senão vou deixar a questão de ordem de um lado e do outro. Só vai discutir agora a deputada Luiza Maia. Depois nós vamos passar...

Deputado Leur...

(Vários deputados falam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, se já é para virar baderna, o deputado pede para discutir 20 minutos e faz o discurso que quiser. Agora, não dá para obstruir com questão de ordem que não é questão de ordem.

A Sra. Luiza Maia:- O seu questionamento está certo. Aí, ninguém tem de falar. Não deixe falar. Se eu pedi, é porque todos pediram e estão falando aí o tempo todo também. Mas apoio a sua posição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputada Luiza.

A Sr^a Luiza Maia:- Então, eu queria dizer que o teatro que a Oposição fez aqui tentando descaracterizar uma negociação de vários, e vários, e vários, e vários momentos...

O Sr. Sandro Régis:- Usar a questão de ordem para agredir a gente, eu não vou aceitar, presidente! Usar a questão de ordem para agredir a Oposição, eu não vou aceitar! Eu não vou aceitar, presidente! Se quiser discutir agora, vá à tribuna! V.Ex^a dê ordem nesta Casa!

A Sra. Luiza Maia:- Pode gritar. Pode gritar. Pois é. Não tem problema nenhum, não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sandro, ninguém está fazendo questão de ordem. Quando pedirem a questão de ordem, vão fazendo. Eu vou...

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente! Sr. Presidente!

A Sra. Luiza Maia:- Eu não tenho medo dos seus gritos não, deputado. Pode gritar.

O Sr. Carlos Geilson:- Presidente! Presidente, pare com esta esculhambação. Pare com esta baderna na Casa. Dê ordem aos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada Luiza...

A Sr^a Luiza Maia:- Além, deputado-presidente, dessa questão de responder as ofensas do Sr. Adolfo Viana acusando aqui a gente de vendidos, encerrou o discurso dizendo que foram vendidos...

(O deputado Adolfo Viana fala fora do microfone.)

A Sra. Luiza Maia:- Não! Não caiu em mim, não. Não caiu, não! Você precisa retirar o que falou, porque você não prova! E outra coisa que eu já lhe disse e vou repetir: Não me tire pelo senhor! Aprenda aquela música que diz assim: “Eu tiro os outros por mim.”

É o que o senhor está fazendo com os seus julgamentos aí de café da manhã e

outras histórias mais.

Eu queria também, presidente, registrar aqui com muita satisfação que acabou de ser divulgada agora a punição àquela Banda de estupradores, a New Hit, que estuprou duas meninas em Ruy Barbosa. É uma comunicação que quero fazer a esta Casa porque achei importante. São 11 anos e 8 meses de prisão para essa Banda de estupradores que há três anos estuprou aquelas meninas! Estava havendo aí uma inversão de valores: eles, os criminosos, sendo os artistas, e as meninas aprisionadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Valeu a sua luta. Concluiu?

Para encerrar, não dou mais questão de ordem agora.

O deputado Leur Lomanto, e depois os que vão discutir.

O Sr. Paulo Rangel:- Só quero que V.Exa. observe as questões de ordem, senão a gente não sai daqui hoje.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, eu me senti até um pouco culpado porque realmente levantei essa questão do café da manhã. Se o café da manhã a magoou tanto, deputada Luiza Maia, acabo de ter uma informação que não sei nem se é verídica. Não foi café da manhã. Foi almoço. Foi almoço. Se melhora para V.Ex^a, parece que não foi café da manhã. Foi um almoço.

É um fato curioso, deputada. E foi para isso que nós chamamos a atenção na noite de hoje, porque foi muito estranho ontem 15 deputados da base do governo se ausentarem, não participarem da votação do primeiro projeto encaminhado a esta Casa pelo governo do Estado, deputado Luciano Ribeiro. Um projeto de grande importância que diz respeito ao reajuste dos servidores estaduais. No primeiro projeto, o que acontece? Catorze parlamentares da base do governo se ausentaram, dando um claro recado ao governo de que estão insatisfeitos. Essa é a realidade! Só não vê quem não quer! Essa é a realidade, deputada Luiza Maia! Os deputados se ausentaram, dando um recado ao governo de que não estão satisfeitos.

E hoje, o que acontece? Se é almoço, se é café, se é jantar, se é lanche, não importa! Hoje estão aqui os 14 deputados votando com o governo aguerridos, defendendo-o, indo para a tribuna. Alguma coisa aconteceu. Alguma coisa aconteceu. Se foi caviar, lagosta, omelete de manhã, isso também pouco importa! O fato é que ontem mandaram um recado. É muito trabalho para o Líder do governo. Estavam aí 15 parlamentares que não estavam satisfeitos, mas hoje vieram aqui de pronto. Foi nesse sentido, deputada Luiza Maia, que foi colocada essa questão.

Ninguém aqui está querendo denegrir a imagem de ninguém. Muito pelo contrário. Ouvi atentamente a questão de ordem da deputada Fabíola, uma grata revelação deste Parlamento, uma parlamentar atuante que sempre faz questão de colocar claramente o seu posicionamento. Entretanto o que eu digo para a deputada Fabíola é que às vezes, às vezes, nós temos de ter coragem. Coragem de enfrentar os desafios e deixar que os seus posicionamentos sejam mais importantes do que servir ao governo.

O Sr. Paulo Rangel:- É questão de ordem para esculhambar parlamentar,

deputado. Aí, eu não posso admitir.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Não estou esculhambando ninguém.

O Sr. Paulo Rangel:- Está. Isso não é questão de ordem. Se V.Exa. errou, corrija.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Estou desenvolvendo a minha linha de raciocínio, Sr. Presidente.

O que quero dizer é que o deputado Capitão Tadeu é um servidor público. Quantas vezes nós o vimos aqui enfrentar o governo, não deixando que o seu posicionamento... Assim como a própria deputada Luiza Maia. Ela votou neste Plenário diversas vezes contra o governo, porque a sua ideologia e o seu posicionamento eram contrários ao que o governo queria naquele momento.

Então é esta a questão que faço, com um parêntesis ao posicionamento da deputada Fabíola. Inclusive quem sou eu para dar conselho? Mas, se for mais relevante para o seu mandato e a sua atuação parlamentar ficar contra o governo e a favor do seu pensamento, da sua ideologia, do que pensam os seus eleitores, é muito importante que ela defenda os seus princípios.

Mais uma vez, faço referência ao trabalho que a deputada Fabíola Mansur tem feito neste Parlamento. É uma grande parlamentar que faço questão de elogiar.

Para finalizar, deputado Paulo Rangel, digo que vimos aqui três questões de ordem que não foram questões de ordem. Aí, sim, faço a minha questão de ordem fundamentada no Regimento desta Casa, pedindo uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pela ordem o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, ao fundamentar aqui a minha questão de ordem, até concordo que V.Ex^a seja extremamente democrático. Agora teremos uma noite em que a Oposição, com todo o direito, estará fazendo obstrução. Penso que o senhor ou qualquer um que esteja presidindo a sessão tem de ser muito zeloso com relação ao Regimento. A questão de ordem da deputada Fabíola não era questão de ordem. Ali não foi feita questão de ordem alguma. A mesma coisa com relação à do deputado Adolfo e depois à da deputada Luiza Maia.

A gente até erra, mas não pode persistir no erro. Depois o deputado Lomanto reforçou as críticas. Se algum deputado, até mesmo da nossa Bancada, quiser falar, ele deverá se inscrever, que a gente dá cinco, dez minutos. Então observe, até porque esta sessão será bem demorada, já que há mais dois projetos para serem votados.

Solicito que o painel seja zerado e contados os 15 minutos regulamentares para que possamos restabelecer o quórum. Gostaria de convidar todos os deputados – todos os deputados - da base do governo a se fazerem presentes, já que temos uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Tivemos há pouco mais de 15 minutos de debate, que era o tempo de um orador ter se posicionado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por favor, solicito que o painel seja zerado e marcados os quinze minutos.

Deputado Paulo, V.Ex^a me conhece. Aqui são todos meus amigos, mas estou como presidente. Infelizmente, os nossos colegas desta Casa não têm o costume de seguir o Regimento. Então, para evitar problemas, não quero cassar a palavra de ninguém. Pedi a compreensão de cada um, tanto da Oposição quanto da Situação, para que quem quiser falar o faça na tribuna até por 20 minutos. É tempo mais do que suficiente para discursar e não ficar fazendo obstrução através da questão de ordem.

Como V.Ex^a falou, temos mais dois projetos. Claro que estamos aqui para trabalhar pelo tempo que for necessário, mas é desnecessário obstruir para sairmos na madrugada ou amanhã de manhã. Não há necessidade. Muitos estão jogando para a plateia, infelizmente. Para a plateia que está em casa com as suas televisões ligadas na TV Assembleia.

Srs. Deputados, existe uma questão de ordem solicitada pelo deputado Leur Lomanto. Peço a todos que estejam no cafezinho, nos seus gabinetes, na biblioteca desenvolvendo projetos, em outros ambientes da Assembleia para comparecerem ao Plenário.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão, solicito a presença de V.Ex^{as}.

(Chamada nominal dos Srs. Deputados para continuidade da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Já há número.

Para discutir o deputado Luciano. Com a desistência, com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, para discutir.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, começo a minha fala parabenizando o deputado Paulo Rangel pela sua coerência quando faz uma observação que as questões de ordem realizadas pelos deputados, tanto as deputadas Fabíola Mansur e Luiza Maia quanto os deputados Adolfo Viana e Leur Lomanto, foram questões de ordem despropositadas, sem fundamento.

O deputado Paulo Rangel faz uma autocrítica importante para a condução dos trabalhos, porque a deputada Luiza Maia, aos gritos, o tempo todo tentando intimidar, não sei quem ela consegue intimidar aos gritos, talvez, aos gritos, tentando impor a sua força para que aqueles que ouçam a sua voz, em alto e bom som, tenham medo, fiquem amedrontados. Então, é necessário que o deputado Adolfo Menezes, que conduz a sessão e muito bem por sinal, não perca o controle para que a coisa não vá para uma situação totalmente descontrolada em que temos aqui uma verdadeira Torre de Babel e nós não tenhamos proveito dos debates perpetrados aqui nesta Casa.

Os deputados que me antecederam aqui desta tribuna, especialmente o

deputado Adolfo Viana, fez um belo discurso e descreveu com muita sabedoria a metamorfose por que passou a Base governista. O que teria acontecido, Srs. Parlamentares, após aquela sessão de ontem na calada da noite? Altas horas da madrugada, telefones provavelmente foram disparados, deputados que estavam incomunicáveis apareceram para as reuniões; café da manhã, almoço, o chá das 10, o chá das 5... Que de fato aconteceu? Deputados que ontem estavam com os celulares desligados, hoje chegaram a esta sessão eufóricos, muitos gritavam aqui, contrariando os servidores, ficando roucos, sem voz! Que milagre teria acontecido nas bases do governador Rui Costa? Pergunto-me, e não quero citar nomes, essa mudança tão radical, abrupta, essa metamorfose, em poucas horas, porque passou a base governista...

Hoje tive o prazer de almoçar com o Líder do governo, deputado Zé Neto, que era só sorriso. Estava “surfando” numa onda de uma felicidade contagiante. Mas me contive de perguntar o motivo daquele sorriso largo.

Eis que identificamos que as coisas foram serenadas. Não me sinto usado pelo governistas para abstrair, para subtrair, para pressionar o governo. Não me sinto, de certa forma, usado, mas fomos usados. O modelo de pressão foi justamente extraído da nossa posição em favor do servidor. Não me sinto usado, porque o fiz com a minha consciência. E aqueles aguerridos parlamentares da Oposição fizeram a obstrução e os seus posicionamentos, os seus questionamentos, de acordo com as nossas consciências. Não poderíamos ficar contra os servidores porque na verdade fomos eleitos com o discurso de assim defender a sociedade, notadamente, nesse caso, nesse projeto em tela, os servidores do Estado da Bahia. Mas foi através dos argumentos, através dos nossos posicionamentos que a base colocou o governo na parede. Emparedados, não tiveram outra opção senão atender os apelos dos governistas. Não usarei o termo “chantagem”. Prefiro usar palavras mais amenas: “atender os apelos”; atender os clamores que saíram dos partidos até então não contemplados com as suas garras afiadas a colocar as mãos na estrutura do Estado. Hoje contemplados, atendidos.

Vejam os senhores, observem o sorriso desses parlamentares, até então carrancudos, cabisbaixos, taciturnos, aporrinhados, aborrecidos. Vejam, observem, olhem para os semblantes desses governistas e sintam, percebam a metamorfose, a mudança radical! Deus! Ó Deus! O que teria provocado nesses homens e nessas mulheres essa transformação? Seria a mão milagrosa do governador Rui Costa com sua caneta de ouro a tingir as estruturas do Estado com nomeações dos afilhados desses bravos defensores das teses governistas e bravos ao insurgir contra os servidores do Estado? Deus do céu!

E eles estão aqui. Corajosos, olharam os servidores e lhes deram as costas! Aquelas mãos tão cálidas, afáveis, que durante a campanha apertaram as mãos dos servidores, que lhes prometeram defender intransigentemente a saúde, a educação e segurança, defendendo melhores salários para os servidores.

Essas mãos se fecharam. Aqueles abraços carinhosos, aqueles tapinhas nas

costas agora foram tapinhas de crocodilo, abraços de traíras, e os servidores resistiram. Saíram daqui decepcionados!

Olhem o sorriso largo desses parlamentares! Estão abarrotados! Estão procurados, inclusive para nomear afilhados no governo, porque as benesses foram tantas que nem nomes eles têm para colocá-los no governo. Estão realmente empanturrados! É como alguém, deputado Pablo Barrozo, que come uma feijoada e depois com a barriga cheia fica jiboioando. Esses parlamentares estão jiboioando felizes, fartos com as benesses!

E hoje aqui, de forma enfática, votaram contra os servidores. Os apelos, as lágrimas, eles desdenharam! Brincavam o tempo todo, porque não importa para esses deputados as dificuldades dos servidores no fechamento das contas no final do mês. O que importa para esses governistas, independentemente daqueles que são estruturais, orgânicos no governo, e há os que se acoplaram, que são os adesistas, na verdade... E ninguém adere ao governo simplesmente pelos belos olhos do governador Rui Costa. Se aderiram, é porque tiveram algo em troca. Mas apenas esse algo em troca não seria suficiente se não tivesse uma conversa antes da votação deste projeto.

Vim para cá e lembrei daquele garçom que fica com a comanda tirando os pedidos. O deputado Zé Neto estava com essa comanda tirando os pedidos: “Deputado fulano de tal, traga os nomes aqui.” A comanda, ele coloca no bolso e leva para o secretário Josias Gomes. “Deputada a, b, c, a senhora vai ser acomodada na estrutura tal do governo. Agora já sabe: é votar hoje contra os servidores!” Até aquela que se diz solidária, que abriu mão de parte dos seus salários aqui dos gabinetes em solidariedade aos servidores, aos trabalhadores, não foi solidária com os servidores do Estado. Deu-lhes as costas e preferiu marchar com o governo estadual passando por cima deles, que estão um verdadeiro trapo.

Tenho aqui as incongruências, as incoerências deste governo e vou relatá-las depois, com muito prazer. Ouvi o deputado que nesta Legislatura não diria que foi uma revelação, porque já mostrou ao que veio na passada. Mas o admiro a cada vez que vem a esta tribuna, pois tem algo a nos ensinar, algo a falar de forma produtiva. É o meu caro deputado Adolfo Viana, que está agoniado no Plenário neste momento pensando no servidor, na sua consciência de exercer um mandato coerente e ao mesmo tempo na sua querida Maria Antônia, que a esta hora deve estar bem confortável e muito bem alimentada.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Carlos Geilson, parablenzo-o pelo pronunciamento claro que faz no início da noite desta quarta-feira. E quero fazer-lhe um questionamento. Sei que não tem a condição de responder. Vi diversos parlamentares, mais de 14, ontem desaparecerem do Plenário justamente porque não concordavam com este reajuste que não reajusta absolutamente nada! E aí, ao ouvir o belo discurso que V.Ex^a faz, neste momento agora eu passei a compreender as

queixas do ex-secretário do governo do Partido dos Trabalhadores, o Sr. James Correia. Ele afirmou categoricamente que o governo estava empregando pessoas sem qualificação para os cargos, ou seja, deputado Carlos Geilson, alguém está a ser atendido. E só não são os servidores do Estado da Bahia, porque estão de cuia na mão pedindo um reajuste de 6,5% para que possam ter um salário-mínimo real. Mas o que o governo oferece? Um salário-mínimo menor do que o salário-mínimo constitucional aplicado para os servidores no Brasil e para muitos outros trabalhadores na Bahia. É projeto constitucional? É?!

A nobre deputada Luiza Maia ficou irritada não sei com quê. Se infelizmente a carapuça serviu, deputada, não tenho nada a ver com isso porque nem citei o nome da senhora. Agora, uma dúvida eu não tenho: o seu semblante demonstra o constrangimento em que está hoje neste Plenário para votar contra os servidores, contra os professores que tanto V.Exa. disse defender. Mas tenho certeza de que, se oportunidade tiver, ainda nesta quarta-feira irá repensar e vai ajudar-nos a retirar este projeto para que possamos dar um reajuste digno aos servidores do Estado da Bahia.

Hoje, Sr. Deputado, entendo o que ontem dizia James Correia. Ele falava do inchaço da máquina e que servidores estavam sendo indicados para ocupar cargos comissionados no governo estadual sem qualificação técnica para tal. Então, o governo tira dos servidores públicos e favorece os partidos aliados.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Muito obrigado, deputado Adolfo Viana. Incorporo o seu aparte.

O Sr. Alex Lima:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Darei com muito prazer se houver tempo, caro deputado Alex Lima.

Eu vou para a campanha política. Saiu na imprensa:

(Lê) *“Rui volta a disparar críticas.”*

O candidato ao Governo do Estado pelo PT, Rui Costa, voltou a disparar críticas ao seu principal adversário, Paulo Souto, e a fazer comparações entre os dois governos. O petista opinou sobre uma das maiores greves dos professores na Bahia, que durou 63 dias, e disse que os 'servidores nunca foram tão desvalorizados quanto no governo passado.’’

Ora, vejam a incoerência do então candidato Rui Costa! A greve dos professores no governo Jaques Wagner durou 119 dias, e a greve no governo Paulo Souto, segundo ele, durou 63. O ponto foi cortado no governo Jaques Wagner com 19 dias! E nunca neste Estado se cortou o ponto dos professores em tão curto espaço de tempo, apenas 19 dias!

Falava-se que Antonio Carlos Magalhães era “Toninho Malvadeza”, mas não cometeu com o servidor nenhum tipo de malvadeza nessas características.

Rui Costa prometeu pagar a URV, outra promessa dele na campanha. Ora! História para boi dormir, história da carochinha! Se não consegue nem dar a inflação ao servidor, se um reajuste de menos de 7% o governo divide em duas vezes e nem o

retroage à data-base do servidor, o mês de janeiro, o governador vai pagar URV?! Pelo amor de Deus!

Mas vou ler novamente para rememorar ao deputado Alex Lima, que naquela oportunidade estava no palanque de Paulo Souto.

(Lê) *“No debate entre os candidatos ao governo da Bahia na TV Record, nesta madrugada, o postulante do PT, Rui Costa, foi questionado sobre um tema espinhoso da administração pública e tema de constante reivindicação dos servidores, o pagamento da URV, que se arrasta há quase duas décadas. Rui disse que o pagamento foi judicializado na gestão de seu adversário, Paulo Souto, e prometeu pagar o dinheiro do servidores, em bora o governador Jaques Wagner também não tenha feito em seus dois mandatos.”*

Diz Rui Costa: (Lê) *“Vamos procurar o Judiciário e conseguir uma decisão definitiva para o pagamento dos servidores.”*

Ora, é engraçado! Pelo amor de Deus, alguém vai acreditar de sã consciência? Jaques Wagner não pagou. Rui Costa alega que vai pagar a URV! Se não tem condições nem de repassar a inflação do período para o servidor, se não tem condições de passar o aumento na data base, que é janeiro, vai pagar URV? Quem de fato acredita nessas incongruências?

Vamos voltar à realidade, a realidade é uma só. O Partido dos Trabalhadores se perdeu, prometeu e não entregou, se comprometeu com o que jamais poderá fazer.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encerrar, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Como vou encerrar se eu tenho 44 segundos? V. Ex^a permitiu a bagunça há pouco. V. Ex^a ficou indolente, silente, cabisbaixo, taciturno com a baderna que aconteceu há pouco aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Proporcionada por alguns colegas de Bancada de V. Ex^a.

O Sr. CARLOS GEILSON:- V. Ex^a ficou calado ouvindo os gritos de Luiza Maia, na condição de presidente. Nós vimos, há pouco, uma verdadeira bagunça neste Parlamento.

Agora, eu vou mostrar a V. Ex^a que sou educado e que ouço atentamente os apelos de V. Ex^a, que preside a sessão, e vou concluir o meu raciocínio dizendo que votei contra o reajuste proposto aqui contra os servidores, porque não atende as expectativas e anseios daqueles que merecem um salário justo por servirem tão bem à Bahia.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encerrar a discussão, com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, quero começar minhas palavras hoje, usando o tempo regimental e dizer que o governo de oito anos e cento e poucos dias, hoje, carimba a mácula do desrespeito aos servidor

público estadual.

Deputado Leur Lomanto Júnior, se essa atitude fosse de um governador de oposição ao anterior. Se tivéssemos ganhado a eleição, depois de oito anos fora do poder, não saberíamos como iríamos receber a parte financeira do Estado da Bahia. Mas o governador Rui Costa foi o “primeiro-ministro” nos oito anos do governador Wagner. Ele mandava tanto quanto o governador, e vem usar a justificativa, deputado Pedro Tavares, de não querer dar os 6,41% em uma parcela única, porque diz que o Estado está em situação financeira difícil. Na campanha, o Estado da Bahia estava saudável financeiramente...

O Sr. Soldado Prisco:- Conceda-me um aparte, nobre deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Vou conceder, nobre deputado. Era o estado, na campanha política, que mais se desenvolvia. E agora, deputado Luciano Ribeiro, o governador assume. O governo, primeiro, desfaz tudo que foi feito em 8 anos na saúde da Bahia. Troca o secretário. O secretário que entra sai atirando na gestão de 8 anos, desfaz as Dires. Por que não foi visto isso durante os 8 anos no governo que ele fez parte e foi o grande líder depois de Jaques Wagner?

Começa a viajar para conhecer escolas. Vai para Barreiras para conhecer escolas. Aí, vem, deputado Prisco, o projeto do reajuste inflacionário do servidor público estadual. E faz um discurso que não pode dar o reajuste, porque não tem dinheiro. Ora, com todo o respeito que nós temos, esse é o governo da continuidade. Esse é o governo do continuísmo. O secretário da Fazenda do ex-governador Jaques Wagner é o mesmo secretário do governador Rui Costa.

Se a Bahia está mal das pernas. Se a Bahia hoje apresenta sinais vermelhos nas suas finanças, foi a construção dos 8 anos do governo PT. Foi a construção do aparelhamento. Foi a construção de um governo da Bahia que tem mais secretarias do que o governo de São Paulo. Foi a construção de um governo que proporcionalmente tem mais cargos comissionados do que o governo de São Paulo. Foi a construção do modelo PT que atrai os aliados dando cargos e benefícios no Estado.

É por isso que Brasília está esse caos. É por isso que Brasília, hoje, através da Petrobras, mancha o Brasil em todo o mundo. Porque foi esse modelo, deputado Herzem Gusmão, de cooptar políticos e de cooptar partidos na base financeira. É por isso que o Brasil chegou a esse colapso, e a Bahia caminha a passos largos.

Não se justifica um estado pobre como a Bahia ser o 4º estado com o maior número de secretarias. Não se justifica um estado pobre como a Bahia ter cargos proporcionais comissionados a mais do que São Paulo. É o verdadeiro governo do trem da alegria.

É por isso que não dá para entender. Não dá para entender quando o governo sobe nesta tribuna e usa de todos os recursos para justificar um projeto sem razão como esse. Um projeto que deixa mais de trinta mil servidores abaixo do salário mínimo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Um aparte.

O Sr. Pedro Tavares:- Um aparte.

O Sr. Herzem Gusmão:- Um aparte.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Prisco, o deputado Luciano, Pedro e Herzem.

O Sr. Soldado Prisco:- Deputado, parabéns pela sua postura, parabéns pela forma como vem conduzindo a Liderança da Minoria nesta Casa.

Eu fico aqui a me perguntar, este governo que só cria cargos a cada dia, na Polícia Militar, com a aprovação da LOB aqui, criou mais de 170 cargos na Polícia Militar do alto escalão; tem criado unidades sem ter policiais, tirando xerox dos policiais, e aí vem com um reajuste absurdo desse para a categoria.

Eu estive, esse final de semana, na cidade de Ilhéus, e adentrei ao Hospital Regional de Ilhéus. Fiquei assustado ao ver aquele corredor cheio de pacientes em macas, um hospital sem cirurgião, e todo mundo que chegava em estado grave era encaminhado para a cidade vizinha, Itabuna. Um hospital acabado. A saúde na Bahia está acabada. A regulação, uma fila que se decide quem sobrevive e quem morre, não se consegue nada nessa Central de Regulação.

O próprio secretário que adentrou praticamente pegou a saúde toda quebrada, começou a questionar e foi abafado pelo próprio Partido dos Trabalhadores. O secretário que saiu agora, James Correia, faz várias denúncias graves contra o próprio governo, e nós não vemos uma mudança efetiva, e ainda vem mais essa. Um governo de oito anos e cem dias deixando a Bahia um verdadeiro caos.

Então, quero parabenizar pela sua colocação, e vamos continuar aqui nesta Casa firmes, para trabalhar em prol do povo da Bahia, e não ser Casa homologadora do Executivo.

Muito obrigado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Prisco, eu incorporo o discurso de V.Ex^a e quero lhe dizer da alegria que tenho, como Líder da Oposição, em ter um parlamentar como V.Ex^a em nossa Bancada. Para esta Casa é muito importante, pela sua luta e pela forma como V.Ex^a chegou à Assembleia. E para mim é muita honra dizer que nesta Casa eu sou seu Líder.

Com o aparte os deputados Luciano Ribeiro, Pedro Tavares e Herzem.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Meu Líder Sandro Régis, quero externar de público e para que fique registrado nesta Casa as minhas sinceras homenagens à Liderança exercida por V.Ex^a na Bancada de Oposição. Um Líder reto, um Líder democrático, um Líder que abraça as causas do povo, dos baianos como se suas fossem, e assim deve ser, porque tão bem representa o seu papel de representante do povo e transmite esta alegria e esta responsabilidade a toda a Bancada.

Líder, quero, então, externar as minhas homenagens, parabenizá-lo pelo discurso belíssimo, parabenizá-lo, sobretudo, pela postura de toda a Bancada da Oposição, da Minoria aqui nesta Casa, frente ao projeto que foi aprovado nesta Casa num dia lamentável.

Mas, quero aproveitar a oportunidade, Líder, para aqui alertar a Bahia, os baianos, de que hoje ainda estaremos apreciando um projeto, além desse, de suma importância aos baianos. E que nós, da Oposição, deveremos estar atentos também a ele. Trata-se do projeto de lei nº 2151, que ainda vai ser apreciado hoje.

O governo aprovou o regime de urgência, e esse projeto é tão danoso quanto o que agora foi aprovado. Verifica-se que o governo, certo de que esta Casa está de joelhos, certo de que o seu rolo compressor, mais uma vez, passará por esta Casa, enviou uma mensagem neste projeto a esta Casa dizendo que esse projeto trata-se da isenção do imposto sobre transmissão de bens para os beneficiários do Minha Casa Minha Vida. Ora, mas inseriu no projeto um cheque em branco para que ele possa usar, sem que passe pelo conselho do Funprev os recursos do Funprev.

Mas, se nós não temos forças para barrar que este projeto seja aprovado nesta Casa, teremos que ter força e voz sob a sua Liderança de mostrar à Bahia, mais uma vez, de que o governo faz esta Casa de joelhos e faz 2com os baianos aquilo que não deveria, aumenta os seus impostos, usa o dinheiro da forma que quer e não paga os servidores como deveria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o seu aparte e quero aqui, deputado Luciano Ribeiro, também dar um testemunho. V.Ex^a, que é advogado de carreira e vem de dois mandatos como um dos melhores prefeitos da Bahia e do Brasil, acrescenta a esta Casa não só a sua experiência política e administrativa, mas traz na sua bagagem o DNA de um político sério, honesto, correto e, acima de tudo, que tem compromisso com o seu grupo político e com as pessoas da Bahia.

É muito bom para a Assembleia ter o deputado Luciano Ribeiro, hoje, exercendo o mandato e defendendo os baianos.

O Sr. Pedro Tavares:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com a palavra o nobre Líder do PMDB, filho de Ilhéus, da região cacaujeira, deputado Pedro Tavares.

O Sr. Pedro Tavares:- Meu caro deputado Sandro Régis, queria parabenizá-lo pela forma coerente e competente como vem conduzindo a nossa Bancada. Parabenizo também o trabalho de todos os deputados da Oposição. Tenho certeza absoluta de que a Oposição honrou o povo da Bahia ao defender com afinco os servidores públicos.

O governo quer dar uma pequena reposição de apenas 6,4% ao servidor público, e a Oposição fez o seu papel. Queríamos o mínimo, deputado Hildécio Meireles, que era o governo colocar esse pequeno reajuste na data-base, ou seja, janeiro, e não parcelado em duas vezes: a primeira em março e a segunda em novembro.

Então, deputado Sandro Régis, quero parabenizá-lo mais uma vez pela forma competente e coerente como vem conduzindo a nossa Bancada da Oposição. Parabéns, Líder.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo, deputado Pedro Tavares, o seu aparte e também quero fazer justiça. V.Ex^a, que está o seu segundo mandato, vem demonstrando, primeiro, uma habilidade muito grande no exercício da atividade política. Um político respeitado no interior que cada dia mais se consolida como um grande parlamentar. Apesar da pouca idade, V.Ex^a traz uma grande bagagem para incrementar a nossa atividade parlamentar.

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- E agora concedo o aparte à voz do Sudoeste da Bahia, o grande Líder de Vitória da Conquista, deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado Sandro Régis, a Oposição está muito bem conduzida através do seu comando, da sua liderança. A Bahia sabe, hoje, que cumprimos o nosso papel. Este é um governo irresponsável, perdulário, e a minha preocupação, deputado, não é apenas com o problema que estamos a presenciar neste dia. Esse aumento, na verdade, é uma reposição irrisória e lamentável, mas a minha preocupação é que o governo da Bahia parou, não há investimentos, a máquina está emperrada. Tudo isso fruto de governos perdulários, tanto o anterior quanto o atual governo. Enfim, Líder Sandro Régis, estamos vendo que não há nenhum avanço.

E a Bahia está extremamente preocupada com a falta de investimento de um governo quebrado, que só está fazendo a máquina funcionar na arrecadação. Criou, inclusive, com uma portaria ilegal, inconstitucional, uma vistoria veicular para arrecadar, arrecadar, arrecadar. Na verdade, arrecadar é o que o PT está sabendo fazer, deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o pronunciamento de V.Ex^a.

O Sr. Marcell Moraes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concedo o aparte ao deputado defensor dos animais, defensor do ambiente, mas, acima de tudo, vem demonstrando ser um grande defensor do povo da Bahia, o deputado que faltou no tamanho, mas sobra na coragem, Marcell Moraes.

O Sr. Marcell Moraes:- É verdade, deputado, para defender os animais o povo vira bicho.

Quero dizer a V.Ex^a que fico extremamente triste na tarde de hoje, mas também extremamente feliz ao ver uma Oposição firme e forte, coerente e votando contra esses projetos. É lastimável no século XXI ver o governador do Estado da Bahia achando que é coronel. Traz um projeto arbitrário para cá e a maioria dos Srs. Deputados ainda se curvam a esse tipo de governo e votam a favor desse irrisório reajuste.

Quero dizer também que devemos nos manter firmes e fortes, fazendo a nossa oposição coerente. Devemos alertar toda a sociedade, toda a Bahia do que esse governo está tentando fazer com os baianos. É o primeiro projeto que o governo traz aqui, o primeiro absurdo. Mas vamos dar um recado ao governador Rui Costa de que a Oposição está cada vez mais forte, inclusive deputados da Bancada do governo se

envergonharam e não estiveram aqui presentes para votar. É bom que se diga isso, porque o projeto é ruim para a Bahia e a própria base não estava unida para votar o projeto. Enquanto a Oposição estava 100% unida. Isso é sinal de um governo que já começa com o pé esquerdo, que quer se espalhar no desastre do governador Jaques Wagner nos últimos oito anos. Vamos nos manter firmes e fortes contra esse governo do PT, contra o governador Rui Costa que tenta se espalhar na péssima gestão do, graças a Deus, ex-governador Jaques Wagner.

Muito obrigado, Líder, e parabéns pela atuação.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo suas palavras, deputado.

Com o aparte o deputado Hildécio, auditor-fiscal e também prefeito por três mandatos em seu município, através da sua gestão levou a Bahia a ser conhecida no mundo, através da transformação da beleza da praia de Morro de São Paulo.

O Sr. Hildécio Meireles:- Meu caro Líder, deputado Sandro Régis, eu quero parabenizar V.Ex^a, não tão somente pelo seu pronunciamento, deste momento, coerente, firme e consciente da responsabilidade que tem como Líder e deputado da Oposição. Sobretudo pela maneira com que tem conduzido. Deixando-nos cada dia mais coesos, com mais força para que possamos continuar lutando pelos interesses da Bahia.

Essa derrota que nos foi imposta, nesta tarde, não haverá de nos inibir. Vamos continuar na trincheira da Oposição, lutando sob a sua liderança pelos interesses dos baianos.

Parabéns pela sua condução.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo a palavra de V.Ex^a.

Quero dizer que a Oposição mais uma vez votará contra por entender alguns princípios básicos de que esse projeto não representa o real interesse dos servidores públicos estaduais; por entender que não podemos votar um projeto que deixará mais de 30 mil servidores públicos abaixo do salário-mínimo; e por entender que somos eleitos deputados de governo e de Oposição, cada qual defendendo o seu grupo político, mas acima disso tudo está a nossa obrigação de ser defensores do povo da Bahia.

Hoje a Bancada do governo não com o carimbo da Bancada de Oposição, macula e traz uma página negra na política da Assembleia Legislativa da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Encerrada a discussão o Projeto de Lei 21.203/2015, que altera a estrutura remuneratória dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras providências.

O Sr. Sandro Régis: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Pela ordem, deputado Sandro Régis, logo após o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, acabamos de fazer um discurso demonstrando a esta Casa que esse projeto não atende o servidor público estadual. Tenho 5 minutos para regimentar minha questão de ordem e assim o farei, pode ter certeza.

Quero aqui, mais uma vez, usar esses 5 minutos para fazer um apelo: que esta Casa não cometa essa atrocidade com o servidor público estadual. Não podemos votar um projeto, Sr. Presidente, em que 30 mil servidores fiquem abaixo do salário-mínimo. A Constituição não permite. E esse discurso, deputado Carlos Geilson, que o governo tem dificuldade, isso é balela.

O governador Rui Costa foi o primeiro ministro nos 8 anos do governador Jaques Wagner. O secretário da Fazenda atual é o mesmo que era do passado. A construção financeira deste Estado está nesses 8 anos. Não é possível que na época da campanha a Bahia era uma referência para o mundo e agora a Bahia não tenha dinheiro. O deputado Hildécio, que é auditor, demonstrou da tribuna que a nossa emenda de 6.41 não atinge a Lei de Responsabilidade Fiscal. O governador pode, o governo tem como dar essa parcela, mas o governo insiste em fazer esta Casa se envergonhar pela aprovação de um projeto esdrúxulo que afronta até a mãe das leis, que é a nossa Constituição Federal.

E, em cima disso, Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que conceda uma verificação de quórum de votação para que esta Casa se atente e que possamos saber quem dará quórum e quem votará a favor do chefe e contra o servidor público estadual.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel. Lembrando que ainda tem mais um projeto.

O Sr. Paulo Rangel: - Sr. Presidente, primeiro, gostaria de convidar todos os deputados da Base do governo a se fazerem presentes aqui no Plenário desta Casa para que possamos votar o projeto que trata da segunda parcela do reajuste do funcionalismo. Então, existe um pedido de verificação de quórum de votação. Portanto, convocamos aqui todos os deputados da Base, os deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, que estão nos corredores desta Casa, no restaurante, na biblioteca, a se fazerem presentes já que temos um pedido de verificação de quórum de votação. Precisa, portanto, de 32 Srs. Deputados. Peço que V.Ex^a zere o painel e dê o tempo regulamentar de 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Peço que zerem o painel e marquem os 25 minutos, conforme o Regimento. Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum de votação. Ainda temos esse projeto e outro. Peço aos Srs. Deputados que se encontram nas dependências desta Casa, nos gabinetes, em outros setores, que compareçam para que possamos votar mais um projeto.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum de votação.)

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, que se encontram na Casa, há um pedido de ordem, peço àqueles que estão no restaurante, na biblioteca da Casa estudando, apreciando projetos, pesquisando, fazendo estudos profundos sobre todas as realidades sociais, que compareçam a este plenário para fazermos aqui os encaminhamentos necessários à votação do segundo projeto de lei que trata dos reajustes do funcionalismo público do nosso Estado.

Teremos ainda um outro projeto de lei a ser tratado, da Previdência, e espero, mediante acordo, conversando com as lideranças, com o deputado Marcelo Nilo, se tivermos tempo ainda hoje. Está aqui na minha frente o decano, nosso querido amigo Reinaldo Braga, que tem me cobrado efetivamente, e tem sido permanente, que façamos aqui as correções de limites necessárias à regularização dos limites em várias unidades do nosso Estado. Isso tem acontecido a contento sob o comando do nosso presidente da Comissão de Assuntos Territoriais, deputado Zó, que tem dado um verdadeiro show de bola, ele que gosta de esporte, que tenhamos a condição de fazermos hoje algumas dessas votações.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em votação o projeto de lei 21.203/2015, de procedência do Poder Executivo que altera a estrutura remuneratória dos cargos efetivos, cargos de comissão, funções comissionadas e gratificadas da administração direta, autárquica, fundacional do Poder Executivo Estadual da forma que indica e dá outras providências.

Para encaminhar o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Eu encaminho que nossa Bancada vote não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O deputado Sandro Régis indica que sua Bancada vote não.

Como vota o deputado Líder da Bancada, Zé Neto?

O Sr. Zé Neto:- Indico sim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O deputado Zé Neto indica sim.

Em votação no painel. O deputado Zé Neto indica sim; o deputado Sandro Régis indica não.

Estão faltando votar os deputados Adolfo Viana, Alan Sanches, Alex da Piatã, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Eduardo Sales, Jânio Natal, José de Arimatéia, Leur Lomanto, Luciano Ribeiro, Manassés.

Faltam voltar os deputados Pastor Sargento Isidório, Roberto Carlos, Targino Machado.

O deputado Tom Araújo está votando agora. O deputado Zé Neto, Líder do governo, não quer votar!

Vou encerrar a votação.

V.Exª não teve tempo, não, deputado Roberto Carlos. Deputado tem que ficar aqui, no Plenário.

Deputado Bira Corôa, vou encerrar a votação.

(O deputado Marcelo Nilo reassume a direção dos trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou encerrar a votação.

O deputado Adolfo Menezes votará fora do painel, porque ele estava presidindo e já estava no início da votação. Por isso, ele será o único a declarar o voto.

O primeiro a votar, deputado Adolfo Menezes. Como V.Exª vota deputado, Sim ou Não. O deputado Adolfo Menezes vota Sim.

Portanto, 39 votos Sim, com o do deputado Adolfo Menezes; e 15 votos Não.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 21.203/2015

Altera a estrutura remuneratória dos cargos efetivos, cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º Os vencimentos básicos e o valor da Gratificação por Competência - GPC dos cargos das Carreiras do Grupo Ocupacional Artes e Cultura, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os vencimentos básicos e o valor da Gratificação por Competência - GPC dos cargos da Carreira do Grupo Ocupacional Comunicação Social, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Os vencimentos básicos dos cargos das Carreiras do Grupo Ocupacional Educação, bem como os valores dos símbolos dos cargos em comissão de Secretário Escolar, Vice-Diretor e Diretor, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo III desta Lei.

Art. 4º Os valores dos símbolos das Funções Comissionadas e das Funções Gratificadas das Universidades Estaduais, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo IV desta Lei.

Art. 5º O vencimento básico das Carreiras do Nível de Apoio - NA, do Quadro Especial das Universidades, a partir de 1º de novembro de 2015, passa a ser o constante do Anexo V desta Lei.

Art. 6º Os subsídios dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Professor com titulação em Ensino Médio específico completo ou Licenciatura de curta duração e de Professor não licenciado, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo VI desta Lei.

Art. 7º Os subsídios dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Professor Indígena, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo VII desta Lei.

Art. 8º Os vencimentos básicos dos cargos das Carreiras do Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo VIII desta Lei.

Art. 9º Os vencimentos básicos dos cargos das Carreiras do Grupo Ocupacional Fisco, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo IX desta Lei.

Art. 10. Os vencimentos básicos dos cargos da Carreira do Grupo Ocupacional Gestão Pública, a partir de 1º novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo X desta Lei.

Art. 11. Os vencimentos básicos dos cargos das Carreiras do Grupo Ocupacional Obras Públicas, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XI desta Lei.

Art. 12. Os vencimentos básicos e o valor da Gratificação pelo Exercício de Assistência em Procuradoria - GEAP dos cargos das Carreiras do Grupo Ocupacional Serviços de Apoio Técnico-Administrativo da PGE, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XII desta Lei.

Art. 13. Os vencimentos básicos e o valor da Gratificação de Incentivo ao Desempenho - GID dos cargos das Carreiras do Grupo Ocupacional Serviços Públicos de Saúde, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XIII desta Lei.

Art. 14. Os subsídios dos servidores ocupantes dos cargos das Carreiras de Médico e Regulador da Assistência em Saúde, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes no Anexo XIV desta Lei.

Art. 15. O Anexo IV da Lei nº 12.822, de 04 de julho de 2013, passa a vigorar na forma do Anexo XV desta Lei.

Art. 16. Os vencimentos básicos dos cargos da Carreira de Delegado de Polícia e demais Carreiras da Polícia Civil do Estado da Bahia, bem como os valores da Gratificação de Atividade Jurídica - GAJ e da Gratificação de Atividade de Polícia Judiciária - GAPJ, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XVI desta Lei.

Art. 17. Os soldos e o valor da Gratificação de Atividade Policial Militar - GAP dos integrantes da Polícia Militar, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XVII desta Lei.

Art. 18. Os vencimentos básicos e o valor da Gratificação de Serviços Penitenciários - GSP dos cargos da Carreira do Grupo Ocupacional Serviços Penitenciários, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XVIII desta Lei.

Art. 19. Os vencimentos básicos dos cargos das Carreiras de Procurador do Estado e Procurador Jurídico, do Grupo Ocupacional Técnico-Jurídico, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XIX desta Lei.

Art. 20. Os vencimentos básicos dos cargos das Carreiras do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo, bem como o valor da Gratificação por Competência - GPC dos cargos da Carreira de Analista Técnico, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XX desta Lei.

Art. 21. Os vencimentos básicos e os valores da Gratificação por Competência - GPC e da Gratificação de Suporte Técnico Universitário - GSTU dos cargos das Carreiras do Grupo Ocupacional Técnico-Específico, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XXI desta Lei.

Art. 22. Os valores da Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Edificações Públicas - GEP e da Gratificação pela Execução de Serviços do Programa de Transportes - GET, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XXII desta Lei.

Art. 23. Os vencimentos básicos dos cargos da Carreira de Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XXIII desta Lei.

Art. 24. Os valores dos símbolos dos cargos em comissão da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, a partir de 1º de

novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XXIV desta Lei.

Art. 25. Os valores dos símbolos das Funções Comissionadas e das Funções Gratificadas do Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia - IRDEB, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XXV desta Lei.

Art. 26. Os subsídios dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Defensor Público, do Grupo Ocupacional Técnico-Jurídico, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os constantes do Anexo XXVI desta Lei.

Art. 27. Os vencimentos básicos dos ocupantes dos cargos do Quadro Especial criado pelo art. 3º da Lei nº 8.631, de 12 de junho de 2003, a partir de 1º de novembro de 2015, passam a ser os seguintes:

I - R\$788,01, para os que perceberam, em março de 2015, vencimento básico de R\$749,34;

II - R\$788,06, para os que perceberam, em março de 2015, vencimento básico de R\$749,39;

III - R\$793,27, para os que perceberam, em março de 2015, vencimento básico de R\$754,35;

IV - R\$796,18, para os que perceberam, em março de 2015, vencimento básico de R\$757,11;

V - R\$813,28, para os que perceberam, em março de 2015, vencimento básico de R\$773,37;

VI - R\$822,77, para os que perceberam, em março de 2015, vencimento básico de R\$782,40;

VII - R\$834,87, para os que perceberam, em março de 2015, vencimento básico de R\$793,90.

Parágrafo único. Ficam reajustados em 2,812% (dois vírgula oitocentos e doze por cento), a partir de 1º de novembro de 2015, os vencimentos básicos dos ocupantes dos cargos do Quadro Especial criado pelo art. 3º da Lei nº 8.631, de 12 de junho de 2003, não abrangidos pelo disposto nos incisos I a VII do *caput* deste artigo.

Art. 28. Os proventos de inatividade e as pensões que tenham sido fixados com

base nos vencimentos e soldos dos cargos das Carreiras mencionadas no artigo anterior serão revistos nas mesmas datas, condições e proporção previstas nesta Lei para os servidores em atividade, não podendo resultar valores superiores aos concedidos ao servidor ativo em igual situação.

Art. 29. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2015.

Sala das Sessões, 06 de maio de 2015.

Deputado Rosemberg Pinto

Relator

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL ARTES E CULTURA

CARREIRAS DE NÍVEL MÉDIO

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2015

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Técnico em Produção Técnico em Restauração Técnico Cinematográfico Técnico de Palco Técnico em Assuntos Culturais	I	797,02
	II	867,99
	III	889,62
	IV	955,77

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
30 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	478,13	527,00	571,83
II	622,74	676,43	735,50
III	753,83	820,41	893,68
IV	960,05	1.046,60	1.141,83

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
40 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	620,70	674,87	734,53
II	799,99	871,32	949,94
III	973,53	1.062,12	1.159,56
IV	1.245,70	1.360,85	1.487,46

CARREIRAS DE NÍVEL SUPERIOR
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Analista de Assuntos Culturais	I	949,75
Restaurador		
Museólogo		
Bailarino	II	1.139,71
Diretor de Produção	III	1.367,61
Pianista de Balé		
Professor de Orquestra		
Professor de Orquestra Assistente	IV	1.641,15
Professor de Orquestra Chefe de Naípe		
Professor de Orquestra Concertino		
Professor de Orquestra Spalla	V	1.969,38
Regente		

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
30 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	1.044,70	1.082,69	1.122,57
II	1.253,68	1.344,83	1.445,15
III	1.622,90	1.744,19	1.877,55
IV	2.105,15	2.266,41	2.443,84
V	2.735,84	2.950,34	3.186,28

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
40 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	1.295,45	1.345,99	1.399,02
II	1.453,48	1.564,62	1.686,93
III	1.888,68	2.036,55	2.199,12
IV	2.458,59	2.655,20	2.871,50
V	3.205,94	3.467,44	3.755,08

QUADRO ESPECIAL
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Cargo	Vencimento (R\$)
Montador de Orquestra Projecionista	797,02
Assistente de Coreografia Mestre de Arte Cênica	1.139,71

ANEXO II
GRUPO OCUPACIONAL COMUNICAÇÃO SOCIAL

JORNALISTA

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.183,10
II	1.386,11
III	1.663,30
IV	1.995,96
V	2.453,30

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

25 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	864,31	1.089,52	1.339,50
II	1.347,64	1.648,35	1.982,13
III	2.041,76	2.412,26	2.819,80
IV	2.935,47	3.428,60	3.971,09
V	4.269,74	4.942,07	5.681,60

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

35 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	1.546,68	1.846,99	2.180,27
II	2.258,80	2.659,74	3.104,76
III	3.276,62	3.770,63	4.368,36
IV	4.638,86	5.302,35	6.032,15
V	6.592,05	7.496,55	8.491,52

ANEXO III
GRUPO OCUPACIONAL EDUCAÇÃO

MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

TABELA DE VENCIMENTO

PROFESSOR E COORDENADOR PEDAGÓGICO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

20 HORAS

Padrão	Grau										
	I	IA	II	IIA	III	IIIA	IV	IVA	V	VI	VII
P	990,06	1.056,83	1.123,61	1.205,25	1.286,89	1.379,79	1.472,70	1.579,03	1.685,37	1.928,70	2.207,22
E	1.161,57	1.251,26	1.340,98	1.436,18	1.531,36	1.648,56	1.765,77	1.885,66	2.005,56	2.303,69	2.626,60
M	1.386,90	1.491,32	1.595,75	1.709,03	1.822,33	1.961,80	2.101,25	2.243,95	2.386,63	2.741,37	3.125,64
D	1.650,44	1.774,67	1.898,94	2.033,76	2.168,56	2.334,53	2.500,48	2.670,27	2.840,07	3.262,20	3.719,51

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

40 HORAS

Padrão	Grau										
	I	IA	II	IIA	III	IIIA	IV	IVA	V	VI	VII
P	1.980,12	2.113,66	2.247,22	2.410,50	2.573,78	2.759,58	2.945,40	3.158,06	3.370,74	3.857,40	4.414,44
E	2.323,14	2.502,52	2.681,96	2.872,36	3.062,72	3.297,12	3.531,54	3.771,32	4.011,12	4.607,38	5.253,20
M	2.773,80	2.982,64	3.191,50	3.418,06	3.644,66	3.923,60	4.202,50	4.487,90	4.773,26	5.482,74	6.251,28
D	3.300,88	3.549,34	3.797,88	4.067,52	4.337,12	4.669,06	5.000,96	5.340,54	5.680,14	6.524,40	7.439,02

MAGISTÉRIO PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

TABELA DE VENCIMENTO

NÍVEL A

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Cargo	Vencimento (R\$)		
	20 horas	40 horas	Dedicação Exclusiva
Professor Auxiliar	1.727,54	3.455,08	5.182,62
Professor Assistente	2.003,97	4.007,94	6.011,91
Professor Adjunto	2.324,53	4.649,06	6.973,59
Professor Titular	2.742,89	5.485,78	8.228,67
Professor Pleno	3.236,71	6.473,42	9.710,13

NÍVEL B

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Cargo	Vencimento (R\$)		
	20 horas	40 horas	Dedicação Exclusiva
Professor Auxiliar	1.865,75	3.731,50	5.597,25
Professor Assistente	2.164,22	4.328,44	6.492,66
Professor Adjunto	2.510,46	5.020,92	7.531,38
Professor Titular	2.962,34	5.924,68	8.887,02

CARGO EM COMISSÃO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Cargo	Símbolo	Nível	Vencimento
Secretário Escolar	SP	-	788,01
	SM	-	868,86
	SG	-	918,43
	SE	-	1.081,00
Vice-Diretor	VP	1	827,44
		2	868,86
	VM	1	934,98
		2	965,70
	VG	1	1.095,38
		2	1.297,20
	VE	1	1.369,23
		2	1.470,13
Diretor	DP	1	1.153,07
		2	1.297,20
	DM	1	1.643,10
		2	1.931,37
	DG	1	2.190,78
		2	2.594,36
	DE	1	2.738,49
		2	2.940,27

ANEXO IV
FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC) E FUNÇÕES GRATIFICADAS (FG) DAS UNIVERSIDADES
ESTADUAIS

TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Símbolo	Vencimento (R\$)
FC-6	6.513,34
FC-5	3.721,91
FC-4	2.326,19
FG-3	1.395,76
FG-2	814,20
FG-1	788,06

ANEXO V
QUADRO ESPECIAL DAS UNIVERSIDADES
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Cargo	Vencimento (R\$)
Carreiras do Nível de Apoio - NA	788,06

ANEXO VI
QUADRO ESPECIAL

TABELA DE SUBSÍDIO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Quadro Especial	Carga horária	Subsídio (R\$)
Professor, com titulação em ensino médio específico completo ou licenciatura de curta duração (Níveis 1 e 2) e Professor não licenciado (Níveis 1, 2 e 3)	20 horas	989,92
	40 horas	1.979,84

ANEXO VII
PROFESSOR INDIGENA

TABELA DE SUBSÍDIO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
20 HORAS

Classe	Nível									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	1.014,35	1.085,37	1.161,34	1.242,63	1.329,61	1.422,68	1.522,27	1.628,83	1.742,87	1.864,86
B	1.335,57	1.429,06	1.529,08	1.636,12	1.750,66	1.873,20	2.004,33	2.144,64	2.294,76	2.455,39
C	1.535,92	1.643,41	1.758,46	1.881,55	2.013,26	2.154,18	2.304,97	2.466,34	2.638,98	2.823,71
D	1.766,29	1.889,93	2.022,22	2.163,79	2.315,24	2.477,31	2.650,74	2.836,28	3.034,81	3.247,26
E	2.031,23	2.173,43	2.325,57	2.488,37	2.662,53	2.848,92	3.048,33	3.261,72	3.490,05	3.734,36

40 HORAS

Classe	Nível									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	2.028,70	2.170,74	2.322,68	2.485,26	2.659,22	2.845,36	3.044,54	3.257,66	3.485,74	3.729,72
B	2.671,14	2.858,12	3.058,16	3.272,24	3.501,32	3.746,40	4.008,66	4.289,28	4.589,52	4.910,78
C	3.071,84	3.286,82	3.516,92	3.763,10	4.026,52	4.308,36	4.609,94	4.932,68	5.277,96	5.647,42
D	3.532,58	3.779,86	4.044,44	4.327,58	4.630,48	4.954,62	5.301,48	5.672,56	6.069,62	6.494,52
E	4.062,46	4.346,86	4.651,14	4.976,74	5.325,06	5.697,84	6.096,66	6.523,44	6.980,10	7.468,72

ANEXO VIII
GRUPO OCUPACIONAL FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

CARREIRAS DE NÍVEL MÉDIO
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Técnico em Meio Ambiente e Recursos Hídricos	1	1.160,20
Técnico em Metrologia e Qualidade		
Técnico em Fiscalização Agropecuária		
Técnico em Regulação		
	2	1.228,80
	3	1.303,27
	4	1.381,67
	5	1.463,97
	6	1.552,15
	7	1.644,25
	8	1.744,22
	9	1.848,12
	10	1.958,98

CARREIRAS DE NÍVEL SUPERIOR
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos	1	2.800,76
Especialista em Metrologia e Qualidade		
Fiscal Estadual Agropecuário		
Especialista em Proteção e Defesa do Consumidor		
Especialista em Regulação		
	2	2.996,37
	3	3.206,82
	4	3.430,57
	5	3.670,62
	6	3.946,27
	7	4.242,65
	8	4.561,23
	9	4.902,09
	10	5.271,07
	11	5.665,25
	12	6.090,55

ANEXO IX
GRUPO OCUPACIONAL FISCO

AGENTE DE TRIBUTOS ESTADUAIS
TABELA DA PARTE FIXA DO VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
1	1.340,07
2	1.523,33
3	1.607,87
4	1.711,56
5	1.821,97
6	1.939,49
7	2.035,88
8	2.167,23

AUDITOR FISCAL
TABELA DA PARTE FIXA DO VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
1	1.970,72
2	2.176,22
3	2.233,15
4	2.377,15
5	2.530,47
6	2.693,71
7	2.867,45
8	3.052,41

ANEXO X
GRUPO OCUPACIONAL GESTÃO PÚBLICA

ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
1	2.785,95
2	3.018,58
3	3.270,63
4	3.543,71
5	3.839,64
6	4.160,23
7	4.507,61
8	4.884,01
9	5.291,80
10	5.733,67
11	6.148,21

ANEXO XI
GRUPO OCUPACIONAL OBRAS PÚBLICA

TÉCNICO EM OBRAS
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
1	874,29
2	926,78
3	982,36
4	1.041,33
5	1.103,80
6	1.170,01
7	1.240,24
8	1.314,64
9	1.393,51

ESPECIALISTA EM OBRAS PÚBLICAS
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
1	2.771,12
2	2.978,96
3	3.202,39
4	3.442,58
5	3.700,76
6	3.978,32
7	4.276,67
8	4.597,43
9	4.942,22
10	5.312,91
11	5.711,38
12	6.139,74

ANEXO XII
GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA PGE

ANALISTA DE PROCURADORIA
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	2.000,55
II	2.200,60

GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ASSISTÊNCIA EM PROCURADORIA - GEAP
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Nível						
	1	2	3	4	5	6	7
I	2.200,60	2.473,68	2.764,50	3.074,23	3.404,10	3.755,39	4.129,52
II	4.327,90	4.752,28	5.204,21	5.685,49	6.198,12	6.744,05	7.325,46

ASSISTENTE DE PROCURADORIA
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	876,82
II	964,52

GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ASSISTÊNCIA EM PROCURADORIA - GEAP
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Nível						
	1	2	3	4	5	6	7
I	327,60	448,05	580,52	640,76	799,73	975,57	1.074,35
II	1.084,16	1.186,67	1.294,24	1.407,15	1.525,74	1.650,25	1.780,99

ANEXO XIII
GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

CARREIRAS AUXILIARES EM SERVIÇOS DE SAÚDE – 30 HORAS
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

	Classe	Nível						
		A	B	C	D	E	F	G
Auxiliar de Enfermagem Auxiliar de Nutrição e Dietética Atendente de Consultório Dentário Protético	I	806,63	830,83	855,78	881,43	907,88	935,12	963,15
	II	874,56	900,79	927,81	955,66	984,33	1.013,84	1.044,26
	III	948,93	977,39	1.006,71	1.036,91	1.068,03	1.100,07	1.133,08
	IV	1.029,58	1.060,46	1.092,27	1.125,04	1.158,79	1.193,57	1.229,38
	V	1.117,07	1.150,59	1.185,09	1.220,66	1.257,27	1.294,99	1.333,83
	VI	1.212,04	1.248,39	1.285,85	1.324,42	1.364,17	1.405,08	1.447,22

Auxiliar de Enfermagem Auxiliar de Nutrição e Dietética Atendente de Consultório Dentário Protético	Classe	Nível							
		H	I	J	K	L	M	N	O
	I	992,06	1.021,83	1.052,49	1.084,05	1.116,57	1.150,08	1.184,57	1.220,10
	II	1.075,60	1.107,86	1.141,10	1.175,34	1.210,59	1.246,90	1.284,32	1.322,84
	III	1.167,07	1.202,07	1.238,13	1.275,28	1.313,54	1.352,95	1.393,53	1.435,34
	IV	1.266,24	1.304,24	1.343,38	1.383,66	1.425,18	1.467,93	1.511,96	1.557,32
	V	1.373,86	1.415,07	1.457,52	1.501,25	1.546,29	1.592,68	1.640,46	1.689,67
	VI	1.490,65	1.535,38	1.581,43	1.628,87	1.677,75	1.728,07	1.779,92	1.833,30

CARREIRAS TÉCNICAS EM SERVIÇOS DE SAÚDE – 30 HORAS

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Técnico em Enfermagem Técnico em Nutrição e Dietética Técnico em Higiene Dental Técnico em Patologia Clínica Técnico em Radiologia	CLASSE	NÍVEL						
		A	B	C	D	E	F	G
	I	823,93	848,64	874,10	900,32	927,34	955,15	983,81
	II	893,92	920,74	948,36	976,81	1.006,11	1.036,29	1.067,38
	III	969,92	999,03	1.029,00	1.059,87	1.091,66	1.124,41	1.158,14
	IV	1.052,33	1.083,92	1.116,44	1.149,93	1.184,44	1.219,97	1.256,56
	V	1.141,82	1.176,07	1.211,35	1.247,70	1.285,12	1.323,67	1.363,38
	VI	1.238,87	1.276,05	1.314,34	1.353,77	1.394,37	1.436,20	1.479,29
	VII	1.344,17	1.384,51	1.426,03	1.468,81	1.512,90	1.558,27	1.605,02
	VIII	1.458,42	1.502,18	1.547,25	1.593,66	1.641,47	1.690,71	1.741,44

Técnico em Enfermagem Técnico em Nutrição e Dietética Técnico em Higiene Dental Técnico em Patologia Clínica Técnico em Radiologia	Classe	Nível							
		H	I	J	K	L	M	N	O
	I	1.013,33	1.043,72	1.075,03	1.107,29	1.140,51	1.174,72	1.209,96	1.246,26
	II	1.099,41	1.132,39	1.166,36	1.201,35	1.237,39	1.274,52	1.312,76	1.352,13
	III	1.192,90	1.228,67	1.265,54	1.303,50	1.342,60	1.382,89	1.424,37	1.467,09
	IV	1.294,26	1.333,09	1.373,07	1.414,27	1.456,69	1.500,38	1.545,41	1.591,78
	V	1.404,29	1.446,43	1.489,81	1.534,50	1.580,55	1.627,97	1.676,79	1.727,10
	VI	1.523,67	1.569,38	1.616,46	1.664,96	1.714,91	1.766,35	1.819,34	1.873,91
	VII	1.653,18	1.702,76	1.753,85	1.806,48	1.860,66	1.916,48	1.973,98	2.033,19
	VIII	1.793,67	1.847,48	1.902,92	1.960,00	2.018,79	2.079,35	2.141,75	2.206,00

CARREIRAS DE GRADUAÇÃO SUPERIOR EM SERVIÇOS DE SAÚDE - 30 HORAS

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Assistente Social Biólogo Biomédico Enfermeiro Engenheiro Clínico Engenheiro Químico Engenheiro Sanitarista Farmacêutico Farmacêutico Bioquímico Físico Fisioterapeuta Fonoaudiólogo Médico Veterinário Nutricionista Odontólogo Psicólogo Químico Terapeuta Ocupacional	Classe	Nível						
		A	B	C	D	E	F	G
	I	1.003,96	1.034,08	1.065,09	1.097,06	1.129,97	1.163,86	1.198,78
	II	1.156,10	1.190,77	1.226,49	1.263,28	1.301,18	1.340,22	1.380,42
	III	1.326,45	1.366,24	1.407,22	1.449,43	1.492,91	1.537,71	1.583,83
	IV	1.527,21	1.573,03	1.620,22	1.668,82	1.718,89	1.770,46	1.823,58
	V	1.755,40	1.808,06	1.862,31	1.918,17	1.975,72	2.034,99	2.096,04
	VI	1.904,60	1.961,72	2.020,60	2.081,20	2.143,66	2.207,95	2.274,19
	VII	2.066,50	2.128,49	2.192,34	2.258,10	2.325,85	2.395,62	2.467,50
	VIII	2.242,17	2.309,41	2.378,69	2.450,08	2.523,56	2.599,26	2.677,26
	IX	2.432,72	2.505,69	2.580,86	2.658,28	2.738,04	2.820,17	2.904,79
	X	2.639,53	2.718,71	2.800,28	2.884,30	2.970,81	3.059,95	3.151,74

Assistente Social Biólogo Biomédico Enfermeiro Engenheiro Clínico Engenheiro Químico Engenheiro Sanitarista Farmacêutico Farmacêutico Bioquímico Físico Fisioterapeuta Fonoaudiólogo Médico Veterinário Nutricionista Odontólogo Psicólogo Químico Terapeuta Ocupacional	Classe	Nível							
		H	I	J	K	L	M	N	O
	I	1.234,74	1.271,78	1.309,95	1.349,23	1.389,72	1.431,40	1.474,34	1.518,57
	II	1.421,84	1.464,50	1.508,43	1.553,66	1.600,30	1.648,30	1.697,76	1.748,68
	III	1.631,36	1.680,29	1.730,71	1.782,62	1.836,10	1.891,18	1.947,92	2.006,34
	IV	1.878,27	1.934,62	1.992,66	2.052,46	2.114,02	2.177,45	2.242,77	2.310,04
	V	2.158,92	2.223,70	2.290,39	2.359,09	2.429,88	2.502,78	2.577,87	2.655,20
	VI	2.342,43	2.412,70	2.485,08	2.559,62	2.636,41	2.715,51	2.796,97	2.880,88
	VII	2.541,52	2.617,76	2.696,31	2.777,19	2.860,51	2.946,31	3.034,71	3.125,76
	VIII	2.757,56	2.840,29	2.925,49	3.013,27	3.103,67	3.196,78	3.292,68	3.391,46
	IX	2.991,93	3.081,70	3.174,15	3.269,36	3.367,45	3.468,47	3.572,52	3.679,70
	X	3.246,31	3.343,68	3.444,00	3.547,32	3.653,74	3.763,33	3.876,25	3.992,53

AUDITOR EM SAÚDE - 30 HORAS
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Auditor em Saúde	Classe	Nível						
		A	B	C	D	E	F	G
	I	1.734,10	1.786,12	1.839,71	1.894,91	1.951,74	2.010,29	2.070,60
	II	1.989,70	2.049,39	2.110,87	2.174,20	2.239,44	2.306,61	2.375,80
	III	2.290,81	2.359,55	2.430,33	2.503,24	2.578,33	2.655,68	2.735,34
	IV	2.634,61	2.713,65	2.795,05	2.878,90	2.965,27	3.054,24	3.145,85
	V	3.030,18	3.121,06	3.214,71	3.311,14	3.410,48	3.512,80	3.618,18
	VI	3.227,15	3.323,94	3.423,66	3.526,38	3.632,17	3.741,12	3.853,36
	VII	3.436,88	3.539,99	3.646,19	3.755,57	3.868,24	3.984,28	4.103,81
	VIII	3.660,27	3.770,07	3.883,19	3.999,70	4.119,68	4.243,27	4.370,57
	IX	3.898,21	4.015,18	4.135,63	4.259,69	4.387,48	4.519,10	4.654,68
	X	4.151,60	4.276,16	4.404,44	4.536,57	4.672,67	4.812,84	4.957,22

Auditor em Saúde	CLASSE	NÍVEL							
		H	I	J	K	L	M	N	O
	I	2.132,73	2.196,69	2.262,60	2.330,47	2.400,40	2.472,40	2.546,58	2.622,97
	II	2.447,07	2.520,50	2.596,11	2.673,99	2.754,20	2.836,84	2.921,94	3.009,61
	III	2.817,41	2.901,94	2.988,98	3.078,65	3.171,01	3.266,15	3.364,13	3.465,06
	IV	3.240,24	3.337,43	3.437,56	3.540,69	3.646,92	3.756,32	3.869,01	3.985,09
	V	3.726,72	3.838,52	3.953,68	4.072,28	4.194,46	4.320,28	4.449,88	4.583,38
	VI	3.968,98	4.088,03	4.210,68	4.337,00	4.467,11	4.601,12	4.739,16	4.881,32
	VII	4.226,94	4.353,74	4.484,35	4.618,88	4.757,44	4.900,16	5.047,16	5.198,59
	VIII	4.501,67	4.636,73	4.775,82	4.919,10	5.066,68	5.218,69	5.375,24	5.536,50
	IX	4.794,31	4.938,15	5.086,30	5.238,88	5.396,04	5.557,93	5.724,67	5.896,40
	X	5.105,94	5.259,12	5.416,89	5.579,41	5.746,78	5.919,17	6.096,76	6.279,65

SANITARISTA – 40 HORAS
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Sanitarista	Classe	Nível						
		A	B	C	D	E	F	G
	I	2.007,92	2.068,15	2.130,21	2.194,12	2.259,93	2.327,73	2.397,57
	II	2.312,15	2.381,51	2.452,97	2.526,54	2.602,36	2.680,40	2.760,82
	III	2.652,92	2.732,50	2.814,47	2.898,90	2.985,89	3.075,45	3.167,72
	IV	3.054,45	3.146,08	3.240,45	3.337,67	3.437,79	3.540,94	3.647,16
	V	3.510,79	3.616,10	3.724,59	3.836,33	3.951,43	4.069,96	4.192,06
	VI	3.809,24	3.923,50	4.041,21	4.162,44	4.287,31	4.415,94	4.548,41
	VII	4.132,99	4.256,98	4.384,70	4.516,24	4.651,72	4.791,28	4.935,01
	VIII	4.484,32	4.618,83	4.757,41	4.900,11	5.047,13	5.198,54	5.354,51
	IX	4.865,49	5.011,44	5.161,78	5.316,66	5.476,16	5.640,43	5.809,64
	X	5.279,06	5.437,41	5.600,54	5.768,54	5.941,61	6.119,85	6.303,46

	Classe	Nível							
		H	I	J	K	L	M	N	O
Sanitarista	I	2.469,49	2.543,59	2.619,89	2.698,49	2.779,43	2.862,81	2.948,70	3.037,17
	II	2.843,66	2.928,97	3.016,82	3.107,35	3.200,56	3.296,57	3.395,47	3.497,34
	III	3.262,75	3.360,65	3.461,43	3.565,30	3.672,25	3.782,42	3.895,89	4.012,77
	IV	3.756,58	3.869,29	3.985,35	4.104,90	4.228,06	4.354,90	4.485,55	4.620,12
	V	4.317,82	4.447,36	4.580,78	4.718,21	4.859,75	5.005,54	5.155,70	5.310,37
	VI	4.684,87	4.825,42	4.970,18	5.119,28	5.272,86	5.431,06	5.593,97	5.761,80
	VII	5.083,07	5.235,57	5.392,62	5.554,40	5.721,03	5.892,67	6.069,43	6.251,52
	VIII	5.515,13	5.680,58	5.851,02	6.026,54	6.207,34	6.393,56	6.585,37	6.782,91
	IX	5.983,93	6.163,44	6.348,35	6.538,80	6.734,95	6.937,01	7.145,12	7.359,48
	X	6.492,56	6.687,33	6.887,95	7.094,59	7.307,42	7.526,64	7.752,45	7.985,03

QUADRO ESPECIAL – 30 HORAS
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Cargo	Vencimento (R\$)
Agente Auxiliar de Serviços de Saúde Agente de Banco de Sangue Agente de Saneamento Agente de Epidemiologia Atendente de Laboratório Atendente Rural Atendente de Enfermagem Visitador Sanitário Inspetor de Saneamento	874,56
Outros Técnicos de Nível Médio	1.006,11
Outros Técnicos de Nível Superior	1.301,18

GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO AO DESEMPENHO - GID
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Cargo / Categoria Funcional	Gid Mínima (R\$)	Gid Máxima (R\$)
Auxiliar em Serviços de Saúde e Cargos correlatos integrados em Quadro Especial	574,35	1.656,63
Técnico em Serviços de Saúde	696,51	2.069,19
Graduação Superior em Serviços de Saúde (exceto Médico e Regulador da Assistência em Saúde)	2.012,72	3.037,00

Outros Técnicos de Nível Médio integrados em Quadro Especial	696,51	2.069,19
Outros Técnicos de Nível Superior integrados em Quadro Especial	1.997,09	3.021,41
Sanitarista	2.961,92	4.534,77
Auditor em Saúde	5.397,26	6.488,74
Servidores integrantes das carreiras de escolaridade de Nível fundamental do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo e demais carreiras lotadas na Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB e HEMOBA	378,72	1.141,83
Servidores integrantes das carreiras de escolaridade de Nível médio do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo e demais carreiras lotadas na Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB e HEMOBA	470,24	1.517,51
Servidores integrantes das carreiras de escolaridade de Nível superior do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo e demais carreiras lotadas na Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB e HEMOBA	559,73	1.866,71
Servidores ocupantes de cargos comissionados do quadro da SESAB ou HEMOBA, com escolaridade de nível fundamental.	329,32	863,37
Servidores ocupantes de cargos comissionados do quadro da SESAB ou HEMOBA, com escolaridade de nível médio.	408,90	1.147,45
Servidores ocupantes de cargos comissionados do quadro da SESAB ou HEMOBA, com escolaridade de nível superior.	559,73	1.623,22

ANEXO XIV
MÉDICO E REGULADOR DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE

TABELA DE SUBSÍDIO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
REGIME DE 01 PLANTÃO DE 24 HORAS SEMANAIS OU 02 PLANTÕES DE 12 HORAS SEMANAIS

	Classe	Nível					
		A	B	C	D	E	F
Médico Regulador da Assistência em Saúde	I	5.409,90	5.572,20	5.739,38	5.911,54	6.088,90	6.271,60
	II	5.680,40	5.850,80	6.026,34	6.207,14	6.393,34	6.585,1
	III	5.964,44	6.143,36	6.327,64	6.517,52	6.713,02	6.914,42
	IV	6.262,64	6.450,50	6.644,06	6.843,36	7.048,66	7.260,14
	V	6.575,78	6.773,04	6.976,24	7.185,54	7.401,10	7.623,14
	VI	6.904,56	7.111,72	7.325,06	7.544,82	7.771,14	8.004,28
	VII	7.249,78	7.467,30	7.691,32	7.922,04	8.159,70	8.404,52
	VIII	7.612,28	7.840,66	8.075,86	8.318,14	8.567,70	8.824,74
	IX	7.992,92	8.232,70	8.479,66	8.734,04	8.996,10	9.265,98
	X	8.392,54	8.644,30	8.903,66	9.170,76	9.445,88	9.729,24

Médico Regulador da Assistência em Saúde	Classe	Nível					
		G	H	I	J	K	L
	I	6.459,70	6.653,50	6.853,12	7.058,72	7.270,48	7.488,58
	II	6.782,72	6.986,18	7.195,78	7.411,66	7.634,00	7.863,02
	III	7.121,82	7.335,52	7.555,58	7.782,22	8.015,68	8.256,16
	IV	7.477,94	7.702,28	7.933,34	8.171,34	8.416,50	8.668,98
	V	7.851,84	8.087,40	8.330,00	8.579,90	8.837,30	9.102,42
	VI	8.244,44	8.491,74	8.746,48	9.008,90	9.279,18	9.557,52
	VII	8.656,66	8.916,36	9.183,80	9.459,36	9.743,12	10.035,42
	VIII	9.089,46	9.362,16	9.643,02	9.932,30	10.230,26	10.537,18
	IX	9.543,96	9.830,26	10.125,20	10.428,92	10.741,80	11.064,08
	X	10.021,14	10.321,76	10.631,42	10.950,40	11.278,86	11.617,24

TABELA DE SUBSÍDIO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
REGIME AMBULATORIAL DE 20 HORAS SEMANAIS

Médico Regulador da Assistência em Saúde	Classe	Nível					
		A	B	C	D	E	F
	I	4.508,25	4.643,50	4.782,82	4.926,28	5.074,08	5.226,33
	II	4.733,67	4.875,67	5.021,95	5.172,62	5.327,78	5.487,62
	III	4.970,37	5.119,47	5.273,03	5.431,27	5.594,18	5.762,02
	IV	5.218,87	5.375,42	5.536,72	5.702,80	5.873,88	6.050,12
	V	5.479,82	5.644,20	5.813,53	5.987,95	6.167,58	6.352,62
	VI	5.753,80	5.926,43	6.104,22	6.287,35	6.475,95	6.670,23
	VII	6.041,48	6.222,75	6.409,43	6.601,70	6.799,75	7.003,77
	VIII	6.343,57	6.533,88	6.729,88	6.931,78	7.139,75	7.353,95
	IX	6.660,77	6.860,58	7.066,38	7.278,37	7.496,75	7.721,65
	X	6.993,78	7.203,58	7.419,72	7.642,30	7.871,57	8.107,70

Médico Regulador da Assistência em Saúde	Classe	Nível					
		G	H	I	J	K	L
	I	5.383,08	5.544,58	5.710,93	5.882,27	6.058,73	6.240,48
	II	5.652,27	5.821,82	5.996,48	6.176,38	6.361,67	6.552,52
	III	5.934,85	6.112,93	6.296,32	6.485,18	6.679,73	6.880,13
	IV	6.231,62	6.418,57	6.611,12	6.809,45	7.013,75	7.224,15
	V	6.543,20	6.739,50	6.941,67	7.149,92	7.364,42	7.585,35
	VI	6.870,37	7.076,45	7.288,73	7.507,42	7.732,65	7.964,60
	VII	7.213,88	7.430,30	7.653,17	7.882,80	8.119,27	8.362,85
	VIII	7.574,55	7.801,80	8.035,85	8.276,92	8.525,22	8.780,98
	IX	7.953,30	8.191,88	8.437,67	8.690,77	8.951,50	9.220,07
	X	8.350,95	8.601,47	8.859,52	9.125,33	9.399,05	9.681,03

TABELA DE SUBSÍDIO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
REGIME DE PLANTÃO DE 12 HORAS SEMANAIS

Médico Regulador da Assistência em Saúde	Classe	Nível					
		A	B	C	D	E	F
	I	2.704,95	2.786,10	2.869,69	2.955,77	3.044,45	3.135,80
	II	2.840,20	2.925,40	3.013,17	3.103,57	3.196,67	3.292,57
	III	2.982,22	3.071,68	3.163,82	3.258,76	3.356,51	3.457,21
	IV	3.131,32	3.225,25	3.322,03	3.421,68	3.524,33	3.630,07
	V	3.287,89	3.386,52	3.488,12	3.592,77	3.700,55	3.811,57
	VI	3.452,28	3.555,86	3.662,53	3.772,41	3.885,57	4.002,14
	VII	3.624,89	3.733,65	3.845,66	3.961,02	4.079,85	4.202,26
	VIII	3.806,14	3.920,33	4.037,93	4.159,07	4.283,85	4.412,37
	IX	3.996,46	4.116,35	4.239,83	4.367,02	4.498,05	4.632,99
	X	4.196,27	4.322,15	4.451,83	4.585,38	4.722,94	4.864,62

Médico Regulador da Assistência em Saúde	Classe	Nível					
		G	H	I	J	K	L
	I	3.229,85	3.326,75	3.426,56	3.529,36	3.635,24	3.744,29
	II	3.391,36	3.493,09	3.597,89	3.705,83	3.817,00	3.931,51
	III	3.560,91	3.667,76	3.777,79	3.891,11	4.007,84	4.128,08
	IV	3.738,97	3.851,14	3.966,67	4.085,67	4.208,25	4.334,49
	V	3.925,92	4.043,70	4.165,00	4.289,95	4.418,65	4.551,21
	VI	4.122,22	4.245,87	4.373,24	4.504,45	4.639,59	4.778,76
	VII	4.328,33	4.458,18	4.591,90	4.729,68	4.871,56	5.017,71
	VIII	4.544,73	4.681,08	4.821,51	4.966,15	5.115,13	5.268,59
	IX	4.771,98	4.915,13	5.062,60	5.214,46	5.370,90	5.532,04
	X	5.010,57	5.160,88	5.315,71	5.475,20	5.639,43	5.808,62

ANEXO XV

ANEXO IV DA LEI Nº 12.822, DE 04 DE JULHO DE 2013

MÉDICO

*(Respeitado o disposto no art. 4º da Lei nº 12.598, de 28 de novembro de 2012)

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2015

CLASSE	VENCIMENTO
I	974,72
II	1.122,42
III	1.287,80
IV	1.482,73
V	1.704,28
VI	1.849,13
VII	2.006,29
VIII	2.176,85
IX	2.361,85
X	2.562,65

GID REGIME AMBULATORIAL DE 20H OU PLANTAO DE 24H	
Mínima	Máxima
3.105,61	4.493,75
GID REGIME DE PLANTÃO DE 12H	
Mínima	Máxima
1.679,67	3.176,95

REGULADOR DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2015

Classe	Nível							
	A	B	C	D	E	F	G	H
I	1.505,97	1.551,16	1.597,68	1.645,61	1.694,98	1.745,83	1.798,20	1.852,17
II	1.734,09	1.786,10	1.839,70	1.894,90	1.951,73	2.010,28	2.070,58	2.132,72
III	1.989,70	2.049,39	2.110,87	2.174,20	2.239,44	2.306,61	2.375,80	2.447,07
IV	2.290,81	2.359,55	2.430,33	2.503,24	2.578,33	2.655,68	2.735,34	2.817,41
V	2.633,13	2.712,12	2.793,47	2.877,28	2.963,60	3.052,51	3.144,06	3.238,40
VI	3.030,18	3.121,06	3.214,71	3.311,14	3.410,48	3.512,80	3.618,18	3.726,72
VII	3.227,15	3.323,94	3.423,66	3.526,38	3.632,17	3.741,12	3.853,36	3.968,98
VIII	3.436,88	3.539,99	3.646,19	3.755,57	3.868,24	3.984,28	4.103,81	4.226,94
IX	3.660,27	3.770,07	3.883,19	3.999,70	4.119,68	4.243,27	4.370,57	4.501,67
X	3.898,21	4.015,18	4.135,63	4.259,69	4.387,48	4.519,10	4.654,68	4.794,31

Classe	Nível						
	I	J	K	L	M	N	O
I	1.907,73	1.964,95	2.023,89	2.084,63	2.147,16	2.211,57	2.277,91
II	2.196,68	2.262,59	2.330,46	2.400,39	2.472,39	2.546,56	2.622,96
III	2.520,50	2.596,11	2.673,99	2.754,20	2.836,84	2.921,94	3.009,61
IV	2.901,94	2.988,98	3.078,65	3.171,01	3.266,13	3.364,13	3.465,06
V	3.335,56	3.435,63	3.538,69	3.644,85	3.754,20	3.866,83	3.982,83
VI	3.838,52	3.953,68	4.072,28	4.194,46	4.320,28	4.449,88	4.583,38
VII	4.088,03	4.210,68	4.337,00	4.467,11	4.601,12	4.739,16	4.881,32
VIII	4.353,74	4.484,35	4.618,88	4.757,44	4.900,16	5.047,16	5.198,59
IX	4.636,73	4.775,82	4.919,10	5.066,68	5.218,69	5.375,24	5.536,50
X	4.938,15	5.086,30	5.238,88	5.396,04	5.557,93	5.724,67	5.896,40

GID	
Mínima	Máxima
3.156,17	4.555,51

ANEXO XVI**POLÍCIA CIVIL**

INVESTIGADOR, ESCRIVÃO E PERITO TÉCNICO DE POLÍCIA CIVIL

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento	Gratificação de Atividade Policial Judiciária – GAPJ (R\$)				
		Referência				
		I	II	III	IV	V
3	934,21	925,38	1.185,60	1.498,58	1.871,27	2.321,35
2	942,11	1.015,16	1.279,37	1.608,71	2.008,62	2.482,20
1	949,92	1.221,96	1.531,73	1.901,15	2.346,94	2.878,74
Especial	1.360,39	1.290,52	1.600,27	1.969,69	2.413,93	2.947,27

PERITO CRIMINAL, ODONTO-LEGAL E MÉDICO LEGISTA DE POLÍCIA CIVIL

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento	Gratificação de Atividade Policial Judiciária – GAPJ (R\$)				
		Referência				
		I	II	III	IV	V
3	3.538,61	1.040,70	1.555,98	2.174,30	2.916,28	3.805,97
2	3.695,22	1.332,68	2.153,40	3.133,57	4.313,10	5.728,52
1	3.944,50	1.453,08	2.330,21	3.383,50	4.649,42	6.167,87
Especial	4.218,37	1.742,01	2.715,54	3.881,77	5.283,94	6.965,19

DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento	Gratificação de Atividade Jurídica - GAJ (R\$)				
		Referência				
		I	II	III	IV	V
3	4.166,64	412,71	927,99	1.546,28	2.288,29	3.177,96
2	4.323,22	704,67	1.525,38	2.505,55	3.685,07	5.100,51
1	4.572,48	825,05	1.702,24	2.755,51	4.021,41	5.539,86
Especial	4.846,33	1.113,99	2.087,53	3.253,79	4.655,93	6.337,19

ANEXO XVII
POLÍCIA MILITAR

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Posto / Graduação	Soldo	GAP - Gratificação por Atividade Policial				
		Referência				
		I	II	III	IV	V
Soldado	789,32	1.260,88	1.503,63	1.795,73	2.200,60	2.621,70
Cabo	797,68	1.455,00	1.704,43	2.006,68	2.417,75	2.852,32
1º Sargento	805,95	1.677,39	1.948,64	2.278,52	2.726,48	3.202,93
Subtenente	814,04	1.950,72	2.234,86	2.576,51	3.038,59	3.531,31
Aspirante a Oficial	874,68	1.955,64	2.239,78	2.581,44	3.043,52	3.536,23
1º Tenente	898,14	3.266,73	3.824,22	4.496,74	5.353,74	6.319,01
Capitão	1.106,77	4.766,48	5.268,79	5.871,56	6.647,00	7.514,34
Major	1.216,13	5.269,51	6.018,26	6.916,13	8.048,74	9.345,35
Tenente Coronel	1.280,99	5.866,02	6.672,60	7.637,42	8.846,11	10.237,03
Coronel	1.361,73	6.500,54	7.392,34	8.460,67	9.797,18	11.337,32

ANEXO XVIII

GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS

AGENTE PENITENCIÁRIO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento	GSP – Gratificação de Serviços Penitenciários						
		Nível						
		1	2	3	4	5	6	7
I	1.221,79	668,80	905,26	1.188,21	1.528,54	1.936,93	2.130,61	2.343,68
II	1.227,81	694,95	936,16	1.225,59	1.573,65	1.990,59	2.189,67	2.408,63
III	1.243,54	699,19	943,31	1.236,92	1.586,53	2.008,82	2.209,70	2.430,67

ANEXO XIX

GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO-JURÍDICO

PROCURADOR DO ESTADO

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
3ª	7.993,44
2ª	8.632,89
1ª	9.323,52
Especial	10.069,41

PROCURADOR JURÍDICO

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
3ª	3.780,26
2ª	4.200,68
1ª	4.667,49
Especial	5.186,07

ANEXO XX
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	788,06
II	827,48

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	797,02
II	867,99
III	889,62
IV	955,77

ANALISTA TÉCNICO

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.183,10
II	1.386,11
III	1.663,30
IV	1.995,96
V	2.453,30

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

30 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	864,31	1.089,52	1.339,50
II	1.347,64	1.648,35	1.982,13
III	2.041,76	2.412,26	2.819,80
IV	2.935,47	3.428,60	3.971,09
V	4.269,74	4.942,07	5.681,60

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
40 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	1.546,68	1.846,99	2.180,27
II	2.258,80	2.659,74	3.104,76
III	3.276,62	3.770,63	4.368,36
IV	4.638,86	5.302,35	6.032,15
V	6.592,05	7.496,55	8.491,52

ANEXO XXI
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ESPECÍFICO
(DISTRIBUIÇÃO POR ÓRGÃOS/ENTIDADES)

ENTIDADE: QUADRO DE PESSOAL PROVISÓRIO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO,
CONFORME O DISPOSTO NA LEI Nº 13.204, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	797,02
II	867,99
III	889,62
IV	955,77

ANALISTA EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.183,10
II	1.386,11
III	1.663,30
IV	1.995,96
V	2.453,30

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
30 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	864,31	1.089,52	1.339,50
II	1.347,64	1.648,35	1.982,13
III	2.041,76	2.412,26	2.819,80
IV	2.935,47	3.428,60	3.971,09
V	4.269,74	4.942,07	5.681,60

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
40 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	1.546,68	1.846,99	2.180,27
II	2.258,80	2.659,74	3.104,76
III	3.276,62	3.770,63	4.368,36
IV	4.638,86	5.302,35	6.032,15
V	6.592,05	7.496,55	8.491,52

ENTIDADE: FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNDAC

CARREIRAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS DA FUNDAC
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Técnico Auxiliar em Nutrição e Dietética		
Assistente de Serviço Social	I	797,02
Assistente de Serviço de Saúde	II	867,99
	III	889,62
	IV	955,77

CARREIRAS DE GRADUAÇÃO SUPERIOR ESPECÍFICAS DA FUNDAC

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Cargo	Classe	Vencimento (R\$)
Assistente Social	I	1.183,10
Enfermeiro		
Nutricionista		
Odontólogo		
Psicólogo		
Terapeuta Ocupacional	II	1.386,11
	III	1.663,30
	IV	1.995,96
	V	2.453,30

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA – GPC

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

30 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	864,31	1.089,52	1.339,50
II	1.347,64	1.648,35	1.982,13
III	2.041,76	2.412,26	2.819,80
IV	2.935,47	3.428,60	3.971,09
V	4.269,74	4.942,07	5.681,60

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

40 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	1.546,68	1.846,99	2.180,27
II	2.258,80	2.659,74	3.104,76
III	3.276,62	3.770,63	4.368,36
IV	4.638,86	5.302,35	6.032,15
V	6.592,05	7.496,55	8.491,52

ENTIDADE: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA – JUCEB
TÉCNICO EM REGISTRO DO COMÉRCIO

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	797,02
II	867,99
III	889,62
IV	955,77

ANALISTA EM REGISTRO DO COMÉRCIO

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.183,10
II	1.386,11
III	1.663,30
IV	1.995,96
V	2.453,30

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

30 HORAS

CLASSE	NÍVEL		
	1	2	3
I	864,31	1.089,52	1.339,50
II	1.347,64	1.648,35	1.982,13
III	2.041,76	2.412,26	2.819,80
IV	2.935,47	3.428,60	3.971,09
V	4.269,74	4.942,07	5.681,60

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

40 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	1.546,68	1.846,99	2.180,27
II	2.258,80	2.659,74	3.104,76
III	3.276,62	3.770,63	4.368,36
IV	4.638,86	5.302,35	6.032,15
V	6.592,05	7.496,55	8.491,52

ENTIDADE: INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB

TÉCNICO EM RADIOFUSÃO

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	797,02
II	867,99
III	889,62
IV	955,77

ANALISTA EM RADIOFUSÃO

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.183,10
II	1.386,11
III	1.663,30
IV	1.995,96
V	2.453,30

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

30 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	864,31	1.089,52	1.339,50
II	1.347,64	1.648,35	1.982,13
III	2.041,76	2.412,26	2.819,80
IV	2.935,47	3.428,60	3.971,09
V	4.269,74	4.942,07	5.681,60

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

40 HORAS

CLASSE	NÍVEL		
	1	2	3
I	1.546,68	1.846,99	2.180,27
II	2.258,80	2.659,74	3.104,76
III	3.276,62	3.770,63	4.368,36
IV	4.638,86	5.302,35	6.032,15
V	6.592,05	7.496,55	8.491,52

ENTIDADES: DETRAN, FUNDAC, IRDEB, UEFS E UNEB

MÉDICO

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.183,10
II	1.386,11
III	1.663,30
IV	1.995,96
V	2.453,30

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

30 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	864,31	1.089,52	1.339,50
II	1.347,64	1.648,35	1.982,13
III	2.041,76	2.412,26	2.819,80
IV	2.935,47	3.428,60	3.971,09
V	4.269,74	4.942,07	5.681,60

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

40 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	1.546,68	1.846,99	2.180,27
II	2.258,80	2.659,74	3.104,76
III	3.276,62	3.770,63	4.368,36
IV	4.638,86	5.302,35	6.032,15
V	6.592,05	7.496,55	8.491,52

MÉDICO VETERINÁRIO
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
I	1.183,10
II	1.386,11
III	1.663,30
IV	1.995,96
V	2.453,30

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
30 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	864,31	1.089,52	1.339,50
II	1.347,64	1.648,35	1.982,13
III	2.041,76	2.412,26	2.819,80
IV	2.935,47	3.428,60	3.971,09
V	4.269,74	4.942,07	5.681,60

GRATIFICAÇÃO POR COMPETÊNCIA - GPC
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
40 HORAS

Classe	Nível		
	1	2	3
I	1.546,68	1.846,99	2.180,27
II	2.258,80	2.659,74	3.104,76
III	3.276,62	3.770,63	4.368,36
IV	4.638,86	5.302,35	6.032,15
V	6.592,05	7.496,55	8.491,52

CARREIRAS DAS UNIVERDIDADES
TÉCNICO UNIVERSITÁRIO
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Grau	Vencimento (R\$)
I	796,26
II	863,16
III	883,54
IV	945,87

GRATIFICAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO - GSTU
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
30 HORAS

Grau	Referência		
	1	2	3
I	493,12	600,99	718,03
II	770,69	899,79	1.038,44
III	1.160,05	1.311,81	1.474,97
IV	1.576,34	1.751,48	1.938,93

GRATIFICAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO - GSTU
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
40 HORAS

Grau	Referência		
	1	2	3
I	917,34	1.062,98	1.221,01
II	1.317,52	1.491,97	1.680,40
III	1.850,78	2.055,86	2.276,29
IV	2.435,16	2.671,83	2.925,06

ANALISTA UNIVERSITÁRIO
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Grau	Vencimento (R\$)
I	1.177,56
II	1.354,21
III	1.557,32
IV	1.790,92
V	2.059,56
VI	2.306,71
VII	2.583,52
VIII	2.893,55
IX	3.240,78

GRATIFICAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015
30 HORAS

Grau	Referência				
	S	E	EE	M	D
I	804,42	1.104,56	1.380,65	1.896,06	2.514,55
II	827,86	1.296,20	1.461,74	2.028,69	2.708,99
III	844,84	1.311,49	1.542,06	2.165,71	2.914,08
IV	853,32	1.326,32	1.620,29	2.306,30	3.129,50
V	870,79	1.348,56	1.694,66	2.449,26	3.354,79
VI	896,76	1.380,12	1.824,80	2.654,85	3.650,96
VII	942,21	1.473,88	1.963,03	2.876,09	3.971,79
VIII	986,64	1.571,48	2.109,55	3.113,94	4.319,16
IX	1.029,30	1.672,66	2.264,51	3.369,32	4.695,12

GRATIFICAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO UNIVERSITÁRIO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

40 HORAS

Grau	Referência				
	S	E	EE	M	D
I	1.471,30	1.871,45	2.239,57	2.926,79	3.751,40
II	1.561,42	2.179,41	2.406,52	3.162,45	4.069,54
III	1.651,74	2.190,58	2.581,38	3.412,86	4.410,67
IV	1.740,91	2.273,51	2.763,51	3.678,16	4.775,76
V	1.827,34	2.413,19	2.952,21	3.958,33	5.165,69
VI	1.970,75	2.615,22	3.208,10	4.314,82	5.642,90
VII	2.123,59	2.832,47	3.484,68	4.702,08	6.162,95
VIII	2.286,17	3.065,96	3.783,35	5.122,49	6.729,45
IX	2.458,81	3.316,56	4.105,67	5.578,73	7.346,39

ANEXO XXII

GRATIFICAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DO PROGRAMA DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

– GEP

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

NÍVEL		REFERÊNCIA		
		I	II	III
1	¹ Verificação	495,52	627,28	787,04
2	Inspeção	1.224,30	1.501,77	1.835,34

GRATIFICAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DO PROGRAMA DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

– GEP

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

NÍVEL	ATIVIDADE	REFERÊNCIA		
		I	II	III
1	Controle	2.026,93	2.433,36	2.921,60
2	Análise	2.713,16	3.256,80	3.908,70
3	Supervisão	3.673,81	4.410,16	5.294,30

GRATIFICAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DO PROGRAMA DE TRANSPORTES – GET

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

NÍVEL	ATIVIDADE	REFERÊNCIA		
		I	II	III
1	¹ Verificação	495,52	627,28	787,04
2	² Inspeção	1.224,30	1.501,77	1.835,34

GRATIFICAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DO PROGRAMA DE TRANSPORTES - GET

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

NÍVEL	ATIVIDADE	REFERÊNCIA		
		I	II	III
1	Controle	2.026,93	2.433,36	2.921,60
2	Análise	2.713,16	3.256,80	3.908,70
3	Supervisão	3.673,81	4.410,16	5.294,30

ANEXO XXIII

**ESPECIALISTA EM PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E
GEOAMBIENTAIS**

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Vencimento (R\$)
1	2.563,66
2	2.771,12
3	2.993,41
4	3.230,53
5	3.489,86
6	3.769,91
7	4.075,19
8	4.401,20
9	4.756,85
10	5.127,34
11	5.534,84
12	5.971,99

ANEXO XXIV

CARGOS EM COMISSÃO

TABELA DE VENCIMENTO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Símbolo	Vencimento (R\$)
DAS-2A	6.513,34
DAS-2B	5.117,63
DAS-2C	3.721,91
DAS-2D	2.907,74
DAS-3	2.326,19
DAI-4	1.395,76
DAI-5	872,51
DAI-6	788,06

ANEXO XXV
FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)
INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA
TABELA DE VENCIMENTO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Símbolo	Vencimento (R\$)
FC-3	2.013,05
FC-2	1.565,70
FC-1	1.006,54

ANEXO XXVI
DEFENSOR PÚBLICO
TABELA DE SUBSÍDIO
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º NOVEMBRO DE 2015

Classe	Subsídio (R\$)
Inicial	20.417,42
Intermediária	22.686,22
Final	25.207,12
Instância Superior	28.008,13

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, o projeto foi aprovado e irá para a sanção de S.Ex^a, o governador Rui Costa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Projeto de lei nº 21.151/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera as Leis nºs 4.826, de 27 de janeiro de 1989, e 10.955, de 21 de dezembro de 2007, e dá outras providências”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo o deputado Rosemberg Pinto para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- (Lê) “*PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 21.151/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera as Leis nºs 4.826, de 27 de janeiro de 1989, e 10.955, de 21 de dezembro de 2007, e dá outras providências.”

Encaminha, o Exmº Sr. Governador do Estado, à apreciação da Assembleia Legislativa, projeto de lei alterando dispositivos da Lei nº 4.826/89 e 10.955/2007.

No primeiro caso, o objetivo da modificação é o de “conceder isenção tributária do Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos – ITD aos beneficiários finais do Programa Minha Casa Minha Vida, que recebam imóveis em doação, através do Fundo de Arrendamento Residencial e nas hipóteses de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento, estado de calamidade pública e situação de emergência”, segundo registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que com a adoção da medida “busca-se garantir acesso à moradia digna para a parcela da população mais vulnerável, coadunando-se com os compromissos assumidos por este Governo.”

A proposição amplia ainda, do exercício de 2014 para o exercício de 2018, o prazo estabelecido para utilização dos valores creditados na conta capitalizada pelo FUNPREV para pagamento de benefícios previdenciários, independentemente de autorização do CONPREV.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria da Bancada da Oposição, propondo a supressão da modificação proposta ao § 2º do art. 7º da Lei nº 10.955/2007. Opino pela rejeição da emenda, cumprindo esclarecer, de início, acerca da necessidade de utilização dos recursos da conta capitalizada pelo FUNPREV, que apesar do esforço do governo em buscar novas fontes de recursos para o Fundo a fim de custear os pagamentos dos benefícios previdenciários, ainda persiste o Déficit Previdenciário.”

O que prejudicaria sensivelmente aos servidores públicos do Estado da Bahia.

(Lê) “O FUNPREV possui atualmente 111.939 beneficiários, sendo 91.051 aposentados e 20.888 pensionistas. Em 2014, o déficit previdenciário alcançou o montante de R\$ 2,05 bilhões. Para o financiamento deste déficit foi utilizado o saldo existente na conta capitalizável para pagamento dos benefícios previdenciários, no montante de R\$ 231,2 milhões. A utilização do recurso da conta capitalizada é essencial para a desoneração do Tesouro Estadual, conforme disciplinada pela Lei Estadual nº 12.204/11, de 18 de março de 2011.

Comprovando todo controle que os RPPS sofrem, somos constantemente fiscalizados pelo Ministério da Previdência Social através de relatórios e demonstrações contábeis, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Previdenciário do Estado - CONPREV, que aprovou a prestação de contas do FUNPREV de 2014 sem ressalvas, além das publicações bimestrais dos nossos balancetes no Diário Oficial do Estado.

Contudo, a utilização dos recursos da conta capitalizada se torna essencial para redução do Déficit Previdenciário, auxiliando na redução de aportes feitos pelo tesouro, possibilitando maior disponibilidade para o investimento em outras áreas

fundamentais.

Ante o exposto, e considerando que a proposição encontra-se em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 6 de maio de 2015.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do nobre Líder, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, esse projeto que o governo apresenta a esta Casa é um projeto pelo qual o governador quer usar a mesma prática do ex-governador Jaques Wagner. E, agora, pior, ele quer utilizar o Funprev, que é um patrimônio do servidor público estadual, sem sequer que o Conprev, que o Conselho, autorize. Em cima disso, eu peço a V.Ex^a que faça a verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, nobre Líder.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Gostaria de que V.Ex^a desse o tempo regulamentar de 15 minutos para que, caso não exista quórum nas comissões, tenhamos tempo suficiente para recompor o quórum das comissões, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Faça a chamada nominal, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

Primeira comissão. Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

Há quórum.

Próxima comissão. Comissão de Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

Há quórum.

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

Há quórum.

Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

Há quórum.

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

Há quórum.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com os votos contrários dos deputados da Oposição presentes.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Para discutir, concedo a palavra ao deputado Pablo Barroso, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs, Deputados, esse projeto de lei nº 21.151 nada mais é do que um cheque em branco para o governo do Estado mexer, deputado Marquinho Viana, nos recursos do fundo de previdência dos funcionários. Nada mais é, deputado Adolfo Viana, do que dar um cheque em branco ao governo do Estado. Tipo aquele cheque em branco que foi dado para o fundo da previdência dos funcionários do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica, que são usados pelo governo federal para fazer os mais diversos tipos de investimento, deputado Herzem, maculados pelo sigilo, pela falta de respeito com o dinheiro público, pior, neste caso, com o dinheiro dos funcionários.

Mais uma vez, infelizmente, estamos a debater e a votar um projeto de lei que fere frontalmente o propósito de estarmos todos nós, deputados, aqui, que é cuidar e zelar pelos direitos adquiridos dos servidores e dos baianos, deputado Marcell Moraes. Infelizmente, essa é uma prática do governo petista, que sempre adianta os royalties, pega qualquer tipo de crédito ou faz qualquer tipo de negócio para manter a máquina dos apaniguados e dos companheiros funcionando.

Infelizmente, parece-me, como todos os projetos do governador Rui Costa, chega a esta Casa para fazer com que esta máquina petista de apadrinhados, apaniguados e companheiros siga até quebrar, deputado Zé Neto, se não já está quebrado o nosso querido Estado da Bahia. Infelizmente, o mundo político parece que não está compreendendo a realidade dos dias atuais.

Vimos aqui, deputado Herzem, alguns deputados petistas e governistas virem a esta tribuna defender a discussão de uma nova forma de fazer política, uma

mudança nesse sistema. Aí se fala – acho engraçado – de terceirização, querendo tirar um pouquinho o foco da maior corrupção que já se viveu na história deste País, frase essa que parece que é de Lula, deputado Adolfo, a maior da história, “nunca antes na história deste País”. Mas, infelizmente, nós vivemos num País e num Estado em que as pessoas que governam prezam e zelam pela ignorância.

Nós vivemos num Estado e num País onde se defende o chavismo e o bolivarianismo. Tudo que é de ruim na América Latina, hoje, temos concentrado no País como o nosso, maculado, enviesado, com cara de democracia.

E aqui na Bahia, deputada Luiza Maia, vocês colhem os frutos. Se soltar o governador Rui Costa aí por esse estadão de meu Deus, ninguém conhece o danado. Mas ele é amigo do galego. Amigo e companheiro é que tem vez. Gente preparada não tem vez, não.

O secretário James Correia saiu do governo, recentemente, mostrando isso. Quem tem vez nesse governo é gente despreparada: companheiro, amigo, carguinho de lá, carguinho de cá. E chega gente aqui – deputado – falando de discussão de uma nova forma... Moralizar, só para dar um tempinho. Isso já aconteceu no mensalão, está acontecendo agora no petrolão. E nós sabemos, deputado Marcell Moraes, que a Bahia sobrevive disso. Sobrevive das migalhas e dos recursos do governo federal, porque eles sugam ao máximo o governo do Estado, com a incompetência, a falta de preparo dos seus técnicos. Os seus técnicos não existem, são companheiros, amigos da CUT e amigos do MST. Agora, vêm querer pegar o recursos do fundo de previdência, recurso esse suado dos seus trabalhadores, direito dos trabalhadores e servidores públicos.

Querem pegar esse recurso para fazer sabe lá Deus o quê. Assim como irá fazer com recursos que iriam para EBDA, botar nas mãos das ONGs. Estaremos aqui para fiscalizar a gestão desses recursos. Infelizmente, o governo petista sem planejamento, sem olhar para o horizonte, um governador fraco, frágil, que aparece mandando a Polícia Militar dar porrada e dar tiro, como houve no caso do Cabula, em vez de prepará-la, mas depois solta notinha na imprensa que dá para ver que é encomendada, dizendo que tem um governador afável, que vai lá em Mãe Stella e ouve a todos. Parece nota de coluna social.

Que governador pequeno. Daqui a alguns dias esse governador estará inaugurando passarela, como o ex-governador Jaques Wagner, porque essa é uma obra do tamanho de um governo de 8 anos e 100 dias, uma obra pequena.

Infelizmente, deputado Zó, vivemos num Estado onde não tem como fugir da realidade. A população está vendo e está atenta aos desmandos do governo petista. Vamos esperar e vamos, deputado Marquinho Viana, fiscalizar. Os sindicalistas pegam os fundos da Caixa Econômica, o fundo dos Correios e vão investir em hotéis, em sabe lá o que. Não dá para investir no que não se conhece. E o governador do Estado vai fazer com esse dinheiro qualquer coisa. Talvez ele pense em fazer a máquina de atropelar funcionar mais ainda durante 4 anos, afinal de contas, caiu de

para-quedas no governo, não sabe o fazer dele. Era um garoto de recados do antigo governador Jaques Wagner, e agora está metendo os pés pelas mãos, nos fazendo discutir o indiscutível, ouvindo dos deputados de governo que, infelizmente, num café da manhã ou num almoço, resolveram mudar de idéia da noite para o dia. Talvez 5 ou 10 cargos, Marquinho Viana, façam qualquer um mudar de idéia.

O Sr. Marcell Moraes:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. Marquinho Viana:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- V.Exªs estão inscritos. Mas a oposição está aqui forte, relutante contra qualquer tipo de ação do governo que visa fragilizar a democracia. Governo fraco, incompetente, governo que se diz democrático, mas em um mês demite secretário porque não segue as chicotadas dele, e coloca outro secretário que não entende nada de agricultura, porque agricultura não é prioridade.

Gasta 600 mil reais em 4 meses com um helicóptero, e gasta 200 mil com os helicópteros da Polícia, porque segurança pública não é prioridade. Fecha o Ana Neri e deixa às favas como está, porque não é prioridade; deixa o Hospital Roberto Santos esculhambado, jogado às traças porque não é prioridade. As pessoas sofrendo, e aqui, infelizmente, os deputados não dão uma resposta a esse governo, mostrando o melhor caminho. Tem que agachar e dizer amém para esse governo que infelizmente vem atropelando, esmagando os servidores públicos.

Deputado Marcell Moraes, V.Exª se inscreveu. Concedo o aparte.

O Sr. Marcell Moraes:- Quero me associar ao discurso de V.Exª e dizer que V.Exª está com total razão no seu pronunciamento. É lastimável ver esse governo com tão pouco tempo, com pouco mais de 100 dias, fazer essas inúmeras barbeiragens. É lastimável, mas é o reflexo dos 8 anos de governador Jaques Wagner, e Rui Costa ainda continua querendo se espelhar nesse que já comprovou ter sido um fracasso.

Eu que vim da Câmara Municipal de Salvador tive a oportunidade de trabalhar, de ajudar o melhor prefeito do Brasil a transformar Salvador. Fico refletindo muitas vezes, quando V.Exª fala do secretariado do então governador, qual acordo o governador tem feito para estar insistindo nesses inúmeros secretários muitas vezes sem o poder, muitas vezes sem a caneta e muitas vezes sem o preparo técnico para estar ocupando tal função.

Estamos há pouco mais de 100 dias de governo, e o governo não mostrou para que veio! Ou melhor, mostrou que veio para forçar alguns parlamentares a votarem em projetos arbitrários.

Então, quero me associar ao discurso de V.Exª e dizer que a Oposição está forte. Parabéns, deputado Pablo Barrozo. Vamos continuar juntos, firmes e fortes contra esse governo que, até o momento, só fez atrapalhar a sociedade baiana.

Saudações ecológicas. Parabéns.

O Sr. PABLO BARROZO:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, deputado Marcell Moraes, que vem lutando com a Oposição em prol de um Estado melhor.

Deputado Marcell Moraes, os recursos do Funprev ficarão à mercê do governo e serão cedidos até sem a anuência do Conselho do Funprev, que é quem daria o aval para liberar esses recursos.

Quero até alertar os deputados governistas – tenho a certeza de que a maioria não sabe nem o que votarão - porque um absurdo tamanho como esse não pode ser feito. Os deputados que votarem a favor desse projeto de lei estarão anuindo com esse absurdo. Que absurdo é esse? Dar um cheque em branco para que o governo do Estado use e abuse dos recursos do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos.

Amanhã, se houver algum escândalo, porque não há Conselho para fiscalizar, porque não há medida para vetar ou porque não há freio para o governo do Estado, V.Ex^{as}, os Srs. Deputados que votaram a favor desse projeto de lei, também serão corresponsáveis por essa irresponsabilidade. Imaginem votar em algo nesse sentido, nos dias de hoje, quando a corrupção impera no nosso País, quando os tesoureiros dos partidos que governam estão presos, quando os juízes do Supremo Tribunal Federal são apaziguados e ex-advogados de partidos tidos como corruptos se vendem. Infelizmente, neste País, estamos votando, aqui, em algo que dá brechas incalculáveis para que a corrupção aumente, cada vez mais, no nosso Estado.

Não estou dizendo aqui – não posso fazer juízo de valor – que a corrupção acontecerá, mas quem votar a favor desse projeto estará dando brecha para que a corrupção aconteça. Isso é uma irresponsabilidade, isso é uma insanidade. No mínimo, nós estaremos fazendo algo sem a devida discussão, sem o devido trabalho através do processo legal...

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- Concedo o aparte a V.Ex^a, deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado, nós estamos presenciando o governo que deseja estabelecer uma espécie de poder absoluto. Eu lamentei, hoje, e falei do papel fundamental e importante do Parlamento. O Parlamento está mudando. As ruas estão cobrando uma outra postura de cada parlamentar. Nós observamos isso em 2013. Observamos isso em junho de 2013! Observem que o Congresso Nacional não permitiu o ajuste fiscal e aprovou a PEC da Bengala, para não permitir o governo indicando cinco ministros no Supremo Tribunal Federal. Então, entendemos que preconiza a ciência política que o poder absoluto corrompe de maneira absoluta. Eu diria que há um risco enorme de enfraquecimento do Parlamento, e o Parlamento vem reagindo.

Citei o exemplo de Vitória da Conquista, onde o governo do PT tem o apoio de 18 dos 21 vereadores, ou seja, tem apenas três vereadores contrários. Lá, mesmo os vereadores da Base aliada entenderam que era o momento de dar um grito de

independência não para fazer uma oposição radical e prejudicar, mas para demonstrar que o Parlamento precisa ser independente.

Aqui temos 44 a 19. Lamento a postura do Parlamento da Bahia diante do que pretende fazer o governo, que começa e não consegue deslancar. É uma máquina emperrada, é uma máquina viciada e sem futuro! Eu lamento, e portanto quero também enaltecer e parabenizar o seu pronunciamento, deputado Pablo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Agradeço, deputado Herzem Gusmão, por mais uma belíssima explanação e pela força com que V.Ex^a vem exercendo seu mandato nesta Assembleia ao participar e ao dar a sua voz sem desistir dos seus ideais por motivo algum.

Infelizmente nós estamos aí.

Ontem, vimos mais um fato.

E, hoje, quem lê todos os jornais de circulação no Estado vê as principais matérias citarem que, ontem, o governo não conseguiu votar por causa de cargos ou de algo parecido.

Infelizmente, os mesmos deputados – que vêm aqui dizer que nós temos de mudar os hábitos – estão agindo da mesma forma antiga de fazer política, qual seja, a de, mais uma vez, escancarar e diminuir o nosso Estado, diminuir o nosso Poder Legislativo, diminuir a força que nós poderíamos ter perante as mudanças necessárias para a sociedade e para o Estado da Bahia.

Todos os jornais de circulação no Estado da Bahia demonstram e falam que o fato de não termos conseguido votar ontem, melhor, o único motivo foi a divisão de cargos. Isso é uma desmoralização para esta Assembleia. Infelizmente, deputados, V.Ex^{as} vêm, aqui hoje, confirmar esta desmoralização através do voto, pois não compareceram ontem e comparecem hoje.

O Sr. Marquinho Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PABLO BARROZO:- Está inscrito, deputado Marquinho Viana.

E nós somos desrespeitados em nosso conjunto, merecidamente desrespeitados, porque a postura de V.Ex^{as}, que não vieram ontem e vieram hoje, têm um posicionamento dúbio e, infelizmente, mancham e maculam o andamento do processo de todos nós. Estamos aqui vivendo dias negros.

Vamos esperar os próximos 4 anos de governo Rui Costa para ver se ele não entregará o boné até lá ou o que ele trará para nós. Vejam, só da semana passada para cá, Herzem Gusmão, o governador mandou um projeto de lei que fere a Constituição. Ao mesmo tempo, o projeto de lei de reposição salarial dos servidores que acaba com a data-base dos servidores do Estado. Com uma total cara de pau, o governo quebra um direito constitucional, quebra o direito ao salário-mínimo.

Para completar, o governo trouxe outro projeto de lei que abre as portas dos recursos do Fundo de Previdência dos Servidores para o Sr. Governador fazer o que

bem quiser.

Temos de estar, aqui, vigilantes, enquanto Oposição, com relação a esses recursos e, também, com relação aos recursos da EBDA.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- Concedo um aparte ao nobre Líder, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Pablo, Vice-Líder da Oposição, quero dizer que V.Ex^a faz um discurso coberto de equilíbrio e de razão. Terei a honra de suceder V.Ex^a nesta tribuna.

Mas quanto a este projeto do Funprev (Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia), desde a época do ex-governador Jaques Wagner, criou-se esta modalidade, pois eles querem gerir o dinheiro do Funprev. Se eu não me engano, o governador Jaques Wagner, ainda, tinha a fiscalização da Comprev (Coordenação de Compensação Previdenciária). E quanto a este projeto que chega a esta Casa, nem a Comprev fará a fiscalização.

Então, quero dizer que V.Ex^a faz um discurso técnico e demonstra o risco de se dar cheque em branco ao governador Rui Costa. Deputado Adolfo Menezes, é a mesa coisa de nós pegarmos o presidente do Albaprev – Instituto de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia – e dar a ele todas as condições de usar o dinheiro do Albaprev sem prestar contas a um deputado.

Então quero parabenizá-lo pelo seu discurso, pois V.Ex^a demonstra capacidade de um jurista ao dizer e ao apontar os equívocos deste projeto.

O Sr. PABLO BARROZO:- Agradeço as suas palavras, nobre Líder que honra toda Bancada de Oposição.

Ao finalizar, quero pedir aos deputados governistas: “Venham para cá, agora, votar neste projeto. Mas venham para cá votar contra este projeto, porque vocês estarão sendo responsabilizados lá na frente.”

Infelizmente ou felizmente, V.Ex^{as} vêm que, apesar de Dias Toffoli, as coisas estão acontecendo no Brasil. Apesar das manobras do ministro de Justiça, que se reúne às surdas com as pessoas e às cegas com as pessoas que estão sendo inqueridas pela Polícia Federal, verdadeiros bandidos, as coisas estão acontecendo neste País.

Então, logo logo, esta justiça estará acontecendo neste País. E, logo logo, esta justiça chegará à Bahia. E essas irresponsabilidades serão arguidas, lá, à frente. E os deputados, que votarem a favor dando um cheque em branco para esse Fundo de Previdência, poderão ser responsabilizados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, quero, aqui, homenagear as deputadas na pessoa de Luiza Maia, única mulher presente, para prestigiar tantos homens aqui, pois, hoje, ela está toda de vermelho e com o seu número 13 do Partido dos Trabalhadores no peito.

Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, tivemos esta semana, que se finalizou há pouco instantes, as discussões, os embates e o contraditório estabelecidos sobre projetos que passaram por esta Casa e que são de extrema importância não só para os servidores, mas para a vida deste Parlamento.

Lamento a votação da forma como foi e da forma como ocorreu. Quanto ao comportamento desta Casa, me parece que não contribuiu para o seu engrandecimento e, principalmente, para a consolidação da divisão dos Poderes com independência e harmonia. E a razão e as consequências disso estão, aqui, estampadas neste projeto que, ora, nesta Casa, passamos a discutir, meu caro deputado Hildécio.

Queremos, de início, dizer que, no presente projeto, em sua exposição de motivos enviados a esta Casa, o governador do Estado diz, textualmente, repito, em uma exposição de motivos, que, em nenhum momento, na Mensagem nº 002/2015, datada de 30 de março de 2015, assinada pelo Sr. Rui Costa, Governador do Estado.

Em nenhum momento, meu caro Líder Sandro Régis, o governador refere-se ao Funprev. O governador mandou uma mensagem bonita pedindo autorização desta Casa, melhor, pedindo um crédito a esta Casa para poder conceder uma isenção do imposto para os beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida. Vejam, nada mais nobre, nada mais bonito. E todos, aqui, haverão de concordar, de poder atender, caro deputado, atender àqueles mais carentes, àqueles beneficiários de um programa importante, que é o de conceder a cada um a sua casa.

Esta é a mensagem do projeto.

Se nós, da Oposição, não fôssemos vigilantes, responsáveis e cumprindo o papel de fiscalizar as ações do governo, buscando, com responsabilidade, defender os interesses da Bahia, talvez passe despercebido o que não consta na mensagem, mas está inserido no corpo do projeto.

Nós saímos de uma eleição e estamos traumatizados com os atuais discursos. Antes das eleições, o discurso era um; após as eleições, a realidade estampada.

Antes das eleições, o País vivia uma maravilha. As contas eram fechadas. Tudo estava funcionando da melhor forma possível.

Hoje, o Fies não tem dinheiro. A União e os Estados federados não têm dinheiro para reajustar os seus servidores. A violência tomou conta de toda a Bahia.

Estamos traumatizados, porque deveria ter um instrumento de controle para

aqueles que se dispõem a buscar o voto popular na defesa de um programa que apresentaram ao povo e, após eleito, vêm a traí-lo.

Aqui no Brasil, se estabeleceu o dizer que tanto o governador Rui Costa quanto a presidente Dilma cometem um estelionato eleitoral, qual seja, nada mais é do que fraudar a vontade e fraudar a boa-fé daqueles que são destinatários finais da mensagem que, ali, estava contida.

Por isso, nós, talvez, tenhamos mais cuidado, felizmente, com as mensagens enviadas por este governo a esta Casa. Quem cometeu, lá atrás, no período eleitoral, mentiras desvendadas e deslavadas, estará sujeito, depois do período pós-eleitoral, a, novamente, cometê-las na busca de benefícios políticos ou pessoais.

Assim, busca-se enganar esta Casa como aqui neste projeto. Tenta-se enganar. Tentou-se enganar. E outra não foi a razão de um projeto que modifica duas leis. E, na exposição de motivos, é aquela que vem tratar, efetivamente, do que o projeto deve ter.

Mas a exposição de motivos serve para esclarecer o espírito daquela lei que V.Ex^a, Soldado Prisco, pretende aprovar e para esclarecer àqueles que irão apreciar o projeto, a fim de poder ler a sua exposição de motivos, dando espírito, porque a lei tem espírito. Vejam, se assim não tivesse a intenção do que é a lei, não poderia o judicante, ao aplicá-la, e o executor, ao executá-la, poder entender ao que ela pretende.

E cabe àquele propositor da lei ser claro para mostrar o que nela está contido e ao que a lei pretende.

Aqui, na mensagem do governador, Mensagem nº 002/2015, o governador diz pretender, apenas, com esta lei, aqui enviada, conceder a mais nobre das isenções, quais sejam, isenção de impostos para as pessoas beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida.

Mas, lá, está inserido.

E, aqui, falou-se muito da crise do Paraná, da crise em tantos Estados, da crise em outros países. No entanto, quanto se busca a origem dessas crises, ocorridas nesses Estados ou países, vê-se que a origem está contida no Fundo Previdenciário dos Servidores, porque o seu dinheiro não foi, de forma correta, utilizado; porque o seu saque foi antecipado ou foi, de forma irresponsável ou de forma imprudente ou de forma ilegal ou ainda de forma inapta, utilizado para outros fins que não àqueles aos quais se destinariam.

Pois, então, o governador faz inserir, na mensagem do projeto que concede isenção de impostos aos beneficiários da Minha Casa minha Vida, os mais carentes, ao que ele pretende.

Muito bonito, muito bom.

Se assim o fosse, aprovaríamos este projeto por acordo de bancadas sem

precisar discussões.

Na verdade, o governador não quis isso. A sua mensagem não espelha o espírito da lei e não espelha a vontade do legislador. A vontade, contida no projeto, não é aquilo, meu caro presidente, que o governador, de forma, no mínimo deselegante com esta Casa, desrespeitosa com o Parlamento, desrespeitosa com este Poder independente e altivo, é a que deve, assim, permanecer.

De forma autoritária, o governador faz inserir, agora, já no texto da sua proposição, de forma sorrateira, um cheque em branco para ele poder modificar artigo contido na lei que criou o Funprev (Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia).

E a lei, que modificou o Funprev em 2007, traz as formas de composição deste fundo e estabelece que os recursos, ali contidos, só poderiam ser usados – meu caro Hildécio, V.Ex^a é conhecedor da matéria, estudioso, parlamentar ímpar – os recursos que foram aportados no Fundo de Previdência dos Servidores Públicos da Bahia só poderiam ser usados a partir de 2007.

Vejam, abriu-se, assim – isso não é nenhuma crítica – uma excepcionalidade desde que aprovado pelo Conselho Gestor deste fundo. Abriu-se esta excepcionalidade se assim fosse após 10 anos.

Durante o governo Wagner, este projeto, aqui também, transitou. Foi aprovado que o governador poderia abreviar aquele tempo de 10 anos para, então, utilizar-se dos recursos do Funprev. E isso fere aquela norma de transição que, aqui me apreço, quis o legislador, lá atrás, tornar o Fundo o instrumento seguro e eficiente e que não viesse a causar ao Estado o que se tem causado em outros Estados: a sua insuficiência financeira.

Pois bem, aprovou-se.

O governo usou até 2014.

O governador, hoje, não tem a autorização desta Casa, através de lei, para lançar mão do Funprev com a autorização do seu conselho. Mas ele quer, aqui, neste projeto, um absurdo! Meu caro Pedro, o governador quer lançar mão dos recursos do Funprev sem, sequer, que o conselho gestor deste fundo dele aprecie.

Estamos vendo ser este, verdadeiramente, o objetivo deste governo autoritário; um governo que quer governar com a totalidade do Estado, sem a participação do Parlamento, sem a participação dos conselhos que foram criados para bem gerir e fiscalizar os recursos estaduais, e o governador como Príncipe ser o senhor de todas as razões do Estado, da vontade do povo, do futuro do nosso Estado, do futuro das nossas finanças.

E aí quer então o governador, de forma sorrateira, já que na sua Mensagem, na sua motivação do projeto de lei que aqui envia, não faz menção sequer nenhuma a esse projeto de lei, quer uma autorização desta Casa na forma de crédito, para que

nós, do mínimo que ainda resta do Parlamento, porque aqui o rolo compressor prevalece e o governador aprova o que quer.

É um governo que deveria ter os seus pilares sustentados na sua programação de governo, nos seus ideais, mas a cena que vimos ontem e que foi modificada hoje, vê-se que o governo tem o seu pilar sustentado em um único e exclusivo argumento: a caneta, o Diário Oficial. Esse é o argumento para transformar esta Casa numa Casa menor, que não tem sequer a capacidade de podermos debater, estabelecendo verdadeiramente o contraditório nas ações que nos são tão caras, nas ações que são tão importantes para o Estado.

E quero aqui dizer que faço papel de oposição, mas antes de fazer o papel de oposição, faço o papel de homem público; homem público que sou, gestor que já fui e sei das responsabilidades do Estado, do Poder Executivo. E já disse, em alto e bom som, que todas as vezes que encontrar o interesse público em confronto com a ilegalidade ou em confronto com a irresponsabilidade fiscal do Estado, eu estarei ao lado do interesse público, ainda que tenha que defender junto ao governo do Estado as suas pretensões.

Estou defendendo, sou oposição, esses projetos porque, efetivamente, acredito naquilo que aqui estou a dizer e a sustentar. Não se pode, portanto, dar crédito a um governo que sequer tem a coragem, Hildécio, de na sua mensagem ser claro; de sequer mostrar para esta Casa, com clarividência, com letras literalmente, que o que se pretende naquela lei não é só dar isenção aos beneficiários do Minha Casa, Minha Vida. Ele quer fazer com que o beneficiário do Minha Casa, Minha Vida seja um cavalo para ele, de galope, poder empurrar por nossas gargantas uma autorização de crédito que ele não merece. Merece crédito e darei crédito todas as vezes que aqui a verdade prevalecer.

Não posso dar crédito a um governo que não prioriza os servidores públicos; não posso dar crédito a esse governo que não prioriza a saúde pública; não posso dar crédito a quem não prioriza a segurança pública; não posso dar crédito a um governo que no meu Semiárido, onde moro e todo final de semana lá estou, não constrói, não faz, não se preocupa com as obras estruturantes quais sejam as barragens, preservação de nascentes de rios; não posso dar crédito a um governo que não respeita esta Casa. Crédito se dá a quem merece crédito. Não posso dar crédito a quem pretende ver esta Casa votar e aprovar um projeto de lei que ele sequer tem a coragem de demonstrar a sua intenção e sorrateiramente quer empurrar pela garganta deste Poder para que ele fique de joelhos, de joelhos e aprove, aliás, não é aprovar, homologue.

Esta Casa não é Casa de homologação. Esta Casa é um Parlamento. É, dos três Poderes, o mais importante. É daqui que nasce o direcionamento do Estado. Somos nós que construímos as leis que o governador tem que executar, que o Executivo tem que aplicar. Nós precisamos aprender a discutir. É inconcebível que de três projetos, estamos no mês de maio, enviados pelo Executivo a esta Casa, nenhum

foi possível ou passível de discussão, porque todos foram enviados no regime de urgência, para que agora estejamos aqui a aprovar sem poder discutir, sem poder passar assim pelas comissões temáticas e então aprofundarmos esta discussão.

Por isso o meu lamento, um lamento de sertanejo, mas um lamento de quem chegou aqui com a esperança de que poderia defender verdadeiramente as causas verdadeiras que a Bahia merece. Mas aqui estamos vendo um Poder homologatório do Poder Executivo do governador.

Muito obrigado a todos vocês.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Com a palavra o deputado Marcell Moraes pelo tempo de 20 minutos. (Pausa) Na ausência, com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, desde o mandato passado, deputado Hildécio, a Oposição votou contra esse novo modelo de gestão que o ex-governador Jaques Wagner trouxe para a Bahia. Nós entendemos que o Funprev é um patrimônio público do servidor público estadual. Nós entendemos que o governo não pode gerir o dinheiro do Funprev ao seu bel prazer. É muito arriscado esta Casa dar um cheque em branco ao governador Rui Costa. É a mesma coisa de você pegar sua previdência e entregar a um cidadão, e entregar a uma pessoa e dar total condições de ele mexer na sua previdência sem nenhum tipo de fiscalização.

Nós estranhamos, deputado Marquinho Viana, o que soubemos ontem, que você indicou o superintendente do zoológico. Fiquei muito feliz com a indicação de V.Ex^a.

O Sr. Marquinho Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- V.Ex^a, como homem do PV, vai tomar conta do zoológico e irá levar Marcell como assessor. Estou muito feliz com essa indicação, V.Ex^a irá agora cuidar do zoológico da Bahia. Eu acho que V.Ex^a, do Partido Verde, ambientalista, está habilitado para tomar conta do zoológico. Quero parabenizar o governo do Estado que permitiu esse acerto de lhe entregar o zoológico da Bahia.

Quero aqui, voltando ao discurso, dizer-lhe que não pode esta Casa, deputado Herzem, além de entregar um cheque em branco para o governador, não ter sequer nenhum tipo de fiscalização. O governo quer, deputado Hildécio, V.Ex^a que é auditor fiscal, manusear o Fumprev, sem que o Comprev, que é Conselho, fiscalize o que está se fazendo com o patrimônio do servidor público. Nós da Oposição votamos contra no passado, por entendermos que não se pode dar este cheque em branco ao governador. E agora muito pior. É um supercheque em branco. Por quê, deputado Fábio? Nem o Conselho eles querem que fiscalize.

Com o aparte o deputado Marquinho Viana, o chefe do zoológico da Bahia.

O Sr. Marquinho Viana:- V.Ex^a que é um grande Líder sabe e eu como vice-Líder de V.Ex^a não pude deixar de o ouvir atentamente. Ontem, eu estava em minha cidade Barra da Estiva, onde tive um encontro de produtores rurais, e tive que voltar para votar, atendendo o chamado da população para votar o projeto de lei que aumenta o servidor.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Mas não falei nada sobre ontem, não.

O Sr. Marquinho Viana:- Quero concluir minha parte.

Excelência, nunca pedi para indicar alguém para o zoológico. O Marcell Moraes, sim, que é defensor dos animais. Eu sou do Partido Verde, mas não milito nessa área de defensor dos animais, não brigo para recolher os cachorros, não faço essa parte. Nunca pedi ao governador para indicar alguém para o zoológico nem sequer conheço algum veterinário para assumir o zoológico.

Então, V.Ex^a está um pouco enganado porque ontem eu não vim à sessão, só vi hoje o nome com falta. Estive anteontem em Barra da Estiva e voltei ontem, porque o dever lá em minha cidade me chamou por causa desse evento que é de grande importância. Convidei V.Ex^a para ir. O nobre colega Pablo, vice-presidente da Agricultura, irá para o evento e V.Ex^a não vai comparecer. Mas é um evento ao qual os senhores deveriam ir, presenciar, porque enriquece a Bahia, gera emprego e renda.

V.Ex^a sabe que eu não peço cargo ao governo do Estado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Eu não falei isso não.

O Sr. Marquinho Viana:- Peço sim, obras. E V.Ex^a sabe que o governo do Estado autorizou 41 poços artesianos em Aracatu; 29 em Barra da Estiva; 14 em Riacho de Santana; 8 em Ituaçu... Então...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Ouço uma rebelião na base do governo! Nem o deputado Marcelo Nilo tem tanta obra. O deputado Paulo Rangel está aqui retado! disse que vai ligar para Josias agora.

O Sr. Marquinho Viana:- Fui muito bem atendido pelo governo do Estado em obras. O governo do Estado atendeu os municípios e aquelas comunidades hoje têm água encanada de qualidade graças ao programa do governador Jaques Wagner, Água para Todos.

Então, V.Ex^a tinha que deixar um pouco de criticar e observar as obras realizadas e solicitadas pelo deputado Marquinho Viana, onde foram atendidos os município da Chapada Diamantina, do Sudoeste e uma parte também do Oeste na região de (inaudível) .

Então, nobre presidente, V.Ex^a é um grande Líder, está fazendo o seu papel, o governo do Estado também. Agora, é o seguinte, eu voto aqui, claro, com a minha consciência. Toda matéria que vier a prejudicar a população, serei contra, e voto com a consciência. E, devendo, sim, toda a minha obrigação aos 40.019 votos que tive da

eleição passada. Para concluir o meu aparte, que o Paulo não deixou e não me deu os 2 minutos também. V.Exª tem 12 minutos, ainda; tem tempo...

O Sr. SANDRO RÉGIS: - V.Exª se inscreve aqui.

O Sr. Marquinho Viana: - Não me inscrevo, não. Estou no meu aparte, 2 minutos que V.Exª me concedeu antes de conceder a outro colega. Então, prezo muito pela Bancada de oposição, sou vice-líder da Oposição aqui, e acho que V.Exª faz um belíssimo trabalho como Líder e eu como vice-líder agora te apartando. Sei que V.Exª vai conduzir esse seu quinto mandato e com certeza irá para deputado federal. Conta com o meu apoio, pois é um grande deputado. É claro que vamos fazer uma trocadinha de bottom. Então, V.Exª tem o meu apoio para ir para deputado federal, pois tem demonstrado que é um grande Líder deste Parlamento na Oposição. Continue assim, nobre Líder, que V.Exª será, com certeza, um dos maiores deputados federais votados na próxima eleição.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Exª, mas não quis dizer que V.Exª está atrás de cargo. Agora V.Exª causou o furor aqui na Bancada de Governo. O deputado Paulo Rangel comentou com o deputado Zé Raimundo: “não é possível, vou ligar para Josias Gomes!”. V.Exª recebe mais obras do que os 42 deputados da base Governista! A deputada Fátima está também ali revoltada! Que também não recebeu essa quantidade de obras! O deputado Alex Lima tem feito um trabalho...

A Srª Fátima Nunes: - Pode me conceder um aparte, deputado!

O Sr. SANDRO RÉGIS:- O deputado Fabrício Falcão também está aqui revoltado! V.Exª mostra que é um deputado capacitado, trabalhador e privilegiado!

O Sr. Paulo Rangel: - Isso em 2 anos de mandato, só!

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Imagine. E, porque é vice da Oposição! Se fosse vice Líder do Governo, Zé Neto estava amarrando a chuteira.

O Sr. Marquinho Viana: - 2 anos e 4 dias. Assumi no dia 28 de dezembro de 2012.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Meu nobre deputado Sandro Régis, Líder da Bancada de Oposição, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que descontração é bom, é salutar até para que a gente recarregue as baterias para, se necessário for, ficarmos aqui madrugada adentro.

Mas, queria dizer a V.Exª e aos Srs. Deputados e Srªs Deputadas que o assunto, o tema deste projeto de lei é mais sério e mais profundo do que parece. Primeiro o deputado Luciano Ribeiro, com muita propriedade, discorreu sobre o modo, a forma da mensagem na justificativa do Poder Executivo, que, por maldade ou não, tentou – omitindo os objetos do projeto de lei – ludibriar aqui, provavelmente, a nossa Bancada. Achou, imaginou que isso passaria despercebido,

uma vez que nas suas justificativas não estão o objeto principal desse projeto de lei, que é, mais uma vez, utilizar de forma irresponsável, eu diria, os recursos do Funprev. Mesmo, e ainda que seja, para pagar benefícios dos aposentados.

O governo do Estado, em 2007, modificou a estrutura administrativa do Poder Executivo. Oportunidade em que também modificou e criou o Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia. Essa lei trouxe as fontes de receita para esse fundo. Ao mesmo tempo ela determina que a utilização desses recursos do fundo estariam condicionados ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do Funprev, podendo ser antecipada mediante prévia e expressa autorização do Conselho do Funprev e após decorridos 10 anos de vigência da lei original, ou seja, só a partir de 2017 o governo poderia utilizar esses recursos para pagamento dos benefícios.

Só que desde o governo anterior, e de forma antecipada, e sem autorização do Conselho mas com autorização desta Casa, o governo começou a utilizar. A Assembleia Legislativa deu, de fato, um cheque em branco para que o Poder Executivo comesse antecipada e precipitadamente a meter a mão, utilizando esses fundos que são a reserva do sistema previdenciário do Estado. Assim, o governo passado do ex-governador Jaques Wagner por duas vezes fez uso desse expediente. E agora o atual governo, meu caro deputado Alex Lima, apenas com quatro meses de gestão está fazendo uso do mesmo expediente, pedindo já até 2018.

É preciso ver onde é que se vai parar, porque se trata do Fundo que precisava atingir o seu equilíbrio para dar longevidade ao sistema previdenciário estadual como garantia do pagamento dos salários dos seus aposentados, pensionistas e beneficiários.

Portanto, fica aqui o nosso protesto pela forma como está sendo conduzido um projeto de lei que trata de uma questão muito séria e grave para a gestão previdenciária do Estado.

Parabéns a V.Ex^a pela oportunidade deste seu pronunciamento!

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o que falou, deputado Hildécio. V.Ex^a deu uma aula!

O Sr. Pedro Tavares:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Alex Lima:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Estão inscritos.

Quem quiser votar, vote. Mas sabe o que está cometendo.

Com os apartes os deputados Pedro Tavares e Pablo Barrozo.

O Sr. Pedro Tavares:- Caro Líder deputado Sandro Régis, quero parabenizá-lo mais uma vez pelo pronunciamento e dizer que nesta Casa V.Ex^a conhece essa prática do governo do PT de ter um cheque em branco. Na Legislatura passada foram

aprovados aqui, deputado Pablo Barrozo, diversos empréstimos. Bilhões e bilhões de reais foram aprovados por esta Assembleia, e você vê a Bahia passando por sérias dificuldades nas áreas da Saúde, Educação e Infraestrutura. Essa prática do governo do PT é conhecida aqui neste Parlamento.

Então, deputado Sandro Régis, quero mais uma vez parabenizá-lo pela coerência sua e da Oposição ao votarem contra este projeto que é contra a Bahia! Parabéns novamente também pelo pronunciamento e a coerência com que tem conduzido a nossa Bancada oposicionista!

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo e concedo agora o aparte ao Vice-Líder da Oposição, deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Líder Sandro Régis, queria parabenizá-lo por mais este discurso. Em momento algum V.Exa. tem medido esforços para fazer o seu papel muito digno de Líder da Oposição nesta Casa, reconhecido por todos os colegas.

Mas queria acrescentar ao seu pronunciamento um pouco daquilo que já havia falado e chamar a atenção dos Srs. Deputados para o fato de que realmente não podem dar quórum e votar a favor de um projeto que tira o dinheiro do Fundo da Previdência dos Servidores Públicos e dá para o governador. Governador este que pega empréstimo de tudo quanto é canto, e não fez nada durante estes oito anos e três meses de governo na nossa Bahia. Infelizmente, os recursos faltam para os servidores públicos, mas sobram...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Alex Lima:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, gostaria que garantisse a minha palavra.

O Sr. Pablo Barrozo:- Concluindo o meu pensamento, gostaria de dizer a V.Ex^a, Líder Sandro Régis, que lamentavelmente aqui no nosso Estado temos esta mania: faltam projetos - infelizmente tem que se ficar com este discurso -, mas sobram placas. Em época de campanha, sobra placa de um governador que ninguém conhece, porque, infelizmente, tem que parir alguém para continuar com esse descalabro que faz o nosso Estado descer ladeira abaixo. Pega dinheiro de empréstimo, mas sobra dinheiro para tudo quanto é tipo de coisa, e a gente não vê nada.

Infelizmente, você vê o Estado da Bahia afundado em dívidas e agora se arranja desculpa de tudo quanto é tipo. Mais um empréstimo, mais um infeliz empréstimo tomado, um cheque em branco. E todo os deputados que votarem favoravelmente estarão assinando esse cheque em branco, uma anuência ao governador para usar o dinheiro do Fundo de Previdência dos Servidores para qualquer coisa. E, lá na frente, se esse uso for indevido, vocês serão corresponsáveis.

Parabéns, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento. E quero dizer aqui que V. Ex^a tem razão, porque é um governo de continuidade. Não existe governador neste País que tenha tomado tanto dinheiro emprestado como o ex-governador Jaques Wagner. Só faltou tomar dinheiro na mão de cigano. Todo dia esta Casa aprova um empréstimo. Cansei de dizer aqui que o governo do Estado só faltou pegar dinheiro na mão de cigano, porque é empréstimo de toda ordem.

V. Ex^a tem razão, porque esse governo que está aí é de continuidade. O governador atual era o primeiro ministro do ex-governador Jaques Wagner. Todos sabiam que quem mandava era ele. Tanto que o ex-governador bancou, contra o partido e contra todos, a candidatura do governador. Então V. Ex^a tem razão. É o governo que mais tomou dinheiro na história da Bahia é o do PT nos oito anos...

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- V. Ex^a tem 20 minutos.

E agora, nesses cento e poucos dias do governo Rui Costa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Pablo, V. Ex^a está coberto de razão, porque, nos 8 anos do governador Jaques Wagner, esta Casa só faltou aprovar empréstimo na mão de cigano, houve empréstimo de todo tipo e direito. De antemão, quero dizer que a nossa bancada vai votar contra mais um cheque em branco que o PT manda para esta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:-Sr. Presidente, quero que V. Ex^a proceda a uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Pulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel: - Sr. Presidente, que V. Ex^a peça para zerar o painel e marque os 25 minutos regimentais para que possamos recompor o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a também, deputado paulo Rangel,

Líder em exercício, mesmo na presença do Líder, sei que o Líder lhe delegou para pedir essa questão de ordem, será atendido.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, na Biblioteca elaborando projetos, que estão recebendo lideranças comunitárias, que estão nos gabinetes, verificação de quórum de votação solicitada pelo Líder da Oposição e pelo deputado Paulo Rangel.

Zerem o painel e marquem os 25 minutos.

Peço ao deputado Sandro Régis que marque sua presença, por favor.

Estão faltando marcar as presenças os deputados Adolfo Viana, Alan Castro, Alex da Piatã, Ângela Sousa, Augusto Castro, Carlos Geilson, Pastor Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcell Moraes, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo e Vando.

Já há quórum. Volta o painel.

Como recomenda a sua Bancada, deputado Sandro Régis?

O Sr. Sandro Régis:- Recomendo “não”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como recomenda a sua Bancada, deputado Zé Neto?

O Sr. Zé Neto:- Recomendo “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Sandro recomenda “não” e o deputado Zé Neto...

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, um minuto, só para lembrar ao deputado Sandro, por respeito às informações, que, ao chegarmos ao governo, o índice de comprometimento da nossa receita corrente para as dívidas contraídas pelo Estado era da ordem de 1,34. Hoje, o índice está em 0,45. Então, quase 1/3 do que tínhamos, praticamente.

O encaminhamento é que votemos “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agora já está em votação. O deputado Zé Neto recomenda “sim” e o deputado Sandro Régis recomenda “não”.

Em votação. A votação é aberta.

Quero lembrar aos Srs. Deputados: de quem não for amanhã para Santo Antônio de Jesus, eu serei obrigado a cortar o ponto. Infelizmente, não vou abrir exceção.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Foi aprovado aqui, deputado. O

Plenário, amanhã, é lá. É só pegar o carro que a Assembleia dá a V.Ex^a, deputado, com combustível.

Srs. Deputados, ainda há mais 2 projetos, mas é por acordo. Há um projeto do deputado Joseildo, para o qual V.Ex^a assinou a dispensa de formalidades.

(Continua a votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou encerrar a votação.

Eu gostaria muito de parabenizar os Srs. Deputados. Hoje a presença foi de 62 Srs. Deputados, somente o deputado Nelson Leal, que está no exterior, em missão oficial, não compareceu.

Vou encerrar a votação.

Resultado: aprovado. “Sim”, 39; “não”, 10.

PROJETO DE LEI Nº 21.151/2015

Altera as Leis nºs 4.826, de 27 de janeiro de 1989, e 10.955, de 21 de dezembro de 2007, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O inciso IV do art. 4º da Lei nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989, e o § 2º do art. 7º da Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, passam a vigorar com as seguintes redações:

“**Art. 4º** -
.....”

IV - as transmissões, por doação, de propriedade de bens imóveis entre as empresas públicas estaduais, bem como as transmissões, por doação, de propriedade de imóveis ou de suas parcelas para os primeiros adquirentes pessoas físicas, beneficiários de programas governamentais de moradia para população de baixa renda e as transmissões, por doação, de propriedade de imóveis, destinados à moradia, oriundos de operações de intervenção vinculadas a estado de calamidade pública e situação de emergência;

.....”

“**Art. 7º** -
.....”

§ 2º - Excepcionalmente, no exercício de 2011 e até o final do exercício de 2018, os recursos creditados e acumulados na conta a que se refere o parágrafo anterior, desde a sua abertura, poderão ser utilizados para a finalidade exclusiva de pagamento de benefícios previdenciários a cargo do FUNPREV, independentemente de autorização do CONPREV.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, eu gostaria de solicitar do deputado Zé Neto e do deputado Sandro Régis a dispensa das formalidades para que nós possamos votar o aumento dos servidores da Casa. Desde o Descobrimento do Brasil – eu estou aqui há 25 anos – que o aumento dos servidores deste Poder é idêntico ao aumento dos servidores do Poder Executivo. Então, eu gostaria de pedir ao deputado Sandro Régis que dispense as formalidades para que nós possamos votar o aumento.

Inclusive, deputado Sandro Régis, deputado Zé Neto, eu quero mandar pagar a diferença de março e abril e gostaria, se possível, de pagar ainda esta semana. Se votarem hoje, se houver dispensa de formalidades, como o reajuste é retroativo a março, eu gostaria de determinar ainda hoje que o setor de pessoal mandasse fazer o pagamento de março e abril aos servidores.

Quero registrar que, repito, que desde que eu estou aqui nesta Casa, há 25 anos, o aumento dos funcionários efetivos e FCs são idênticos ao aumento do Poder Executivo. Então, para podermos votar, eu peço ao deputado Sandro Régis e ao deputado Sandro Régis que dispensem as formalidades.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu sei que desde que estou nesta Casa o projeto dos servidores é igual ao projeto do Executivo. Carlinhos e Geraldo são testemunhas de que o presidente do sindicato, Flávio, me chamou lá fora, e depois ao Líder do governo, Zé Neto, fazendo um apelo para que nós não assinássemos. Eu disse: “Flávio, se esse projeto não for votado, a responsabilidade é do sindicato”. Tanto Carlinhos como Geraldo foram testemunhas, porque também são servidores da Casa, e o sindicato disse em alto e bom som: “O sindicato se responsabiliza pela não-votação desse projeto hoje”. Carlinhos e Geraldo são testemunhas.

Então, quero dizer a V.Ex^a que não será votado não é por causa de mim, não é por causa de Zé Neto. É porque Flávio pediu, falando em nome do sindicato, que não votássemos esse projeto hoje. Estão aqui Carlinhos e Geraldo, que não me deixam

mentir.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a tem toda a razão. Agora, eu, como presidente da Casa, tenho responsabilidade com os servidores, porque, pela primeira vez na história desta Casa, não se dá aumento ao servidor, porque é impossível nós darmos aumento superior ao do Executivo, é impossível. Como presidente, eu não farei, porque nós não temos caixa.

Então, veja bem, eu vou botar a urgência para votar. São os deputados que vão votar, porque eu não vou ficar aqui... Se o presidente do sindicato não quer que se dê aumento aos servidores, é uma coisa inusitada. Eu confio na palavra de V.Ex^a. Eu nunca imaginei na vida que o sindicato pedisse... Eu confio na palavra de V.Ex^a, mas eu nunca imaginei na vida que o sindicato pedisse para não dar aumento aos servidores. Eu, realmente, só acredito porque é a palavra de V.Ex^a.

Então, vou votar a urgência desse projeto do presidente, que vai, inclusive, passar pela Mesa Diretora, para que não dependa das Lideranças partidárias. Estou apresentando requerimento de urgência para votarmos o projeto.

Há um requerimento aqui, assinado pelos deputados Zé Neto e Sandro Régis, de um projeto de resolução, que foi liderado pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça, um projeto importante, que diz o seguinte: (Lê) *“Qualquer deputado nos 60 dias subsequentes à instalação da nova legislatura poderá requerer ao Presidente o desarquivamento de proposição arquivada na legislatura anterior, a qual retornará à tramitação no estágio em que se encontrava quando do arquivamento, podendo, no entanto, a requerimento de membro titular de comissão a que esteja submetido, nos 10 dias subsequentes ao desarquivamento, voltar à tramitação inicial”*.

Faltam os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Mesa Diretora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Adolfo Menezes para relatar a matéria.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- *“Projeto de Resolução 2.327/2015, que altera o Parágrafo Único do Artigo 122 e acrescenta Parágrafo ao Artigo 76 da Resolução número 1193/85, na forma que indica. A Assembleia Legislativa resolve: Artigo 1º – O Parágrafo Único do Artigo 122 da Resolução 1.193, de 17 de janeiro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação. Parágrafo Único: Qualquer deputado nos 60 dias subsequentes à instalação da nova legislatura poderá requerer ao Presidente o desarquivamento de proposição arquivada na legislatura anterior, a qual retornará à tramitação no estágio em que se encontrava quando do arquivamento, podendo, no entanto, a requerimento de membro titular de comissão a que esteja submetido, nos 10 dias subsequentes ao desarquivamento, voltar à tramitação inicial. Artigo 2º - fica acrescido o Artigo 76 da Resolução 1.193, de 17 de janeiro de 1985, um parágrafo, que será o segundo, com redação a seguir indicada, renumerando-se para Inciso I o atual Parágrafo Único, Artigo 76, Inciso II. Decidindo-se o relator do projeto numa comissão por apresentar emenda, essa terá que ter a sua funcionalidade, legalidade*

e técnica legislativa apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo desconsiderada em casos de rejeição nesta Comissão. Artigo 3º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões, 31 de março de 2015, Comissão de Constituição e Justiça”.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Adolfo Menezes no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e no âmbito da Mesa Diretora.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação, no Plenário, o Projeto de Resolução que leva o número 2.327/2015, que altera o Parágrafo Único do Artigo 122 e acrescenta Parágrafo ao Artigo 76 da Resolução 1.193/1985, na forma que indica.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.327/2015. **(Publicado do DL em 07/05/2015)**

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, eu só queria fazer um registro na minha questão de ordem sobre esse projeto de resolução. A autoria é coletiva, da Comissão de Constituição e Justiça. Eu só queria fazer esse reparo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Mas formalmente é obrigado a ter um. Óbvio que é V.Ex^a. Aliás, parabênizo V.Ex^a que é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Esse projeto é muito importante. Mas antes de votar o requerimento de urgência, para votar o aumento dos servidores na próxima terça-feira, porque dependemos dos líderes partidários.

Gostaria muito de parabenizar os Srs. Deputados. Queria agradecer, em público, ao Líder Sandro Régis pela atitude, ele se dirigiu aos servidores que estavam nas galerias, pedindo calma. Eu já fui deputado de Oposição e sei que neste momento há um acordo tácito entre os servidores que estão nas galerias e aqueles que fazem oposição ao projeto que está em foco.

Gostaria de agradecer ao deputado Zé Neto, em nome dele, aos 42 Srs. Deputados; agradecer ao deputado Sandro Régis, em nome dele aos 21 Srs. Deputados. Estou aqui há 25 anos, nunca via a Assembleia Legislativa da Bahia funcionar tanto como está nesse quadrimestre, mesmo sem projetos importantes. Mas a Casa vinha funcionando nas comissões e aqui no Plenário. Votamos pela quarta vez, projetos oriundos do Poder Executivo, como os de interesse dos próprios parlamentares.

Peço ao meu querido amigo, deputado Fabrício Falcão, presidente da Comissão proposta por nós, para que agilize e traga, primeiro, para a presidência a

relação dos projetos. Posteriormente vou levar para a Mesa Diretora, depois para os dois líderes partidários e depois para a Comissão de Constituição e Justiça, que é a última palavra, para que possamos votar projetos de deputados. O que não podemos é elaborar projetos que gerem despesa para o Estado. Infelizmente são inconstitucionais, mas podemos fazer projetos de interesse da sociedade, que sejam projetos parlamentares. Como diversos deles que aprovamos, sendo oriundos do próprio Poder Legislativo.

Em votação o requerimento do próprio presidente: (Lê) *“Requeiro, nos termos do art. 174, inciso I do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei n 21.234/2015, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo e temporário de aposentadoria da Assembleia Legislativa, na forma que indica.”*

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado à unanimidade.

Esse projeto, em apreço, votaremos na próxima terça-feira.

O Sr. Zé Neto: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, apenas para ser solidário ao posicionamento do Líder da Oposição. Nós conversamos, sempre houve uma dispensa de formalidades. Penso que deveria ter tido uma assembleia, deveria ter tido uma representatividade dos funcionários, porque ficamos sempre nessa situação de querer votar. Agora o Líder da Oposição me disse que fica desconfortável em assinar, em virtude do pedido do presidente do Sindicato. Temos que colocar essas questões para que fique bem claro que de nossa parte queremos aprovar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, compreendo a parte de V.Ex^a e a do deputado Sandro Régis. Inclusive respeito a posição do presidente do Sindicato. Agora, não posso deixar de registrar que é um fato inusitado que o próprio presidente do sindicato peça para não votar o projeto. Não existe nenhuma possibilidade que façamos um aumento, para esta Casa, diferente do do Poder Executivo. Porque estamos aqui há 25 anos, repito, e todos os aumentos dos servidores, exceto os dos gabinetes - que é vinculado a Brasília - é idêntico aos do Poder Executivo, é idêntico ao do Poder Judiciário, ao dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e ao do próprio Ministério Público. Portanto respeito a posição do presidente do Sindicato...

O Sr. Zé Neto: - E quero colocar que V.Ex^a sempre conversa com seus funcionários, como presidente desta Casa. Só quero dizer que estaremos à disposição e em qualquer momento que quiserem votar, aqui, estarei à disposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Compreendo, mas quero registrar que mais de 100 funcionários, quase 150, me procuraram hoje e me pediram inclusive que pagássemos essa diferença até sexta-feira. Se nós tivéssemos votado hoje, mandaria pagar a diferença de março e abril, como o Estado também vai pagar, mandaria até

sexta-feira.

Já teria mandado inclusive fazer a folha dos funcionários, mesmo sendo 3,5%, pode ter certeza que é sempre positivo para os servidores. E não posso fazer diferente. Primeiro, porque não tenho orçamento. Segundo, porque não faria isso politicamente. Seria uma coisa atípica dar um aumento diferenciado do Poder Executivo. Somos Poderes independentes, mas o caixa é único. E o caixa, sem dúvida nenhuma, é do governo do Estado. É ele que detém os recursos fruto dos impostos. E posteriormente, dentro do orçamento da Assembleia, dentro do orçamento do Poder Judiciário e dos Tribunais, ele repassa. E eu não tenho verba para dar um aumento superior ao que foi dado pelo Executivo.

Antes de encerrar a sessão, quero dizer aos Srs. Deputados que gostaria muito que fossem amanhã a Santo Antônio de Jesus. A Assembleia Itinerante é importante. O prefeito, inclusive, vai fazer uma boca-livre no restaurante. Deputado Euclides Fernandes, se quiser uma carona com o presidente, vou sair às seis horas da manhã, porque às seis e meia vou dar uma entrevista numa rádio.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*